



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Plano dos Centenários Concelho do Fundão

Ana Margarida dos Santos Gama

Dissertação para obtenção do Grau Mestre em
Arquitetura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof^a. Doutora Ana Maria Tavares Ferreira Martins

Covilhã, Janeiro de 2016

Agradecimentos

Na reta final deste percurso atribulado, após algum tempo de desencanto e vontade de desistir, gostaria de agradecer a todos os que me deram força e aos que simplesmente ignoraram o meu trabalho.

Aos meus pais, irmãs e restante família, pelo apoio incondicional, compreensão pelas muitas ausências consequentes deste esforço. Pela força e incentivo sempre presente em todos os momentos.

Agradeço de forma especial ao JP, por se encontrar presente em todos os momentos, pela força e me fazer acreditar, por me facultar documentação necessária e essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas e antigos colegas de curso, colegas de trabalho, amigos e conhecidos, obrigada pela disponibilidade, paciência e colaboração prestadas, na elaboração desta dissertação.

Ao Arq. Pedro Novo pela sugestão do tema, por toda a documentação que me forneceu e por todos os esclarecimentos e auxílio que me prestou.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora, Prof^a Ana Maria Tavares Martins, pelo apoio incansável e incentivo constante. Pelo interesse prestado que foi fundamental no desenvolvimento da minha dissertação e ainda pela fé depositada nas minhas capacidades.

A todos, um muitíssimo obrigada.

Resumo

A elaboração deste trabalho resume-se ao objetivo principal de identificar e analisar as tipologias das escolas, construídas durante a governação de Estado Novo no concelho do Fundão. Realizou-se uma investigação, enquanto estudo e análise das alterações realizadas, permitindo perceber de que forma os projetos do plano foram desenvolvidos e progrediram durante esse período. Em particular, recorreu-se ao concelho do Fundão, que apresenta alguns exemplos que ajudam a perceber as muitas mudanças formais, funcionais e espaciais, caracterizadoras dos edifícios escolares deste regime.

No desenvolvimento da dissertação, analisou-se os objetivos políticos do regime, como forma de compreender as suas ideologias políticas, que se apropriaram da arquitetura enquanto objeto propagandista do poder que detinha. Concretizou-se uma abordagem geral aos estilos aplicados na arquitetura deste período.

Desenvolveu-se a investigação, estabelecendo um certo entendimento, não só do estilo e formalização dos edifícios, mas também na relação das principais características com as ideologias políticas e objetivos do regime de Estado Novo. Com isto, permitiu-se uma compreensão dos processos de formalização e alterações dos projetos do *Plano dos Centenários*, sendo referidas as várias fases de estudo, realização e continuação do Plano. Analisou-se os documentos legais, que originaram algumas alterações ao projeto inicial, até à concretização dos edifícios. Recolheram-se e analisaram-se, estudos específicos do tema, permitindo uma fácil compreensão e distinção das fases de realização do Plano.

Palavras-chave

Plano dos Centenários, Arquitetura, Escolas, Fundão, Estado Novo.

Índice

1. Contextualização e Apresentação da Investigação	1
1.1. Introdução	1
1.1.1. Objetivos	2
1.1.2. Metodologia	2
1.1.3. Estado da Arte	3
1.2. Contextualização	3
1.2.1. Formação de um Regime Ditatorial	4
1.2.2. Política Educativa - Redução do Analfabetismo	6
1.2.3. <i>Mocidade Portuguesa</i> - “educar politicamente o povo”	8
1.2.4. A presença do Cristianismo e do Regime nas salas de aula	10
1.3. Arquitetura como propaganda do poder político	11
2. Bases do <i>Plano dos Centenários</i>	17
2.1. Rejeição ao <i>Modernismo</i> - Imposição do <i>Estilo Oficial</i>	17
2.2. “ante projeto”	20
2.2.1. <i>Projetos-tipo regionalizados</i>	22
2.2.2. <i>lamentável confusão</i> de execução (1935-1937)	23
2.2.3. <i>Casos especiais</i> (1938 - 1940)	25
3. <i>Plano dos Centenários</i>	29
3.1. A problemática dos orçamentos	30
3.2. Fase de Estudo	31
3.3. Execução do <i>Plano</i> (1944-1959)	37
3.4. Alteração de “ <i>Simplificação</i> ” de Projetos	39
3.5. Localização	43

4. <i>Plano das Construções</i>	45
4.1. Dar continuidade ao <i>Plano dos Centenários</i>	45
4.2. <i>Novo Plano - Plano das Construções Escolares</i>	49
4.2.1. Alterações aos <i>Novos Projetos</i>	50
4.3. Localização	53
4.4. Cantinas	54
5. Estudo de Caso: Concelho do Fundão	57
5.1. O concelho do Fundão durante o Estado Novo	57
5.2. Escolas do povo - Os <i>Planos</i> do Estado Novo	60
5.2.1. Escolas do <i>Plano dos Centenários</i>	61
5.2.2. Escolas do <i>Plano das Construções</i>	65
5.3. Exemplos de Relevância	68
5.3.1. Escola da Barroca	69
5.3.2. Escola de Silvares	70
5.3.3. Escola de Aldeia de Joanes	71
5.3.4. Escola de Pêro Viseu	72
5.3.5. Escolas de Enxabarda e Zebras	73
6. Personagens Destaque	75
6.1. Políticos	75
6.1.1. António de Oliveira Salazar (1889 - 1970)	75
6.1.2. Duarte José Pacheco (1900 - 1943)	76
6.2. Arquitetos	77
6.2.1. Raul Lino (1879 - 1974)	77
6.2.2. Rogério de Azevedo (1898 - 1983)	78
6.2.3. Guilherme Rebello de Andrade (1891 - 1969)	81
7. Conclusões	83
Anexos	85
Bibliografia	137

Índice de Anexos

Anexo I. Projetos do <i>Plano dos Centenários</i>	86
I.1. Joaquim Areal (DENC)	86
Anexo II. Inventário do Caso em Estudo	90
II.1. <i>Plano dos Centenários</i>	91
Projeto Inicial	91
Alteração de Simplificação	99
II.2. <i>Plano das Construções</i>	109
Projeto Inicial	109
Alteração ao Projeto	115
II.3. Outras Escolas	121
<i>Conde Ferreira</i>	122
<i>Adães Bermudes</i>	123
<i>Tipo XXV N°46</i>	125
<i>Tipo XXIV</i>	126
Arquitetura Moderna	128
Arquitetura Tradicional	130
Anexo III. Informação Documental	131
III.1. Documentos Legais	132
<i>Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias</i>	132
<i>Suplemento Diário do Governo</i>	132
III.2. Outra Documentação	134
Artigo de Jornal	134
Exposições	136

Lista de Figuras

Figura 1 - Saudação romana, alunos de categoria Infantes, Mocidade Portuguesa. (Fonte: <http://www.louletania.com/?p=2403>, consultado a 10/12/2015)

Figura 2 - Sala de aula nos anos 40, *A lição de Salazar*, o crucifixo, fotografias de Salazar e Carmona. (Fonte: http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2011_03_06_archive.html, consultado a 10/12/2015)

Figura 3 - Guia oficial da *Exposição do Mundo Português*, a propaganda do Estado, em 1940. (Fonte: <http://opinioesdealgibeira.blogspot.pt/2013/01/reminiscencias-do-passado-3-exposicao.html>, consultado a 10/12/2015)

Figura 4 - *Padrão dos Descobrimentos*, projeto do arquiteto Cottenelli Telmo, inaugurado em 1940 na *Exposição do Mundo Português*.

(Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html>, consultado a 10/12/2015)

Figura 5 - Arquitetura a imagem do império de Estado Novo, *Exposição do Mundo Português* inaugurada em 1940, Lisboa. (Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html>, consultado a 09/12/2015)

Figura 6 - Liceu Nacional D. Filipa de Lencastre, arquiteto Jorge Segurado, Lisboa (1932-1940). (Fonte: <http://www.aedfl.pt/es-23-d-filipa-de-lencastre/>, consultado a 10/12/2015)

Figura 7 - Liceu Nuno Alvares, arquiteto José Costa e Silva, Castelo Branco. Projeto do *Plano 38*, estilo oficial *português suave*.

(Fonte: http://castelobrancocidade.blogspot.pt/2007_01_01_archive.html, consultado a 10/12/2015)

Figura 8 - Alguns exemplos de Tipologias projetadas por Rogério de Azevedo. (Fonte: AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p. 221 e 223*)

Figura 9 - Exemplo de algumas propostas de Raul Lino. (Fonte: AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p. 206 e 211*)

Figura 10 - Escola de uma sala tipo Douro de Rogério de Azevedo, freguesia de Porto Bom, Gondim, Maia. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.34)

Figura 11 - Escola de uma sala tipo Alentejo e Ribatejo de Raul Lino, freguesia Monte Real. (Fonte: <http://neothemi.up.pt/temas/edif4.htm>, consultado a 03/09/2015)

Figura 12 - Escola do tipo Alto Minho de Rogério de Azevedo, Bairro de Casas Económicas de Ramalde no Porto, Projeto do Bairro de Fernando Távora (1939). (Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>, consultado a 06/11/2015)

Figura 13 - Estudo da planta, adaptada para separação dos sexos, escola tipo Rogério de Azevedo, realizado por Fernandes de Sá (1939-1940). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.30, adaptado pelo autor)

Figura 14 - Cantina-Escola Salazar, Vimieiro - Santa Comba Dão. (Fonte: <http://www.esev.ipv.pt/patrimonio/Descricao.ASP?CodEscola=162&CodElemento=211>, consultado a 21/11/2015)

Figura 15 - Alçado principal, proposta de geminação do edifício de 1 sala, tipo Douro. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.32)

Figura 16 - Planta, proposta de geminação do edifício de 1 sala, tipo Beira Litoral. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.33, adaptado pelo autor)

Figura 17 - Porta de uma escola tipo Douro, do projeto de 1935, da autoria de Rogério de Azevedo. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.29)

Figura 18 - Alteração da porta da mesma tipologia, feita por Fernandes de Sá (DENN). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.29)

Figura 19 - Escola duas salas para dois sexos, tipo Alto Minho, Freguesia de Mar, Esposende. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.35)

Figura 20 - Escola duas salas e dois sexos, *Tipo Douro* Granito Fernandes de Sá (DENN). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.50)

Figura 21 - Exemplo de solução de duas salas geminadas, escola de quatro salas para um sexo *Tipo Minho* Granito, Fernandes de Sá. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.55)

Figura 22 - Alçado principal do *Projeto Simplificação do Tipo Beira Litoral - Cantaria*, apresentado por Joaquim Areal. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.113)

Figura 23 - Alçado principal de escola *Tipo Serra*, após alterações ao projeto de Joaquim Areal. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.114)

Figura 24 - Alçado principal de escola *Tipo Algarve*, uma sala (1948). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.114)

Figura 25 - Alçado principal de escola *Tipo Serra*, uma sala, após alteração (1955). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.114)

Figura 26 - Proposta de localização de uma escola, numa das principais ruas da localidade. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.120, adaptado pelo autor)

Figura 27 - Proposta de implantação e orientação de uma escola no terreno. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.106, adaptado pelo autor)

Figura 28 - Perspetiva desenhada, apresentada como estudo da Escola *Tipo Rural*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.151)

Figura 29 - Planta do estudo apresentado para uma Escola *Tipo Rural*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.151)

Figura 30 - Perspetiva desenhada para o *Tipo Rural*, apresentada nos projetos Tipo-Regionalizados. Projeto de Rogério de Azevedo, 1935. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p. 234)

Figura 31 - Planta estudo do *Tipo Rural*, apresentada nos projetos Tipo-Regionalizados. Projeto de Rogério de Azevedo, 1935. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p. 235)

Figura 32 - Planta *Tipo Urbano*, para uma escola de uma sala. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.150, adaptado pelo autor)

Figura 33 - Planta *Tipo Rural*, para uma escola de uma sala. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.160, adaptado pelo autor)

Figura 34 - Alçados de proposta *Tipo Urbano*, escola de uma sala, *Solução B*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.156)

Figura 35 - Alçado de projeto *Tipo Urbano, Solução A*, para escola de uma sala. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.150)

Figura 36 - Alçado de projeto *Tipo Rural, Solução A*, para escola de uma sala. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.160)

Figura 37 - Alteração de ampliação a 3 salas, escola *Tipo Rural*, primeira aprovação. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.176)

Figura 38 - Perspetiva de uma ampliação a 3 salas, escola *Tipo Rural*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.178)

Figura 39 - Planta de uma ampliação, 3 salas *Tipo Rural*, com possibilidade a ampliação a 4 salas. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.178)

Figura 40 - Planta proposta para alteração ao *Tipo Urbano*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.183)

Figura 41 - Planta proposta para alteração ao *Tipo Rural*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.183)

Figura 42 - Planta principal de *Cantina-Tipo para 2 salas*, a aplicar na Região da Extremadura. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.208)

Figura 43 - Alçado principal de *Cantina-Tipo para 2 salas*, a aplicar na Região Centro. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.223)

Figura 44 - Casino Fundanense e Jardim Municipal, vila do Fundão nos anos 30. (Fonte: <http://delitodeopiniao.blogs.sapo.pt/tag/jornal+do+fund%C3%A3o>, consultado a 11/11/2015)

Figura 45 - Mineiros da Panasqueira numa antiga entrada das minas. (Fonte: <http://capeiaarraiana.pt/category/beiras-alta-e-baixa/beira-baixa/fundao-beira-baixa-2/page/2/>, consultado a 11/11/2015)

Figura 46 - A pobreza cravada na gente da beira.

(Fonte: http://www.fernandopaulouro.com/2014_01_05_archive.html, consultado a 11/11/2015)

Figura 47 - Censura nas páginas do *Jornal do Fundão*, após suspensão de seis meses, data de 28 de Novembro de 1965. (Fonte: http://arepublicano.blogspot.pt/2012_05_01_archive.html, consultado a 21/07/2015)

Figura 48 - Textos de Janeiro de 1961, *Jornal do Fundão*. (Fonte: <http://brevescamposmelo.blogspot.pt/2010/04/normal-0-21-false-false-false-pt-x-none.html>, consultado a 21/07/2015)

Figura 49 - Alçados principais escola *Tipo Beira Alta*, uma sala, granito e xisto. Respetivamente esquerda e direita. Projeto de Joaquim Areal (1944). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.60)

Figura 50 - Cantaria granítica em pedra curva, porta da escola de Lavacolhos, atual Casa do Bombo. (Fonte: Autor)

Figura 51 - Alteração de *simplificação*, cantaria de porta, *Tipo Serra*, escola de Monte Leal. (Fonte: Autor)

Figura 52 - Planta *Tipo Rural*, escola de uma sala. Localização do pilar revestido em cantaria, na posterior do edifício. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.160, adaptado pelo autor)

Figura 53 - Pilar em cantaria granítica presente no recreio coberto, escola *Tipo Rural* de Freixial. (Fonte: Autor)

Figura 54 - Planta *Tipo Rural 3*, após alteração do *Tipo Rural*. (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.183)

Figura 55 - Escola *Tipo Beira Alta*, localizada na freguesia da Barroca. (Fonte: Autor)

Figura 56 - Degradação de um dos pilares de sustentação do recreio coberto. (Fonte: Autor)

Figura 57 - Alçado principal de uma escola de 4 salas para 1 sexo, do *Tipo Beira Alta*. Projeto de Joaquim Areal (1944). (Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996; p.68)

Figura 58 - Características da fachada principal da escola de Silvares. *Tipo Beira Alta* ao nível do rés-do-chão e janela do *Tipo Urbano* ao nível do piso superior. (Fonte: Autor)

Figura 59 - Características da fachada principal da escola de Aldeia de Joanes, que não correspondem nem ao *Tipo Beira Alta* nem ao *Tipo Serra*. (Fonte: Autor)

Figura 60 - Pilares revestidos a cantaria granítica, são característicos do *Tipo Beira Alta* e *Tipo Serra*. (Fonte: Autor)

Figura 61 - Vãos envidraçados nas laterais do edifício, não correspondem a nenhum tipo aplicado na região centro. (Fonte: Autor)

Figura 62 - Fachada principal da escola de Pero Viseu. (Fonte: Autor)

Figura 63 - Cantaria granítica da entrada da escola de Pêro Viseu. (Fonte: <http://peroviseu.no.sapo.pt/Geral/Imagens/prtescol.jpg>, consultado a 07/07/2015)

Figura 64 - Localização da Escola de Enxabarda, próximo ao cemitério da freguesia. (Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor)

Figura 65 - Localização da Escola de Zebras, próximo ao cemitério da freguesia. (Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor)

Figura 66 - Antigo edifício do jornal *O Comércio do Porto* e garagem com escritórios do jornal *O Comércio do Porto*. Projetos de Rogério de Azevedo

(Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/12/garagem-o-comercio-do-porto.html>, consultado a 09/06/2015)

Figura 67 - Pavilhão Carlos Lopes, *Pavilhão Português das Industrias* projetado para participar na *Exposição Internacional do Rio de Janeiro* na década de 20

(Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/04/pavilhao-dos-desportos-de-lisboa.html>, consultado a 09/06/2015)

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Tipologias a construir nas freguesias do Fundão, no início do *Plano dos Centenários*. (Adaptado pelo autor, com base no *Mapa Definitivo* de 1944)

Tabela 2 - Escolas construídas no concelho do Fundão do *Tipo Beira Alta*, projeto de 1944. (Síntese de autor com base na investigação)

Tabela 3 - Escolas construídas no concelho do Fundão do *Tipo Serra*, projeto de 1947. (Síntese de autor com base na investigação)

Tabela 4 - Tipologias a construir nas freguesias do Fundão após atualização do *Plano dos Centenários* de 1961. (Adaptado pelo autor com base no *Diário de Governo*, datado de 8 de Maio de 1961)

Tabela 5 - Escolas construídas nas freguesias do Fundão do *Tipo Rural* de 1961. (Síntese de autor com base na investigação)

Tabela 6 - Escolas construídas nas freguesias do Fundão do *Tipo Rural 3* de 1965. (Síntese de autor com base na investigação)

Tabela 7 - Escolas construídas nas freguesias do Fundão do *Tipo Urbano 3* de 1965. (Síntese de autor com base na investigação)

Lista de Acrónimos

DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

MOPC - Ministério das Obras Públicas e Comunicações

MOP - Ministério das Obras Públicas

MEN - Ministério da Educação Nacional

DENN - Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte

DENC - Direcção dos Edifícios Nacionais do Centro

DENL - Direcção dos Edifícios Nacionais de Lisboa

DENS - Direcção dos Edifícios Nacionais do Sul

MP - Mocidade Portuguesa

MPF - Mocidade Portuguesa Feminina

1. Contextualização e Apresentação da Investigação

1.1. Introdução

No âmbito do tema *Plano dos Centenários*, não sendo um tema recente, originou alguns estudos proeminentes na história da educação nacional, relativamente à educação originada pelo Estado Novo e que foi altamente controversa. Enquadrado num contexto de repreensões e pressões, envolto em interesses políticos, associa-se à história da arquitetura portuguesa, pelas práticas profissionais e comportamentais dos arquitetos da altura, que construíram uma imagem do edifício escolar, que foi ganhando múltiplos significados ao longo do tempo, contrastante e até conflituosa face ao estilo arquitetónico que se vivia naquele momento.

Considere-se a arquitetura, a dianteira do estudo e que, influenciada pelo contexto político, ganhou uma dimensão cultural, hoje presente na história da educação e na sociedade portuguesa. Procedeu-se à análise do contexto político e dos impactos sociais que daí advieram, assumindo-se como papel relevante, a necessidade de compreender as repercussões do tema, nomeadamente no que concerne à arquitetura produzida durante aquele período em relação ao fenómeno do modernismo, que acabou por regredir face ao avanço dos restantes países europeus.

Do ponto de vista teórico, subscreve-se a posição política como ponto fundamental da quebra estilística na arquitetura nacional, contudo mostrou-se inevitável apresentar em anexo a presença de Escolas modernistas, também no caso de estudo, como forma de não menosprezar a arquitetura modernista, que foi sendo projetado durante esse período. Perante esse panorama, realça-se os organismos locais que influenciaram de forma decisiva a construção das muitas escolas existentes no concelho do Fundão, salientando-se os contornos sociais e competências económicas locais, como representação das disparidades e contrariedades das situações complexas de integração da arquitetura do plano, em relação ao contexto social e económico do período de Estado Novo.

Valorize-se essa perspetiva, mais prontamente o caso em estudo, como exemplo de sucesso na concretização do plano, assim compreenda-se a importância do contexto local na seleção e mobilização de recursos disponíveis, que orientados de forma coerente e eficaz, permitiram a construção dos edifícios propostos para o concelho.

Este trabalho trata-se de um processo realizado segundo capítulos, primeiramente realizou-se uma análise às ideologias políticas e objetivos de estado novo, ao nível da arquitetura e da educação; de seguida compreendeu-se a realização dos projetos do plano até à sua concretização; deu-se continuidade desse entendimento, percebendo-se a sua realização e execução; tratou-se depois o capítulo de continuação do plano; por último analisou-se as escolas do caso em estudo, em relação aos dados recolhidos.

1.1.1. Objetivos

Centrada no concelho do Fundão, a presente dissertação tem como principal objetivo, a investigação da rede de Escolas, bem como a análise do previsto pelo *Plano dos Centenários* e do construído no concelho, evidenciando por meio de alguns exemplos, as alterações resultantes das dificuldades económicas vividas no período de execução do Plano. Pretende-se compreender a origem do tradicionalismo dos projetos do plano e porque existe tão grande discrepância estilística em relação à arquitetura escolar privada construída durante esse período, nesse sentido, realizou-se o enquadramento contextual e político, permitindo perceber a importância do projeto na propaganda do poder de Estado Novo.

Realizou-se uma análise projetual das escolas construídas no concelho, trabalhadas pelo arquiteto diretor da DENC, Joaquim Areal, incluindo-se a sua história de formulação e organização espacial, como explicação do estilo arquitetónico tradicionalista, resultante da influência dos projetos tipo-regionalizados. Salientou-se no estudo, as muitas alterações de projeto resultantes das vicissitudes económicas, em que o país se encontrava, e que deu origem ao presente trabalho de mestrado integrado.

1.1.2. Metodologia

Baseando-se nos objetivos propostos, delineou-se uma rota metodológica, que se apresenta como ponto de partida neste projeto de investigação. Com base numa metodologia mista de investigação, traçou-se um percurso “*in situ*” de recurso ao registo fotográfico e na análise documental, como técnicas de recolha de dados. Mais concretamente, destinado à validação do conteúdo e dados apresentados, a recolha do registo fotográfico serve de complemento à documentação legal daquele período. Realizou-se uma investigação e seleção das escolas do ensino básico do concelho do Fundão, com base na história, ideia e conceitos base do *Plano dos Centenários*, permitiu-se distinguir as muitas tipologias resultantes. Serão enumeradas as várias fases de execução do projeto, como fundamento do principal objetivo que aqui se propõe apresenta-se o registo fotográfico da investigação “*in situ*” e quadros de edifícios previstos, com base em documentos legais, nos exemplos devidamente justificados e apresentados nos livros *Muitos Anos de Escolas*, no mapa definitivo do *Plano dos Centenários* e nos muitos *Diário de Governo*.

1.1.3. Estado da Arte

Considere-se neste ponto, os estudos desenvolvidos pelo Ministério da Educação, na coleção *Muitos Anos de Escolas*¹, em que se concentram exemplos de escolas predominantemente tipificadas construídas em Portugal. Refira-se ainda o estudo de Almeida² e Caldeirão³, no âmbito da arquitetura, que permite deduzir-se que as escolas do Plano dos Centenários se assumem como um exemplo da arquitetura propagandista do Estado Novo, numa perspetiva moderna da tradicional arquitetura portuguesa.

Considere-se o Estado da Arte deste trabalho, uma investigação árdua e reflexiva, que não pretende copiar informações de outros autores, mas refletir sobre elas, num processo de análise e colocação de dados, relacionando-os com o caso em estudo. O presente estudo permitiu formular hipóteses, com contributo na exposição “*Um destino; coisa simples*” Património Arquitetónico do séc. XX no concelho do Fundão, que se encontrou patente no museu A Moagem- Cidade do Engenho e das Artes na cidade do Fundão, no Museu dos Lanifícios da UBI e no Roca Lisboa Gallery. Uma exposição de elevada importância para esta dissertação, que faz referência ao que foi investigado sobre o tema, contudo os resultados apresentados encontram-se sujeitos a melhorias, servindo de auxílio no desenvolvimento de futuros estudos. Permita-se salientar que, este estudo, não se trata de uma efetivação dos números reais de escolas existentes no concelho, no entanto acredita-se que o número apresentado se aproxime à realidade existente.

1.2. Contextualização

De forma a contextualizar o tema pretende-se estabelecer a relação entre as ideologias políticas e a arquitetura do período em que surge o Estado Novo, que deixou grandes marcas, não só na história política, mas também na história da arquitetura em Portugal. Trata-se de um período controverso, o mais fascista que governou o país, ajudou no desenvolvimento de Portugal, mas retraiu as mentalidades de toda sociedade, através de uma ação tão pouco correta, de ditadura e censura.

Portugal sempre foi um país de história ligado aos descobrimentos, no entanto era um país de atividade agrícola e vivência rural, transformado em pouco tempo num país grandioso e monumental, que por meio do governo salazarista, consegue um desenvolvimento rápido, deixando no passado o seu rótulo de país com elevado número de analfabetos, graças à intervenção das suas políticas educativas. As políticas educativas e a necessidade de

¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941; 1990/AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70; 1996/AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. III - Edifícios para o ensino infantil e primário Da Escola Piloto à Área Aberta Casos Especiais; 2010*

² ALMEIDA, Pedro; *A Arquitectura no Estado Novo; 2002*

³ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo; 2013*

alfabetizar o país, foi um assunto de grande destaque para o regime, que desde cedo percebeu que a batalha contra o analfabetismo do país, iniciada durante a 1ª República, deveria ser continuada e seria a forma mais fácil de alcançar a satisfação das massas.

Este capítulo pretende ser uma pequena análise do caminho percorrido pela arquitetura do Plano dos Centenários, face a este regime, que de tão ditatorial limitou a expressão arquitectónica nas demais fases do projeto.

1.2.1. Formação de um Regime Ditatorial

Com a queda da Monarquia em 1911, inicia-se em Portugal novas políticas de governação, aprovada a Nova Constituição, denominada por 1ª República e que visava ser um regime democrático-parlamentar de curta duração. Entre diversas rivalidades partidárias, o general Gomes da Costa, sai de Braga a comandar as suas tropas, em direção a Lisboa, com o objetivo de derrubar o Governo e gerada a confusão, acaba por terminar a 28 de Maio de 1926, por meio de um golpe militar. Assim, encontrava-se instaurada em Portugal, uma ditadura militar, onde persistia a instabilidade política e é neste clima de instabilidade que, no ano de 1928, Óscar Carmona é eleito Presidente da República, convidando António de Oliveira Salazar para ministrar e reorganizar as finanças do país. Dessa forma, inicia-se um regime ditatorial, que previa uma “continuidade política através da necessidade de uma reestruturação total da ordem face a uma situação de caos”, onde a “ordem” e poder, sobrepõe-se “à desordem e à dissolução política e económica”, revelando o seu “espírito revolucionário”, como sendo a base do “progresso moral e material da Nação”.⁴

Considere-se o período de Estado Novo, um período político de quarenta e oito anos de governação, formado por várias fases, sendo que surgiu cronologicamente como golpe militar e iniciou-se como regime liberal ditatorial que colocou fim aos 16 anos de instabilidade política da governação da 1ª República Portuguesa. Na governação de Estado Novo, António Oliveira Salazar inicia-se como ministro das finanças, no entanto acaba por desempenhar um excelente trabalho no equilíbrio das contas orçamentais do país, assim abrir-se-iam novos cargos e responsabilidades, que lhe permitiriam chegar a chefe de Estado.

Num discurso datado de 30 de Julho de 1930, Salazar refere que “Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, [...] Pretendemos construir o Estado social e corporativo [...] e coordenar as corporações, federações e confederações económicas de caráter patronal ou operário formadas espontaneamente ou por impulso do Poder, desviando-as das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação”. Mais tarde, em 1932, Salazar acaba por ser nomeado presidente do Conselho de Ministros e em 1933, com o fim da ditadura militar, aprova-se uma nova Constituição, governada por Salazar.

⁴ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p.8

Intitulado por Estado Novo, o regime que na teoria reconhecia as liberdades e direitos individuais, acaba por provar que os direitos dependiam dos interesses do governo. Os anos 30, do séc. XX, foram um marco importante para este regime, a ditadura militar acaba por sofrer alterações de reestruturação política mas também ideológicas, dando lugar a uma instituição regida pelo poder político, enraizar-se-ia os ideais - *Deus, Pátria e Família* - nas gerações futuras. Salazar, em desrespeito à constituição, concentra em si todos os poderes, revelando-se o homem com mais poder político no país, acaba por em 1934, declarar a União Nacional o único partido legal do país.

Encontrava-se estabelecido um novo governo - Estado Novo - de bases autoritárias, refletidas nas restantes políticas do Estado, com Salazar no topo da hierarquia política, visar-se-ia mostrar, não só a sua capacidade de equilibrar o orçamento, mas também a capacidade de estruturar um governo. No início da governação, surge o estudo das escolas tipo regionalizadas, note-se que acabariam por mostrar-se a base de desenvolvimento do *Plano dos Centenários*, que só na década seguinte foi oficialmente executado. Manter-se-ia uma política de autoridade, com base na ditadura militar, Portugal revelou-se uma “metrópole colonizadora com o império colonial”⁵ e com ajuda de António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), far-se-ia o controlo da imprensa, jornais e espetáculos, que pudessem colocar o governo sob xeque-mate aos olhos das massas. O país, sob censura, limitava-se à regrada informação, ainda que algumas entidades, com sucessivas tentativas falhadas, acabariam por tentar prejudicar, com o intuito de libertar o país.

No entanto, conseguiria governar durante dez anos, sem movimentos grevistas, até ao surgimento da Segunda Guerra Mundial. Justificou-se a neutralidade de Portugal face à guerra, com “motivos económicos e ideológicos”, manter-se-ia o país afastado de conflitos, no entanto não evitariam uma recessão económica e consequentemente gerariam rivalidades sociais entre classes e governo, com isto, originaram-se manifestos sociais, com alguma intensidade, ainda assim demonstrar-se-iam insuficientes para derrubar o governo de Estado Novo.⁶ Com a Guerra originou-se a escassez de “bens essenciais” e materiais de construção, que encareceria os preços desses bens, uma fase que daria origem à fome e até ao limite de venda de alimentos, assim com esse problema, originaram-se projetos de “cantinas escolares” como forma de alimentar as crianças.⁷ As eleições de 1940 decretariam a mudança do Ministro das Obras Públicas (MOP), Duarte Pacheco, que só em 1942 é substituído por Ferreira Dias, que assumiria o lugar com um propósito para o país, a modernização da indústria portuguesa.

⁵ BAPTISTA, Marta; *Arquitectura como Instrumento na construção de uma Imagem do Estado Novo*; 2008; p.14

⁶ BAPTISTA, op. cit.; p.15

⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.101

Era necessário criar-se riqueza para o país, mas para “permitir um desenvolvimento financeiro razoável e proporcionar uma maior abertura internacional ao nível económico”.⁸ Com o avistamento do fim da guerra, em Agosto de 1945, o governo respiraria de alívio por verificar que mantivera a sua posição a nível internacional, sem consequências pelo seu isolamento e neutralidade face aos acontecimentos na Europa. Surgiria no entanto um momento de reflexão para os dirigentes do governo, que com os ânimos sociais mais calmos, decidiria valorizar o descontentamento das massas e suavizaria a sua autoridade de forma a evitar futuras consequências e até possíveis movimentos de oposição.

O país necessitava de um vasto leque de infraestruturas diversas, por investimento do Estado Novo permitiu-se um desenvolvimento nas redes de estradas, expansões das redes telefónica e telegráfica, melhoramento de portos, construções de barragens para irrigação dos campos agrícolas e na produção da electricidade. Praticava-se uma política de construção com condições de desenvolvimento económico para o país, que permitiria o combate ao desemprego. Uma evolução lenta do país, contudo nos anos de 1943 e 1944, verificava-se o surgimento de linhas aéreas, autocarros “a circular”, seria exemplo dos avanços do país, embora mergulhado nas dificuldades da Guerra, mostraria a glória do seu poder.⁹

“As eleições presidenciais de 1958” proporcionariam um novo golpe militar, que surte efeito a 25 de Abril de 1974, com isto, originou-se o fim de quase meio século de ditadura em Portugal e até esta data só Marcelo Caetano substituiu Oliveira Salazar, no ano de 1968. Nos últimos anos de governação deste governo, os movimentos independentistas dariam voz às mais variadas críticas com precursão internacional. Proclamar-se-ia a necessidade de liberalização de territórios coloniais. António de Oliveira Salazar acabaria retirado do poder, enquanto Marcelo Caetano assumiria o seu lugar na presidência do Conselho de Ministros, que com a ajuda dos restantes membros de governo, tentaria dar continuidade às políticas do regime. No entanto, revelar-se-ia um esforço insuficiente, até que em 1971, uma “revisão constitucional” reforça a incapacidade de governação deste regime.¹⁰

1.2.2. Política Educativa - Redução do Analfabetismo

O ponto de partida da política educativa remete-nos à problemática do analfabetismo que acompanhou o país até ao período de Estado Novo, que apresentava uma elevada taxa de analfabetos. Comece-mos por efetuar um enquadramento da história da educação no país, gerador desta problemática e que começa a salientar-se ainda durante a 1ª República. Impulsionador da importância do ensino, este governo permitiu uma evolução cultural e a redução da taxa de analfabetismo, que permanecia enraizada na nossa sociedade.

⁸ BAPTISTA, Marta; *Arquitectura como Instrumento na construção de uma Imagem do Estado Novo*; 2008; p.16

⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.101

¹⁰ BAPTISTA, Marta; *Arquitectura como Instrumento na construção de uma Imagem do Estado Novo*; 2008; p.16

Sabe-se que durante séculos o ensino se resumia à transmissão de saberes e “cultura da época”¹¹ de “pais para filhos” ou mestres e aprendizes, locais improvisados, denominados de “oficinas-escola”, até que se gera o negócio do ensino, edifícios construídos com essa finalidade mas apenas acessíveis a classes abastadas.¹²

Construíram-se inúmeros colégios privados em Portugal, contudo mostraram-se ineficientes e incapazes de responder às necessidades do país, surge a ideia de fazer chegar o ensino a todas as localidades do país durante a governação da 1ª República. Essa governação pretendia “edificar uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz”¹³, reestruturando a cultura do país com a criação do ensino público obrigatório, promessas de mudanças que acabaram por vingar na governação do Estado Novo, devido às dificuldades financeiras encontradas após a monarquia.

O país acabava por transparecer uma sociedade em decadência cultural com “a taxa de alfabetismo (...) mais baixa da Europa”¹⁴, entenda-se que a primeira atenção dos problemas sociais, surgiu no início do séc. XX, ainda que só tenha avançado no Estado Novo, com a construção de uma rede de escolas primárias, depois de Salazar assumir a pasta das finanças e estabilizar a economia do país. Refira-se a ideia da 1ª República, como ponto de partida para a construção *em série* de escolas primárias em Portugal, marco de grande desenvolvimento nas políticas educativas e que originou os projetos-tipo.

O objetivo da descentralização do ensino prendia-se em fazer chegar a educação a todos, modernizou-se as políticas educativas do país no sentido de preparar as gerações futuras, que com alguma urgência, faria chegar a escolaridade a todos os meios rurais do país. Lembre-se que até essa altura, a educação em Portugal era privilégio das classes média e alta, no entanto a construção de escolas em todas as localidades, faria com que os desfavorecidos fossem colocados em patamar de igualdade, dava-se o direito à oportunidade de atingir o êxito profissional e social. Reconhece-se o contributo da 1ª República, que entre 1910 e 1925, permitiu a redução da taxa de analfabetismo de “75% para 67,8%”¹⁵ e aumentou o número de escolas até ao final da governação, contudo esse aumento mostrava-se insuficiente.

Durante o Estado Novo, a esperança do povo acabava refletida nos jornais, que anunciavam a construção de escolas para o povo, contudo expetante, o povo aguardava com “incerteza” uma possível solução da “luta contra o analfabetismo” do país.¹⁶

¹¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.11

¹² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I*, op. cit.; p.17-18

¹³ GUERREIRO, Carla; *A Literatura para a Infância em Portugal nos Séculos XIX e XX: Contextos Socioculturais e Contributos Pedagógicos*; 2010; p. 58

¹⁴ GUERREIRO, op. cit.; p.40

¹⁵ AA.VV. *História 9.º ano*; 2002; p. 54

¹⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.102

Com a realização do Plano dos Centenários, estrategicamente o Estado Novo assumia o “controlo das práticas educativas” enquanto permitia um “vínculo entre as crianças e a Nação”, criava-se uma rede de edifícios dispendiosos, enredados na *imagem* propagandista do amor ao povo.¹⁷

Considere-se que a construção de uma rede escolar não passava apenas por alfabetizar o país, outro grande objetivo do regime pretendia inculcar o patriotismo aos mais jovens, por meio de obediência ao poder político com ajuda de castigos e repreensões. Apesar desta intenção de apropriação das questões educacionais como forma de propagandear o regime, importa ainda salientar que “havia milhares de crianças sem escola ou a frequentar casebres cujas condições não diferiam muito das que, desde meados do século XIX, tinham sido apontados como a mais forte causa para o analfabetismo, em Portugal”.¹⁸

Assim a rede de escolas do Estado Novo contribuiu para a redução da taxa de analfabetismo, de 67% para 59,4%, enquanto o número de “escolas primárias oficiais passaria de 6657 para 7768”.¹⁹

1.2.3. Mocidade Portuguesa - “educar politicamente o povo”

Em paralelo com a redução da taxa de analfabetismo, a construção de edifícios escolares do povo evidenciou a necessidade de “educar politicamente o povo”, agregando o patriotismo à “intenção de ensinar as crianças a ler”. A realização do plano conseguiu dar importância “às questões do ensino primário”²⁰, ainda que o regime tenha feito delas uma estratégia política para alcançar o agrado das massas. Portugal havia sido transformado numa espécie de lugar próprio, criado ao estilo de Salazar, um império que acabou por deixar cicatrizes profundas na história do país e no povo português.

Os edifícios escolares construídos segundo os planos, transformaram-se no reflexo do tradicionalismo e autoritarismo do regime, em fábricas “de cidadãos nacionais”. Entre lições de conhecimento básico, inculcavam-se os principais ensinamentos da “identidade nacional”, fundamentada de tradições e valores da sociedade portuguesa, as crianças eram educadas politicamente, obrigadas a ter respeito pela Nação e pela história do povo português.

Nas salas de aula apelava-se ao patriotismo enquanto se criavam indivíduos autoritários, disciplinados e eles próprios disciplinadores de normas, condutas e regras do regime, em defesa do nacionalismo e do salazarismo.²¹

¹⁷ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p. 3

¹⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Volume I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.247

¹⁹ TAVARES, Adriana; *Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retratada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projecto DEEB (1960/70)*; 2010; p. 31

²⁰ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.13

²¹ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p.4

A instrução “pré-militar” da *Mocidade Portuguesa* (MP) é exemplo do aproveitamento da juventude portuguesa para a criação de um “exército” (Figura 1) defensor do Estado, assim criou-se uma legião instituída em Portugal por meio do decreto-lei nº26 611 de 19 de Maio de 1936, abrangia essencialmente o sexo masculino. Desta forma o MEN conseguia “uma organização nacional e pré-militar”, onde a educação previa “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria”, em suma uma espécie de exército “em condições de (...) defesa” do bom nome da nação portuguesa.²²



Figura 1 - Saudação romana²³, alunos de categoria *Infantes*, Mocidade Portuguesa.

A educação da MP promovia a “ordem”, o gosto pela disciplina, o “culto dos deveres morais, cívicos e militares”, onde os jovens do “Império Português” eram agrupados por faixas etárias e submetidos ao desenvolvimento da própria identidade, em função do “carácter” patriótico do regime.²⁴ Um ano mais tarde, em 1937²⁵ alargava-se ao sexo feminino, instituiu-se a *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF), com o intuito de criar uma mulher nova, promovia uma evolução do Estatuto da *Obra das Mães pela Educação Nacional*²⁶ onde o papel da mulher, para a sociedade, está demasiado ligado ao estatuto de mãe dona de casa, situação que hoje justifica a taxa de analfabetismo português, com maior evidência no sexo feminino idoso.

Assim aproveitara-se a rede de escolas primárias do Plano, para dar uma formação escolar à MP e MPF, envolta numa consciência social fundamentada em valores e ideologias do regime, para reconhecimento do poder político de Estado Novo.

²² Decreto-lei nº 26 611, de 19 de Maio de 1936 in *Diário do Governo*; I Série - Numero 84; p. 543

²³ Supõe-se que este gesto de saudação tenha surgido durante a República Romana, não se sabe se era cortesia militar da própria cultura imperial, no entanto algumas imagens das tropas de era imperial, revelam gestos similares de uma possível aclamação ao líder.

²⁴ Decreto-lei nº 37 765 de 25 de Fevereiro de 1950 in *Diário do Governo*; I Série - Numero 39

²⁵ Decreto-lei nº 28 262 de 8 de Dezembro de 1937 in *Diário do Governo*; I Série - Numero 285

²⁶ Decreto-lei nº 26 893 de 15 de Agosto de 1936 in *Diário do Governo*; I Série - Numero 191

As rádios transmitiam as informações importantes do momento, bem como “Programas”²⁷ destinados à MP, inculcia-se forçosamente uma identidade, legitimada por processos formativos, que por sua vez os próprios alunos passavam às gerações mais novas, dando continuidade à repreensão e ordem social. Um reforço para o ensinamento sociopolítico, que exercia a força do poder estruturado em torno do chefe Salazar e que permanecia na memória do povo.²⁸

Em suma, a formação da juventude portuguesa foi sendo direcionada para o exercício militar, mostrou-se a melhor forma de dispor de um exército gratuito, que juntamente com as escolas, valores e conhecimentos nelas repercutidas, permitiram a construção de uma *imagem* da educação portuguesa. Note-se que, o espaço escolar foi um objeto na “missão de formação”, que submeteria “o aluno a uma reflexão” orientada para uma “disciplina colectiva” fundada em valores patriotistas.²⁹

A educação primária foi um meio desenvolvido pelo regime, para conseguir a ostentação das massas, conseguindo estetizar uma *imagem* propagandista dos valores educativos do país, uma herança destinada às gerações futuras, que dariam continuidade ao objetivo do regime. Embora controversas, as escolas primárias foram altamente contributivas para a redução do analfabetismo em Portugal, poder-se-ia dizer essencial para o desenvolvimento da educação portuguesa, contudo verifique-se que, tratou-se de um projeto com o objectivo de politizar e propagandear ensinamentos, que criou indivíduos autoritários, disciplinados e eles próprios disciplinadores, defensores das normas, condutas e regras do regime.³⁰

1.2.4. A presença do cristianismo e do regime nas salas de aula

O cristianismo, desde o início, aparece com relevância em Portugal, ganhando nova dimensão durante a governação de Estado Novo. Sempre associado a esta religião, o país ilustrava e relembra os heróis dos períodos de expansão civilizacional, por meio de símbolos cristãos associados a costumes morais e ao culto do povo português, o Deus cristão. A sala de aula foi o meio que o governo ditatorial salazarista encontrou para passar “ideias nacionalistas”³¹, com o objetivo de manter o cristianismo vivo nas gerações futuras, usavam elementos simbólicos como forma de eternizar a vontade deste governo em lembrar a importância da religião. Decretou-se a utilização do “crucifixo, como símbolo da educação cristã”, nas salas de aula de “todas as escolas públicas do ensino primário”³², submetendo os alunos a práticas diárias obrigatórias, neste caso, as crianças oravam a Deus quando entravam e saíam da escola.

²⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.101

²⁸ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p.9

²⁹ TAVARES, Adriana; *Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retratada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projecto DEEB (1960/70)*; 2010; p.36

³⁰ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p.4

³¹ PEREIRA, op. cit.; p.9

³² Lei nº 1 941, 11 de Abril de 1936 in *Diário do Governo*; I Série - Numero 84; p.286

No entanto existiam outras práticas, como por exemplo, o canto do hino nacional e a saudação da bandeira portuguesa, mostrava-se a devoção à pátria, diariamente mas também anualmente, em celebrações, como na Restauração da Independência Portuguesa e no aniversário de Oliveira Salazar, não deixando cair no esquecimento os grandes feitos do chefe do regime (Figura 2).



Figura 2 - Sala de aula nos anos 40, *A lição de Salazar*, o crucifixo, fotografias de Salazar e Carmona.

Note-se que sendo um país de heróis, Salazar pretendia não deixar cair no esquecimento do povo português, os seus feitos, mantendo-se presente nas atividades de culto enquanto herói nacional, desta forma as fotografias dos grandes chefes eram mantidas nas salas de aula, como propaganda da governação e herança das grandes personagens. Defensores da moral, costumes e tradições do povo, consciencializavam o povo para a importância do seu legado. As escolas transformaram-se em espaços do culto com os valores máximos - “Deus, Pátria, Família e Trabalho” - estes deveriam ser conservados, respeitados e incutidos sob a forma de tradição, tradições essas que manteriam uma Nação próspera e grandiosa.³³

1.3. Arquitetura como propaganda do poder político

No início da ditadura militar e reestabelecidas as finanças, instaurou-se um período marcado por restauro e construção de obras públicas, que transformou a arquitetura, em objeto propagandista de um império assente em poder, ordem e censura, fundado por ideologias sociopolíticas do regime. Assim, considere-se a arquitetura objeto para demonstração do imperialismo de Estado Novo, que transformar-se-ia numa propaganda política de demonstração da construção massiva de edifícios, detentora de uma grandiosidade e

³³ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p.9

monumentalidade, que entre reestruturações políticas e sucessivas mudanças nas legislações, submete o individualismo dos arquitetos, à execução de um estilo oficial fundamentado no tradicionalismo heroico do passado.

A construção de um império realizar-se-ia ao longo de toda a sua governação, que com o agravamento das múltiplas dificuldades económicas surgidas com a Segunda Guerra Mundial, abrandaria a construção massiva de obras públicas.

Ainda assim, na primeira fase de governação, mais favorável economicamente, permitiu entre 1930 e 1933, executar-se uma “recuperação de monumentos por todo o país”. Dirigido por Duarte Pacheco, este trabalho da Direção Geral dos Monumentos Nacionais (DGMN) e do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), permitiria dar-se uma “atenção patrimonial” ao “estado de abandono e ruína”, em que alguns “monumentos” portugueses encontrar-se-iam neste período.

Seguia-se o trabalho de restauro, resultado de demolições e reconstruções “segundo os seus supostos traçados originais”, pretendia-se com estas intervenções legitimar a identidade original do passado. Conservar-se-ia o património português, e coloca-se em prática as ambições regenerativas de todo um Portugal degradado, a que a 1ª República não teria conseguido dar resposta, por culpa da crise económica instalada nesse período. Para o chefe Salazar esta era a hipótese, criava-se assim uma fase de “*recuperação patrimonial com a vaga patriótica de tudo*”, em que o patriotismo assumia um novo papel para o povo. Impulsionador de um novo regime, Salazar restabeleceria a situação económica e financeira do país, conseguida pelo seu grande trabalho e por ser detentor da pasta do Ministério das Finanças, consideraria esse o momento certo para apelar o patriotismo da nação.

Aproveitou-se da “*restauração material*” para originar uma “*restauração moral*”, evocando o historicismo da “*glória nacional*”, transparecido nos monumentos nacionais, reestruturou uma cultura de um país de heróis. Entenda-se portanto, a necessidade de reestruturar-se a “imagem” do país, que degradada necessitava urgentemente de uma regeneração, à muito aclamada pelo povo e que acabaria por ser ouvida com as “recuperações dos monumentos” e que proveitosamente o regime com a execução destes trabalhos, idealizaria com uma estratégia política.³⁴

Pretender-se-ia, demonstrar o poder político, que encontrar-se-ia desacreditado após a governação da 1ª República. Na tentativa de recuperar a credibilidade política, apelava-se à força de um povo, no passado marcado por grandes feitos, e assim, justificar-se-iam as muitas recuperações realizadas, como o reforçar da historicidade, dar-se-ia importância à “pureza da sua traça primitiva”. Recordar-se-ia assim os momentos de glória portuguesa, trazidos à vida e à mente dos portugueses, com ajuda da realização dos restauros.

³⁴ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*; 2013; p.42-43

Por entre “planos de regularização e embelezamento” para a execução destes trabalhos, era necessário um cuidado especial para o “enquadramento urbano” e sua envolvência, de forma que o tratamento dado, mantivesse a identidade e o “valor ideológico” do passado, transportando-o para o presente.³⁵

Com a conclusão das obras de restauro o regime idealizaria novos projetos, assim em 1933, iniciou-se a realização de muitos projetos e planos, que pretendiam a construção de uma vasta “rede de equipamentos e construções”. No entanto revelar-se-iam projetos ambiciosos e até difíceis executar pela grandiosidade incompatível com a realidade económica do país. Ainda assim, em busca de uma *imagem* arquitetónica, *monumental* e digna do imperialismo do regime, acabaram por ser desenvolvidos um sem fim de planos de redes e sucessivos projetos de reajuste.³⁶

Considere-se os anos 40, uma década que acaba por caracterizar-se de um ecletismo arquitetónico, fruto das duas vertentes estilísticas que influenciariam a arquitetura de Estado Novo. Dar-se-ia em Portugal os primeiros passos no modernismo, no decorrer “dos anos 20” e 30, por influência do que era construído na Europa, que sendo um país adjetivado de rural e atrasado, fez-se acompanhar dos avanços tecnológicos da Revolução Industrial e permitiu-se uma evolução ao nível da arquitetura portuguesa.³⁷ Até ao final da década de 40, sucederam-se múltiplas “exposições nacionais” (Figura 3) organizadas pelo regime, com objetivo específico de mostrar ao povo os seus feitos, assim estas, revelariam uma obsessão pelo apelo “à pátria e à nacionalidade” (Figura 4). Encontrava-se visível nas obras do regime, de forma “propagandista”, as muitas fases do restauro e construção de obras públicas, resultantes da ambição “de reorganizar e restaurar o território português”.³⁸



Figura 3 - Guia oficial da *Exposição do Mundo Português*, a propaganda do Estado, em 1940.

³⁵ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitetura como Propaganda do Estado Novo*; 2013; p.45-46

³⁶ CALDEIRÃO, op. cit.; p.49

³⁷ TOSTÕES, Ana; *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*; p.2

³⁸ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitetura como Propaganda do Estado Novo*; 2013; p.47-48



Figura 4 - *Padrão dos Descobrimentos*, projeto do arquiteto Cottenelli Telmo, inaugurado em 1940 na *Exposição do Mundo Português*.



Figura 5 - Arquitetura a imagem do império de Estado Novo, *Exposição do Mundo Português* inaugurada em 1940, Lisboa.

Vivia-se a “*Era do Engrandecimento*” (Figura 5), uma fase de demonstração do poder, marcada por as muitas exposições surgidas do “duplo centenário da fundação” e da restauração da independência. Considere-se os anos 40, os anos de paragens na construção de obras públicas, que após o surgimento da Segunda Guerra Mundial, resultaria em sucessivos problemas económicos, sociais e materiais, que fragilizaram o governo e o povo português. Em torno disto, originou-se um clima de incertezas políticas, que o regime combateria, através das exposições e do poder do próprio regime. Nas exposições afirmavam-se os valores conservadores, enaltecia-se a história de um país de feitos heroicos, atingindo-se grandes proporções de visibilidade na Europa, no entanto mostrou-se um “grande investimento” que submeteria o país a muitas críticas, dirigidas ao governo.³⁹

Assim, a “Exposição dos Centenários” para lá das linhas de fronteira, passava a *imagem* de arquitetura grandiosa, uma arquitetura que evocaria o tradicionalismo, nacionalismo e monumentalidade, objeto “tradutor de valores ideológicos” do regime. No entanto entre colónias, a “Exposição do Mundo Português”, mostrar-se-ia uma propaganda ao poder do regime e revelaria um certo descontentamento das colónias, face à governação do Estado Novo.⁴⁰

³⁹ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*; 2013; p.59

⁴⁰ CALDEIRÃO, op. cit.; p.60

Relembre-se ainda que, em alguns países da Europa, o modernismo estava em ascensão, assim percebia-se nesses países uma negação do estilo moderno em Portugal, que forçosamente estaria a ser imposto pelo poder político. Contudo, a ascensão das suas ideologias monumentais e patrióticas, idolatrava os principais regimes megalómanos fascistas, que colocariam em segundo plano, a liberdade criativa do arquiteto e as necessidades do povo português, a arquitetura revelara-se uma máscara da realidade do povo, aplicava uma falsa grandiosidade nas muitas redes de equipamentos públicos realizadas por todo o país.

Com a queda dos principais regimes fascistas na Europa, o Estado Novo viu-se obrigado a afastar-se dos princípios políticos, colocando-se numa posição mais calma e favorável para o povo e já com menos imposições, após a morte de Duarte Pacheco permitiu-se o ressurgimento da vertente moderna. Contudo o projeto dos *Centenários* continuou a desenvolver-se em função do projeto inicial, segundo o *estilo oficial*, isto porque no seguimento dessa intenção tradicionalista, geraram-se motivos de discussão e conflito entre a classe de arquitetos, uns defendiam a realização de projetos modernistas, enquanto outros optavam pelo tradicionalismo.

2. Bases do *Plano dos Centenários*

Em Portugal, com o início do regime salazarista, deu-se uma tentativa de abraçar o movimento moderno, era a hipótese dos arquitetos portugueses para afirmar o seu trabalho individualmente, no entanto revelou-se uma hipótese de curta duração. Terminaria após o surgimento da política propagandista do regime, em torno de uma *imagem* representativa do seu império, um imperialismo monumental português que acabaria por sobrepor-se ao movimento moderno. Na Europa, o movimento moderno foi mais evidente, grandes obras de traços simples, onde a funcionalidade era prioridade, embora bem encaminhado, Portugal acabou por sofrer consequências do regime fascista que se havia instalado.

Destaque-se com certa relevância, as bases, que deram origem à arquitetura do plano, compreendendo-se as repercussões, nomeadamente a nível da história da arquitetura, que foi produzida durante esse período face ao fenómeno do modernismo e que acabou por ter uma regressão em relação aos restantes países europeus.

2.1. Rejeição ao *Modernismo* - Imposição do *Estilo Oficial*

Iniciara-se nos anos 20, a prática de uma arquitetura moderna, proporcionada pelo surgimento dos “novos materiais de construção e métodos de construção”, antes não inexistentes ou impossíveis. No entanto com a revolução industrial viria permitir-se realizar uma arquitetura aliada às técnicas e “conquistas estruturais” da engenharia, assim complementava-se as “intervenções estéticas” à evolução técnica, uma visão do futuro da arquitetura.

A arquitetura “oitocentista” acabou por substituir-se pela arquitetura modernista, com as novas técnicas construtivas permitia-se “um conforto” que “transformou hábitos e modos de vida de massas”, desconhecidos pelo povo. O modernismo foi um movimento de afirmação da funcionalidade onde a função era sobreposta à estética, assim procurou desenvolver-se os edifícios no sentido da “segurança e conforto”. Parte dos arquitetos de vanguarda, desprezariam “os valores artísticos” da arquitetura tradicional, para aliar-se as inovações de uma “arte-técnica”, que foi sendo aplicada em diversas obras públicas e variadas tipologias habitacionais. Pretendia-se construir uma arquitetura de futuro, no entanto as exigências do regime, relutante e incompatível à expressão revolucionária da arquitetura, fez com que o modernismo cai-se por terra, após iniciar o seu percurso em Portugal.⁴¹

⁴¹ TOSTÕES, Ana; *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*; 2004; p.1-3



Figura 6 - Liceu Nacional D. Filipa de Lencastre, arquiteto Jorge Segurado, Lisboa (1932-1940)

Um momento de transformação e mudanças “no seio da própria cultura arquitectónica”, o “modo de intervenção e visibilidade” da obra de arquitetura ganhava nova importância, a autoria e a linguagem arquitetónica, permitia identificar e destacar o arquiteto, graças à sua obra de grande relevância (Figura 6).⁴²

Embora munida de uma simplicidade artística, através da arquitetura modernista, mostrava-se as transformações a nível social, ainda que “a expressão de uma tradição construtiva” impedisse “a prática” do modernismo, resistia-se “à inovação”⁴³. Contudo concebiam-se edifícios com características semelhantes aos que eram aplicados na arquitetura moderna entre a tradicional arquitetura portuguesa. Definiu-se o estilo português-suave, uma arquitetura de edifícios com estruturas estilizadas de uma engenharia aliada da arte, que procurava libertar a expressão de arquitetos que seguiam linhas modernistas. A arquitetura modernista decorria durante os “anos 30”, no entanto com a política do Estado, alguns arquitetos rejeitavam a evolução, mantendo-se nas “práticas europeias oitocentistas”, segundo a influência das “*Beaux-Arts* parisienses”.⁴⁴

No final dessa década a arquitetura deixaria de responder às expectativas do regime, tomando a intenção de Guilherme Rebello de Andrade, substituiu-se a modernidade, inovação e criatividade dos arquitetos, em função de uma evolução tradicionalista imposta por leis e ordem, permitindo-se a construção de um império de poder e glória. Veja-se o exemplo dos liceus do *Plano de 38*, onde se aplicou o *estilo oficial* (Figura 7).⁴⁵



Figura 7 - Liceu Nuno Alvares, arquiteto José Costa e Silva, Castelo Branco. Projeto do *Plano 38*, estilo oficial *português suave*.

⁴² GOMES, Maria; *A Cultura Arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e Inovação*; 2003; p.7

⁴³ TOSTÕES, Ana; *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*; 2004; p.5

⁴⁴ TOSTÕES, op. cit.; p.7

⁴⁵ ALEGRE; Maria; *Arquitectura Escolar - O Edifício Liceu em Portugal*; 2012; p.470

Vivia-se em Portugal um período de repressão, onde a própria arquitetura acaba por ser influenciada, segundo a manipulação do estilo arquitetónico, em que a liberdade de expressão, regrada por castigos e repressões, encontrava-se limitada por legislações que trabalhavam no sentido de criar uma arquitetura propagandista ao poder político do regime. Desenvolvia-se a “arquitetura própria” do regime, que colocava os arquitetos em duas posições, ou na oposição, seguindo o modernismo, ou por sua vez, consentindo a realização de uma arquitetura à imagem do estilo nacional.⁴⁶

No decorrer do surto das obras públicas, o lançamento de concursos públicos captava a atenção de arquitetos e outros artistas, por tratar-se da oportunidade para mostrar capacidades construtivas, contudo sabe-se que eram aplicadas uma série de restrições que inviabilizavam a aprovação de propostas com uma linguagem moderna. Ainda que nada impedisse o surgimento de propostas de arquitetura moderna, surgiam novos nomes, aparentemente relevantes, dentro da classe de arquitetos.

Revelavam-se tentativas para dar continuidade ao modernismo, que havia sido iniciado nos anos 20. Ainda que limitados, esses projetos mostravam-se de grande interesse para os privados, que contemplavam a aplicação de novos materiais numa linguagem de futuro, destacando-se sobretudo pela novidade na “estética arquitetónica” em relação ao que estava a ser produzido no país, isto porque, os projetos deviam obedecer ao estilo oficial do império megalómano do governo, inspirado no tradicionalismo histórico do passado.⁴⁷

Note-se que apesar de inviabilizados, esses projetos inovadores, conferiam aos novos arquitetos um certo protagonismo diferenciador, gerado pela excessiva criatividade e que agradava à “nova cultura moderna”⁴⁸. Com os “*dias contados*”, as linhas modernistas davam lugar a um revivalismo do passado, numa vertente tradicionalista e renovada, de “carater nacional e regional” e que acabou por designar-se “pelo nome *Português-Suave*”. A intenção de ofuscar o modernismo, permitiu aos arquitetos tradicionalistas “promover a imagem” propagandista do regime, contudo os que preferiram manter-se na vanguarda acabaram por dar “visibilidade ao modernismo”.⁴⁹

Desta forma, dentro da arquitetura construída durante o período de Estado Novo, gerou-se um ecletismo de estilos, resultado da “ordem” e da busca pela imagem da “arquitetura tradicional” defendida pelo regime.⁵⁰ Considere-se os projetos dos *Centenários*, projetos de características arquitetónicas tradicionalistas, reveladores do estilo imposto pelo regime de Estado Novo.⁵¹

⁴⁶ MARQUES, Fernando; *Os Liceus do Estado Novo Arquitectura, Currículo e Poder*; 2003; p.17

⁴⁷ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitetura como Propaganda do Estado Novo*; 2013; p.49

⁴⁸ CALDEIRÃO, op. cit.; p.53

⁴⁹ *Ibidem*; p.56-58

⁵⁰ *Ibidem*; p.49

⁵¹ ALMEIDA, Pedro; *A Arquitectura no Estado Novo*; 2002; p.39

Uma estética justificada em defesa de tradições e da “alma lusitana”⁵², acabou por consagrar-se através de arquitetos tradicionalistas, que por sua vez atribuíram aos edifícios um exagero de decoração e motivos⁵³, revelou -se exaustiva e “desprovida de identidade”. Imagem composta por elementos decorativos com influência na arte *Déco* e traços modernistas, que o regime aproveitou para propagandear, repetidamente e exaustivamente, nas diversas “obras públicas, repartições do Estado” e redes de equipamentos, como foi o caso dos edifícios escolares.⁵⁴ A rede de escolas primárias do regime, marcam a incessante busca pela imagem oficial, que entre sucessivas paragens e retrocessos no projeto, influenciou a execução do projeto mas também as diferentes características estilísticas aplicadas nas muitas escolas, construídas durante o regime.

Um projeto em que o *estilo oficial* se sobrepõe à identidade individual do arquiteto, que exclui a vertente modernista, contudo mantém o funcionalismo, resultante de uma certa individualidade primitiva tradicionalista. Segundo as limitações do regime, os arquitetos envolvidos sujeitaram-se à aceitação de “conjuntos de normas e regras” impostas, excluindo a sua “expressão artística”. A rede de escolas primárias, construídas em série, previa ser um “plano ambicioso e rápido” e que ultrapassou a criatividade dos arquitetos envolvidos, para satisfazer o *gosto* e imposições legais do regime, transparecendo conseqüentemente, uma ruralidade adornada por “elementos estéticos exteriores” *monumentais*, de inspiração “na arquitectura portuguesa séculos XVII e XVIII”.⁵⁵

Aplicado nas escolas dos *Centenários*, esse *estilo oficial* tradicionalista, abrange sucessivas alterações de projeto e fez-se acompanhar da *imagem* da arquitetura do regime, construída durante o período de Estado Novo. Uma imagem defensora de “valores” nacionais que transparece uma riqueza “económica e financeira”, incompatível com a realidade do país durante aquele período, que parecia hipnotizado pela falsa *monumentalidade* e grandiosidade arquitetónica, que Salazar concretizou com ajuda dos seus fiéis seguidores.⁵⁶

2.2. “ante projeto”

No âmbito das “comemorações dos Centenários”, no decorrer dos anos 30, realizou-se o “ante projeto” do *Plano dos Centenários*, com o lançamento oficial do “*plano geral das novas construções para ensino primário*”, que viria dar resposta à problemática do analfabetismo.⁵⁷

⁵² ALMEIDA, Pedro; *A Arquitectura no Estado Novo*; 2002; p.34

⁵³ *Ibidem*; p.38

⁵⁴ M. ALVES, Vera; *Arte Popular e Nação de Estado Novo* A política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional; 2013; p. 58

⁵⁵ CALDEIRÃO, Teresa; *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*; 2013; p. 58

⁵⁶ ALMEIDA, Pedro; *A Arquitectura no Estado Novo*; 2002; p. 33

⁵⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p. 14

Em 1933, iniciou-se a realização de projetos tipo regionalizados, um plano “ambicioso” de construção “em série” de “escolas primárias”, cujos projetos foram automaticamente atribuídos a Raul Lino e Rogério de Azevedo, “dois grandes nomes da arquitetura portuguesa” daquele período.⁵⁸ Dispensou-se a “formalidade de concurso”⁵⁹, entregou-se o projeto a “dois Mestres” com uma vasta obra de “prestígio” e que conferiria “mais valor” a esse projeto, com tão grande envergadura. Pretendia realizar-se num período de “15 meses”, segundo a verba destinada à equipa de projeto, que já com limitações ao início, necessitava que os arquitetos fossem conhecedores da “região” a trabalhar.⁶⁰

Em 1933, Guilherme Rebello de Andrade, “Arquiteto-Chefe da 5ª seção”⁶¹, apresentaria uma *Memória* descritiva, onde se definia “algumas regras para projeto, não definidas anteriormente”⁶². Dividiu-se o projeto por regiões, apontava-se aspetos essenciais na realização dos projetos e assim, limitados ao cumprimento da legislação e “características da arquitetura” pedida, os arquitetos projetariam os edifícios segundo elementos decorativos e respetiva aplicação de materiais da região, viáveis ao clima.

Na memória, refere-se a intenção de aplicar “elementos assimiláveis pelo povo” nos edifícios, “elementos exóticos” que dissolveriam as características locais e assumiam-se como um símbolo, que distingue estes edifícios dos demais edifícios da região. Previa-se nos projetos uma “evolução da tradição”, conciliava-se os valores patrióticos do Estado às novas “exigências da pedagogia”, numa aplicação de “novos recursos construtivos”. Reconhece-se na memória, como algo impraticável, a construção “de uma única série de projetos para todo o país”, em detrimento disso, o desenvolvimento dos projetos tipo, foi projetado “por partes”, que gerou a divisão por regiões. A sua formalização e enquadramento no terreno deviam obedecer a três pontos essenciais:

- apresentar-se num único volume e após implantação, permitir “ampliações futuras”;
- implantar-se em função de boa exposição solar, mesmo em terrenos desfavorecidos;
- projeto *standard*, permitindo-se à construção em série nos mesmos lugares.⁶³

Verifique-se que a memória dispõe ainda de informações específicas para cada região, bem como a informação dos limites orçamentais dos projetos, que em função da variante tipológica, alterar-se-ia.

⁵⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.199

⁵⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I*, op. cit.; p.201

⁶⁰ *Ibidem*; p.200

⁶¹ *Ibidem*; p.202

⁶² *Ibidem*; p.292

⁶³ *Ibidem*; p.317

2.2.1. *Projetos - Tipo Regionalizados*

Iniciou-se em 1933, a realização dos projetos regionalizados segundo os regulamentos⁶⁴ e as “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”⁶⁵, e dar-se-ia resposta à memória realizada por Rebello de Andrade, sob o rigor do Ministério das Obras Publicas (MOP) e Ministério da Educação Nacional (MEN). Até 1935 desenvolveram-se os “estudos preliminares” dos “projetos tipos”, fundamentados por “princípios de ordem pedagógica e de organização do ensino primário”.⁶⁶

No desenvolvimento de projetos *standardizados*, Rogério de Azevedo terá apresentado “32 soluções” para “6 tipos regionais e 1 rural”⁶⁷ (Figura 8), trabalhou “quase todos os distritos do Norte e Centro do País” com “uma arquitectura considerada inovadora”, que visava harmonizar os materiais aplicados nas “fachadas com a zona envolvente”⁶⁸.

Tenha-se as propostas de Rogério de Azevedo em exemplo, verifique-se a exagerada ornamentação de cantarias, geometrizadas e aplicadas em materiais diferentes, em função da região.

Caraterizam-se por uma estética tradicionalista, baseada na ruralidade da *casa portuguesa*, com elementos facilmente assimiláveis, como definido na memória de Rebello de Andrade. As suas propostas, identificáveis pela geometria das cantarias nas portas, embora distintas entre si, são o exemplo da facilidade do arquiteto, em oscilar entre o clássico e o tradicional, uma interpretação do modernismo, realizada ao agrado do cliente.

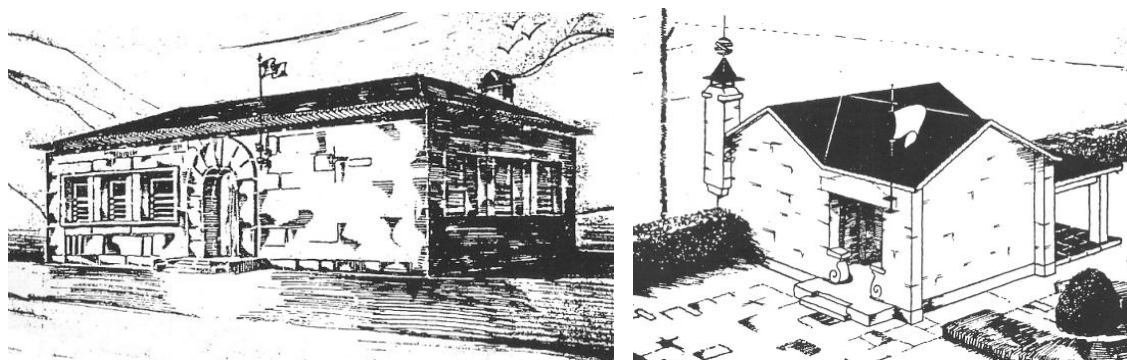


Figura 8 - Alguns exemplos de tipologias projetadas por Rogério de Azevedo.

⁶⁴ Decreto n.º 6.137, de 29 de Setembro de 1919 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.299

⁶⁵ Decreto nº 2 947, de 20 de Janeiro de 1917 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.293

⁶⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.339

⁶⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I*, op. cit.; p.199

⁶⁸ *Ibidem*; p.201

Raúl Lino apresentou “12 soluções” para “3 tipos regionais”⁶⁹ (Figura 9), a que corresponderam as zonas mais a sul do país. Sendo ele um tradicionalista defensor de um *estilo oficial* português, com trabalhos realizados de criação de edifícios escolares, valorizava a estética, “que sobrepunha às técnicas de construção”⁷⁰. Em suma, a expressão da sua *portugalidade* arquitetónica, conciliada com o nacionalismo ruralista, uma rejeição ao modernismo.

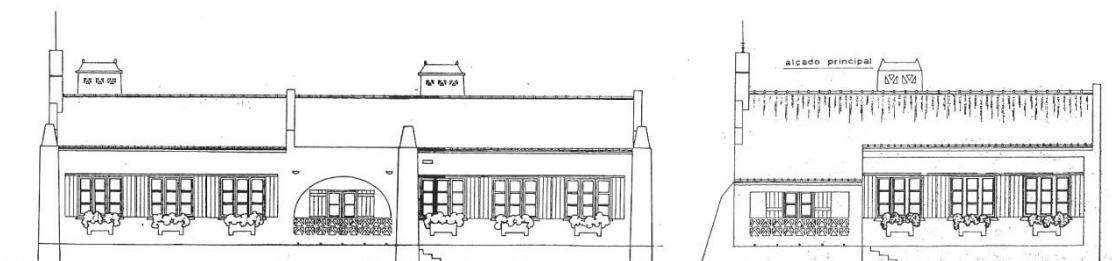


Figura 9 - Exemplo de algumas propostas de Raul Lino.

2.2.2. *lamentável confusão de execução (1935-1937)*

No decorrer do projeto, para a DGEMN, vivia-se um momento de restauro de obras, por isso entre os “anos de 1934 e 1936”, estudou-se e analisou-se caso a caso, a necessidade de verbas para realização de “reparações” nas escolas existentes, retardando a execução dos novos projetos de escolas.⁷¹ No ano de 1935, realizou-se uma reestruturação da DGEMN, justificada pelo “grande aumento no volume de trabalho a executar” no país, assim dividiram-se a direção, em quatro seções, afastaram-se os arquitetos responsáveis pelos projetos tipo regionalizados, que assumiram a responsabilidade de projeto, nas fases seguintes.⁷² Iniciou-se o desenvolvimento de múltiplos estudos para o plano, tendo como base os “projectos regionalizados de 1935”⁷³, nesta fase, entregava-se à DGEMN variadas propostas, que depois de analisadas, revelaram ser as ideias base, aplicadas nos edifícios construídos.

Duarte Pacheco afastou-se da posição que ocupava no governo enquanto ministro do MEN, sendo que, após a entrada do ano de 1936, foi substituído por Carneiro Pacheco, que avançou “na redação e publicação” de sucessivas “Leis e Decretos”. O novo ministro, permitiu ao governo alcançar a “ideologia do Estado Novo”, por meio das “duras imposições” para o “ensino e (...) educação”, colocando as mais variadas obrigatiedades no ensino, por meio da “Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936”.⁷⁴

⁶⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.199

⁷⁰ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I, op. cit.*; p.201

⁷¹ *Ibidem*; p.240

⁷² *Ibidem*; p.236

⁷³ *Ibidem*; p.245

⁷⁴ *Ibidem*; p.240

Com a realização do mapa orçamental dos “9 tipos regionais”⁷⁵, começam a ser construídos “alguns edifícios”⁷⁶, assim no início de “Janeiro de 1937” começaram a ser enviados pela DGEMN, para os “Serviços Centrais, as listas de escolas concluídas, e em construção”, que permitiu ao MOP realizar os relatórios das despesas de execução de obra, entregues ao “Presidente do Concelho”, a Julho de 1937. Isto permitiu a “Oliveira Salazar” escrever uma nota oficiosa que afirmava que “os trabalhos tinham decorrido com colaboração” dos ministérios envolvidos.⁷⁷

No entanto, estima-se que até “Maio de 1937”, os projetos-tipo nunca tenham chegado oficiosamente “ao MEN”, após a execução dos restauros das escolas existentes, sem a existência de um documento oficial que evitasse a construção dos projetos, e assim as escolas, em algumas freguesias acabaram por ser construídas. Após a chegada dos projetos ao MEN, analisados os projetos, Carneiro Pacheco afirma haver questões relevantes que deviam ser contempladas pelos edifícios escolares, salientando a questão da “separação dos sexos”, um ponto essencial para os projetos e que não havia sido completada.⁷⁸

Com isto, gerou-se a *lamentável confusão*, em torno da construção “dos novos edifícios”⁷⁹, que por meio de “equivocos”, realizou um “plano que não foi (...) aprovado”⁸⁰, considerando-se os realizados até aquele momento, “estudos preliminares”⁸¹.

No entanto, a confusão não foi impedimento para a construção de alguns “edifícios escolares - felizmente poucos - que se adaptavam deficientemente ou com dificuldade” aos locais onde estariam a ser construídos (Figuras 10 e 11). Os demais edifícios escolares em construção, gerados por esta conclusão, terão sido terminados segundo critérios de “acomodação às realidades existentes”, enquanto os restantes foram proibidos de prosseguir com as obras de construção.⁸²

Ainda assim, estima-se que terão sido construídos “32 edifícios de Raul Lino” e “56 edifícios de Rogério de Azevedo”. Assim, com a confusão instalada, os projetos para as escolas das ilhas que estava previsto serem iniciados nos primeiros 4 meses de 1938, “não chegaram a ser” realizados.⁸³

⁷⁵ Rogério de Azevedo: *Minho e Minho-Tijolo; Alto Minho; Douro; Beira Alta; Beira Litoral; Trás os Montes*. Raúl Lino: *Alentejo e Ribatejo; Estremadura; Algarve*.

⁷⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.236

⁷⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I*, op. cit.; p.241

⁷⁸ *Ibidem*; p.240

⁷⁹ *Ibidem*; p.241

⁸⁰ Despacho Processo relativo a escolas primárias feitas em comparticipação com os corpos administrativos in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.339

⁸¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.241

⁸² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I*, op. cit.; 1990; p.342

⁸³ *Ibidem*; p.236



Figura 10 - Escola de uma sala tipo Douro de Rogério de Azevedo, freguesia de Porto Bom, Gondim, Maia.



Figura 11 - Escola de uma sala tipo Alentejo e Ribatejo de Raul Lino, freguesia Monte Real.

A “25 de Maio de 1938”, com o regresso de Duarte Pacheco à direção do MOP, a questão da necessidade de construir escolas voltou a ser dinamizada, reativando todo o processo, reconhece-se por meio de um Decreto-Lei n.º 29 011, de 19 de Setembro de 1938, o esforço aplicado pelo governo na execução do plano, que iniciado em 1933 durava até ao momento e havia-se alongado muito ao longo dos anos. Duarte Pacheco dava conta da “*lamentável confusão*”, que por falta de um decreto como forma de proibição, viu o plano ser iniciado sem aprovação superior, no entanto, sugere a realização de um novo plano. No entanto, é referido que “até à aprovação do plano geral”, a construção destes projetos, salvo casos excecionais, articulados à “Direcção Das Casas Económicas, da DGEMN”, realizados pelos arquitetos envolvidos pelos tipos regionais.⁸⁴

2.2.3. Casos especiais (1938-1940)

Nos anos de proibição, até à aprovação do novo plano geral de construções escolares, foram sendo construídos casos excecionais, como mencionado na fase anterior. Com a paragem na execução do plano, a luta contra o analfabetismo não demonstraria qualquer avanço, no entanto, tenha-se em exemplo as palavras de Salazar, proferidas a António Ferro no mês de Setembro de 1938, para o Jornal *Diário de Notícias*:

*“O alfabetismo em Portugal vem de longe (...). Não nos cabe, aliás, a responsabilidade dessa lacuna e estamos fazendo tudo, ao contrário, para que deixe de existir, sobretudo para alargar quanto possível a nossa base de recrutamento dos valores sociais, hoje demasiado restrita. Estão alcançadas as bases da grande reforma do ensino primário. Dentro de cinco, seis anos, conto que todas as crianças em idade escolar tenham à sua disposição escolas e professores que lhes ensinem a ler...”*⁸⁵

⁸⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; p.243

⁸⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.13

Sabe-se que o combate ao analfabetismo, foi uma política adotada para incutir, nos mais jovens, o valor da Pátria, desta forma as palavras acima transcritas, apenas revelam que a sua política ia prosseguir. Uma fase que prova a necessidade que o governo tinha de agradar a massas, era necessário que o povo verificasse que a construção da rede escolar não havia caído em esquecimento, o povo pedia a construção de escolas primárias.

“Enquanto pelo Governo não tiver sido aprovado o plano geral das novas construções para o ensino primário não poderão ser começados novos edifícios de escolas primárias, salvo quando se destinem a servir os agrupamentos de casas económicas executadas em conformidade com as disposições dos decretos-lei 23 052, de 23 de Setembro de 1933 e 28 912, de 12 de Agosto de 1938.”⁸⁶

Previa-se neste período, por meio da “Direcção das Casas Económicas”⁸⁷, a construção de escolas “especiais”, que permitissem beneficiar o país, com a construção “de 230 edifícios (...) de uma ou duas salas de aula”. A construção destes edifícios foi executada “segundo projetos-tipo regionalizados, projetos especiais, projetos da DGEMN e projetos da Repartição das Construções Escolares”, alguns com “mais de dez anos”.⁸⁸

Escolas dos Bairros das Casas Económicas

O projeto dos Bairros de Casas Económicas, desenvolvido entre 1934 e 1935, estava previsto a aplicação dos projetos tipo regionalizadas, que acabaram por ser executados, resultado do seguimento na construção dos bairros, em 1939. Tome-se o exemplo do Bairro das Casas Económicas de Ramalde, em que a construção prolongar-se-ia “até à década de 60”⁸⁹, foi formalizado numa lógica espacial, de “hierarquia social”⁹⁰, desenvolvido em redor das escolas. Na Lei.n.º1969, legislou-se que, a construção de “instalações escolares obedecerão, tanto quanto possível, aos seguintes princípios: atribuição de edifícios e recreios independentes a cada sexo”⁹¹, assim, construíram-se duas escolas, em simetria, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino (Figura 12), embora implantadas no mesmo terreno, solucionou-se a separação dos recreios, através de um muro denso de arborização.

⁸⁶ Art.º 4.º do Decreto-Lei N.º 29 011, de 19 de Setembro de 1938

⁸⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.243

⁸⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.245

⁸⁹ ABREU, Paula; *Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã*; 2010; p.27

⁹⁰ In <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>, consultado 6/11/2015

⁹¹ Lei n.º 1969, de 20 de Maio de 1938 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.29



Figura 12 - Escola do tipo Alto Minho de Rogério de Azevedo, Bairro de Casas Económicas de Ramalde no Porto, Projeto do Bairro de Fernando Távora (1939).

No entanto, Fernandes Sá numa tentativa de solucionar o problema da separação dos sexos desenvolve uma planta, com base nas escolas tipo regionalizadas de Rogério de Azevedo, construídas nos bairros económicos e que acabou por revelar-se deficiente no “acesso aos sanitários” (Figura 13).⁹²

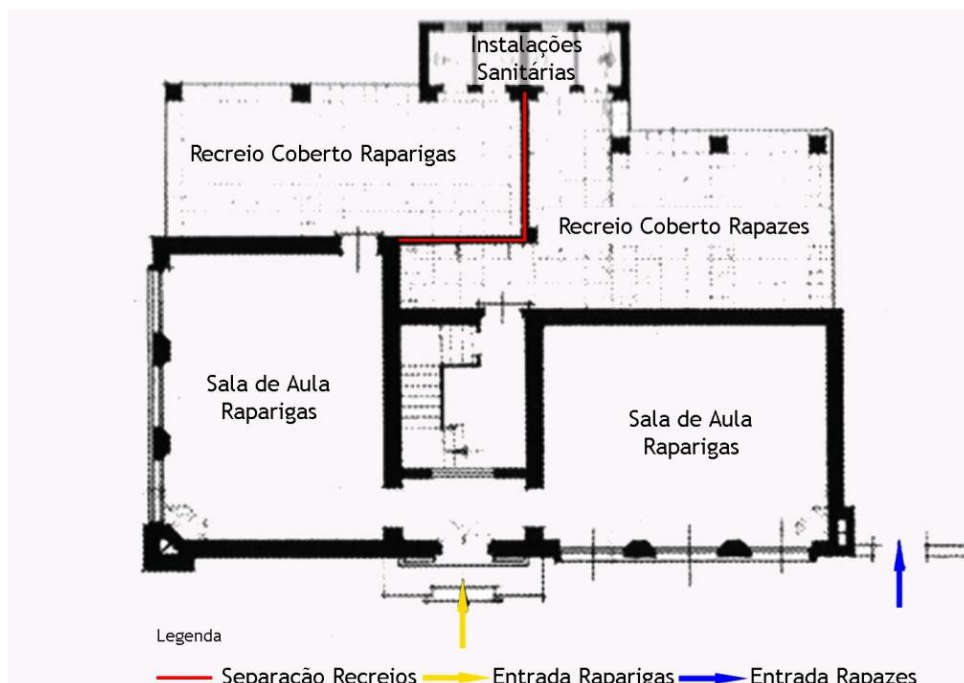


Figura 13 - Estudo da planta rés-do-chão para separação dos sexos, escola tipo Rogério de Azevedo, realizado por Fernandes de Sá (1939-1940).

⁹² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.30

Para a realização das “comemorações dos Centenários”, pretendia-se a construção das “Escolas dos Centenários”⁹³, no entanto com a impossibilidade de continuar com o plano de *projetos-tipo regionalizados*, considerou-se que esses equipamentos de “«gastos vultuosos, supérfluos ou imprevistos»”⁹⁴, não constariam nas exposições realizadas em 1940.

Escola Cantina de Salazar

A “falta de instalações justificava, em parte, que rapazes e raparigas frequentassem as mesmas escolas”⁹⁵, com isto, permitiu-se a construção de outros projetos exceção, como é o caso da “Escola-Cantina de Salazar”, construída na localidade de Vimieiro, “cujo projeto especial, datado de 19 de Março de 1938”, pertencia a “Rogério de Azevedo”.

Em suma, este período mostrou-se relevante para perceber que, em resposta à falta de escolas em Portugal, foi-se mantendo a construção de escolas, mesmo depois de inviabilizada a continuidade do plano, justificando-se a sua paragem, com a necessidade de separar os diferentes sexos em escolas diferentes. No entanto verifique-se que, segundo algumas exceções construídas, permitiu-se a construção de escolas tipo-regionalizadas e até casos especiais como a Escola-Cantina de Salazar (Figura 14), que por mera coincidência, ou plano estratégico, foi-se construindo uma escola de projeto único escolhido por Salazar, na sua terra natal. Segundo as datas de publicação das leis, tenha-se o ano de 1938, como ano de início de construção do “caso raro” das exceções, este projeto revela-se um “privilégio” dos “influentes locais”, em que o custo da obra foi suportado por “fundos públicos”.⁹⁶



Figura 14 - Cantina-Escola Salazar, Vimieiro - Santa Comba Dão.

⁹³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.14

⁹⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.13

⁹⁵ *Ibidem*; p.29

⁹⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.245

3. *Plano dos Centenários*

Aguardava-se desde 1936, a informação para o desenvolvimento de um novo plano geral, após o afastamento dos arquitetos responsáveis pelos tipo-regionalizados, esperando-se que o novo plano superasse as soluções do plano anterior. Assim, poder-se-ia esperar, com os novos projetos o surgimento de “outros conceitos e requisitos”, no entanto, não foi possível apagar-se essa “interpretação do espaço escola”, assim as mais variadas alterações na formalização e “técnicas de construção”, revelaram-se insuficientes para abalar a “linguagem expressa pelos dois arquitectos”.⁹⁷

De forma geral a construção da rede escolar de Estado Novo, encontra-se marcada por “paragens, avanços e retrocessos”⁹⁸, fruto das sucessivas reestruturações, marcadas por a redação e publicação de decretos, leis e portarias. No entanto, na educação torna-se demasiado evidente, a alteração nas leis de ensino, que em contradição, contrapunha-se ao que havia sido projetado nos projetos-tipo regionalizados. Para melhor entendimento desta fase, tenha-se em consideração a fase de execução dos projetos regionalizados, sabe-se que a separação dos sexos, revelou-se a grande contradição que parou o anterior plano, no entanto, analise-se a problemática dos custos elevados, como sendo um ponto a acrescentar ao anterior, para dar-se seguimento ao plano.

Na realização do projeto, revela-se a política e a ordem social vigente, que perante valores e o poder político da época, foi um veículo para desenvolvimento das ideologias de um regime fascista, sendo um contributo na construção da *imagem* do governo patriotista e tradicionalista. As tipologias desenvolvidas para o edifício escolar do plano, foram sendo realizadas em fases, consoante os processos resultantes das leis que iam sendo decretadas pelo sistema político, assim sendo, como consequência do alongamento da realização do plano, a modernização dos edifícios escolares foi sendo afastada, pelo comprometimento da ordem social e política, que não só a classe de arquitetos estava sujeita, mas todo um Portugal censurado.

Plano dos Centenários, foi o nome atribuído à construção em série de uma rede de escolas primárias, a nível nacional, que foi sendo realizada ao longo dos muitos anos do regime de Estado Novo. A sua execução originou muitas fases de realização, alterações e aperfeiçoamentos na construção dos projetos, assim, só em 1943 foi estimado definitivamente os edifícios que viriam a ser construídos nacionalmente.

⁹⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.245

⁹⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.23

Os arquitetos responsáveis pelos projetos do plano, basearam-se essencialmente nos projetos tipo regionalizados, captando as ideias fundamentais e requisitos destas. Conseguiu-se no entanto, que a estética inicial fosse esbatida, ainda assim insuficiente à vontade de alguns arquitetos. Em suma, promoveu-se um conjunto de avanços e retrocessos constantes na construção do plano, uma construção em série de projetos desenvolvidos em função da região.

3.1. A problemática dos orçamentos

Considere-se os projetos tipo regionalizados, soluções com custos de obra “incomportáveis”, inadaptados “às novas exigências funcionais” da nova política educativa, resultariam em empreendimentos injustificáveis perante o “agravamento geral dos preços” elevados, após o início da Segunda Guerra Mundial. Estas questões originariam os novos projetos do plano, como forma de economizar os custos “da construção”.⁹⁹ A economia portuguesa havia-se desgastado com a execução de sucessivas construções no surto de obras públicas, que agravar-se-ia com o início da Segunda Guerra Mundial, a 1 de Setembro de 1939.

Nesse período, a construção de escolas decorria segundo a lei publicada em Maio de 1938¹⁰⁰, no entanto, o país iniciava um momento de contenção nos gastos, assim determina-se por meio de uma portaria¹⁰¹ a construção de “um só edifício para a frequência dos dois sexos”, onde decorreriam as aulas com naturalidade, estas passam a designa-se de “Duplas”¹⁰², uma vez que num único edifício, eram lecionadas aulas aos dois sexos em diferentes salas. Sobre esta questão, cai mais tarde uma atenção, que tratada em conjunto com o requisito essencial da separação dos sexos, resulta na projeção de edifícios de duas salas para diferentes sexos, como sendo a ampliação simétrica do edifício de uma sala, que não só dava solução a esse novo requisito, como também resolvia o aumento de alunos que se propunham de ano a ano. No ano de 1942, com o início das obras, revelar-se-iam dificuldades que os “serviços técnicos da DGEMN” não esperavam, questões económicas, mas também em conseguir “empreiteiros” dispostos a aceitar os orçamentos propostos inicialmente.

⁹⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.43

¹⁰⁰ Lei n.º 1969, de 20 de Maio de 1938 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.29

¹⁰¹ Portaria n.º 9389 de 30 de Novembro de 1939 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.29

¹⁰² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.29

No Norte e Centro, a construção de algumas escolas viu-se congelada, porque os empreiteiros sentiam-se pressionados a exigências cujas alterações agora visavam a construção de “edifícios geminados, em vez de edifícios simples”¹⁰³.

Saliente-se que, a “escassez de materiais de construção e ferramentas” e a “falta de carvão e gasolina”, dificultavam a movimentação de mão-de-obra, impedindo que esta dirigisse, fiscalizasse ou realizasse as obras, um momento em que justificava a impregnação da execução dos projetos.¹⁰⁴

3.2. Fase de estudo

O *Plano dos Centenários*¹⁰⁵ aprovava-se no ano de 1940, sendo que em 1941 iniciaria “a execução do plano geral da rede escolar”, por meio do “despacho do Presidente do Conselho de Ministros (...) de 15 de Julho de 1941”, aqui apresentara-se formalmente os “critérios de formulação do plano” e seu desenvolvimento. Na documentação “Rede de Escolas do ensino primário elementar e dos posto escolares”, datada de “29 de Julho de 1941”, apresentava-se os mapas com “as previsões dos edifícios e números de salas” a aplicar-se nos concelhos de todo o país, incluindo ilhas.¹⁰⁶

A “Ordem de Serviço, *urgente*, expedida a 6 de Outubro de 1941” pelo DGEMN, fez-se chegar às quatro direções regionais, como forma de iniciar-se “rapidamente (...) a construção de 200 edifícios”, salientando-se que caberia a cada direção a construção de “50 escolas” nesta primeira fase. Duarte Pacheco prende-se à ideia de retomar com brevidade, a execução do plano que havia-se arrastado durante muitos anos, assim remetia-se às seções a informação dos “distritos contemplados”, apresentados seguidamente:

“Região Norte: Braga, Porto e Viana do Castelo

Região Centro: Aveiro, Coimbra e Leiria

Região Lisboa: Lisboa, Santarém e Setúbal

Região Sul: Beja e Faro”.¹⁰⁷

O Decreto-Lei n.º 31 433, de 29 de Julho de 1941, afirmava para o *Plano dos Centenários* “o princípio legal da não coeducação dos sexos”, devendo ser “*fielmente seguido quanto às salas e sempre que possível quanto aos edifícios, mesmo nos meios rurais*”.¹⁰⁸

¹⁰³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.36

¹⁰⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.41

¹⁰⁵ Lei n.º 1 983, de 27 de Dezembro de 1940

¹⁰⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.24

¹⁰⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.27

O objetivo de separação mostrava-se o motivo de preocupação demasiado evidente nesta fase, assim obrigava-se a que os edifícios escolares promovessem a separação dos sexos, ou seja, as duas salas do edifício deviam funcionar como equipamentos independentes.

Recorde-se que os projetos tipo regionalizados, no sentido prático, não desenvolveram os projetos separando os sexos, o que obrigou uma paragem na execução desse plano. Os projetos tipo regionalizados desenvolveram-se segundo a ideia de Guilherme Rebello de Andrade, no entanto, após afastar-se os dois arquitetos responsáveis, os projetos realizar-se-iam à responsabilidade das quatro direções regionais.¹⁰⁹ Dirigidas “por Manuel Fernandes de Sá na região Norte, Joaquim Areal na região Centro, Eduardo Moreira dos Santos em Lisboa e Alberto Braga de Sousa no Sul”, as quatro subcategorias da DGEMN em parceria com as seções de “engenharia e fiscalização de obra”, comprometer-se-iam a dar continuidade à execução do plano.¹¹⁰

Depois de criadas as condições e respetivas legislações¹¹¹, permitiu-se chegar a um consenso com as quatro seções, nas semanas seguintes, isto porque, após o envio dos “critérios invocados para justificar as necessidades” de cada concelho, ao diretor da DGEMN. Com “emendas, feitas a lápis” nos mapas originais, corrigiu-se o “número de edifícios e salas” e até “locais de construção de escolas”. Na “revisão” dos mapas, beneficiou-se as freguesias com mais alunos inscritos, com a atribuição de mais salas, bem como contemplar-se-iam novas freguesias como parte integrante que no plano. No entanto, após os entendimentos, acabou por aprovar-se este acerto, no final de Novembro do mesmo ano. Assim, informadas as “Direções de Edifícios” da revisão definitiva, esperava-se por condições favoráveis à “abertura do respectivo concurso público”, no entanto, as direções de Lisboa e Sul, manifestar-se-iam às “emendas feitas”. No caso do Norte e Centro, acusaram-se apenas “dificuldade de obtenção de terrenos”, ainda que, não inviabilizada esta questão, procedeu-se, no entanto, à abertura de concursos a “11 de Dezembro de 1941” e “28 de Janeiro de 1942”, respetivamente.¹¹²

Os estudos seguintes são resultado dos concursos, desta forma, verifique-se a preocupação dos arquitetos em interpretar o “termo *edifício gémeo*”, uma anotação dos mapas revistos, que a interpretar-se pelas direções, proporcionou uma solução para a separação dos sexos. A questão da separação dos sexos desenvolveu-se nos anos em que Carneiro Pacheco assumiu a pasta do Ministério da Educação Nacional, mais tarde, acabou por ser levada avante por

¹⁰⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.33

¹⁰⁹ *Direções*: Edifícios Nacionais de Lisboa (DENL); Edifícios Nacionais do Sul (DENS); Edifícios Nacionais do Norte (DENN); Edifícios Nacionais do Centro (DENC).

¹¹⁰ TAVARES, Adriana; *Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retratada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projecto DEEB (1960/70)*; 2010; p.44

¹¹¹ Decreto-Lei n.º 31 468, de 19 de Agosto de 1941 e Portaria, de 5 de Setembro de 1941 do MEN in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.24

¹¹² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.27-28

Duarte Pacheco, tornar-se-ia uma imposição do Estado Novo para os projetos do novo plano.¹¹³ De um modo geral, as propostas apresentadas mostrariam similitudes com os antigos projetos, com as características de cantarias aplicadas nos projetos tipo regionalizados (Figura 15). Embora diferentes, a proposta de “individualidade primitiva”, surgida da formalização da planta “segundo um eixo de simetria” (Figura 16), no entanto revelar-se-ia a base dos “projetos futuros”.¹¹⁴

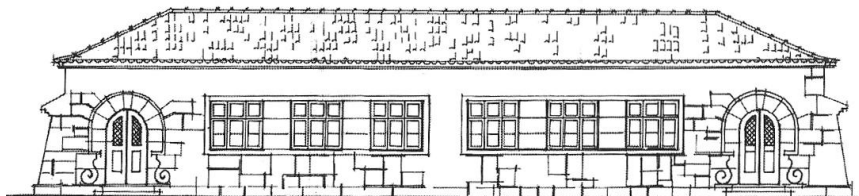


Figura 15 - Alçado principal, proposta de geminação do edifício de 1 sala, tipo *Douro*.

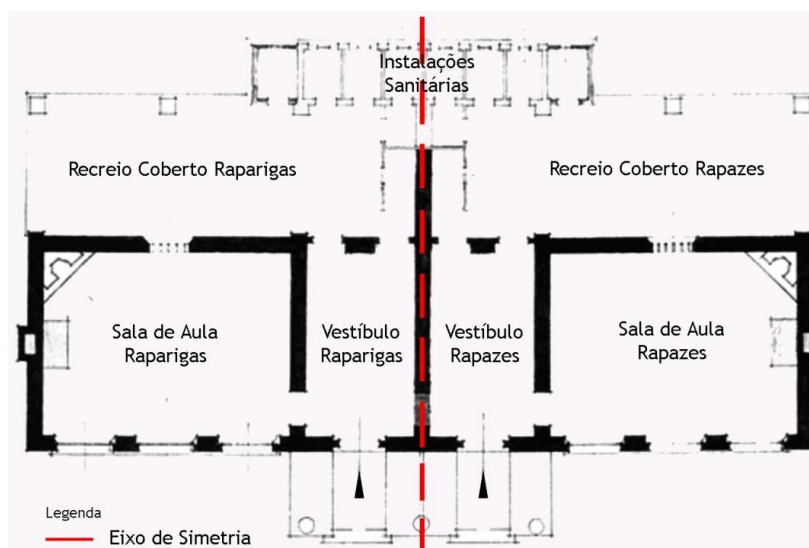


Figura 16 - Planta, proposta de geminação do edifício de 1 sala, tipo *Beira Litoral*.

Sabe-se que, mais tarde no mês de “Junho de 1942”, a Direção de Lisboa apresentou estudos do “*Projeto da Direção dos Edifícios de Lisboa*”, realizados com base nas “escolas de *Raul Lino*”, no entanto este projeto considera-se extraviado, a inexistência de desenhos enquanto prova documental, ainda assim a existência de “documentos escritos”, revelando tratar-se de uma proposta de eliminação de “quase todos os detalhes” caraterísticos presentes nas obras desse arquiteto. Note-se que essa proposta supria todas as “cantarias decorativas” e desnecessárias ao projeto, possivelmente um projeto de aproximação da arquitetura moderna que “nunca chegou a ser aprovado”, mantendo-se como base os projetos anteriores, até aprovação dos “*Novos Projetos*”.¹¹⁵

¹¹³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.29

¹¹⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.33

¹¹⁵ *Ibidem*; p.39

Com o intuito de dar-se seguimento ao plano, as propostas para as regiões Norte e Centro, depois de analisadas pela DGEMN, dar-se-ia aprovação para o arranque de obras, assim, previa-se para a região do Norte e Centro, a construção de edifícios pequenos, de “limite máximo de 4 salas”¹¹⁶. No Norte, construir-se-ia uma “empreitada de 48 edifícios” e para o Centro, uma empreitada de “47 escolas”.¹¹⁷

Na região Norte aplicar-se-iam as tipologias “Alto Minho e Douro”¹¹⁸, fundamentadas nos projetos de Rogério de Azevedo, já no Centro, as propostas desenvolvidas segundo os projetos de Raúl Lino, aplicar-se-iam nos “distritos de Aveiro e Coimbra”, na tipologia “Beira Litoral”, enquanto no “distrito de Leiria” executar-se-ia a tipologia “Estremadura - Cantaria”, do mesmo arquiteto. Note-se que, nesta fase a proposta do tipo Douro foi submetida a uma “modificação da porta” (Figuras 17 e 18), comparativamente ao projeto tipo Douro de Rogério de Azevedo.¹¹⁹

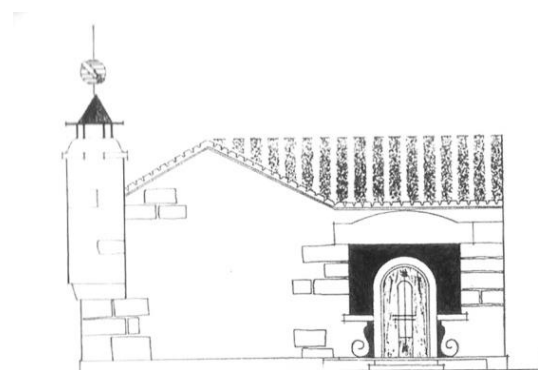


Figura 17 - Porta de uma escola tipo Douro, do projeto de 1935, da autoria de Rogério de Azevedo.

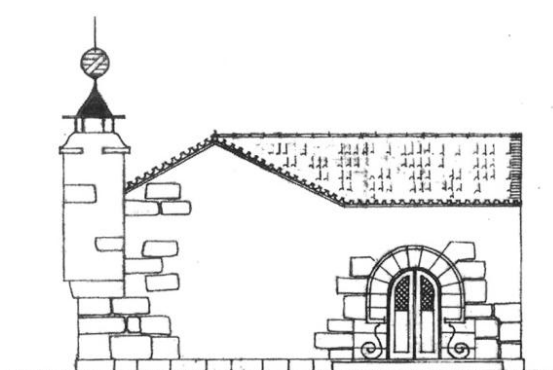


Figura 18 - Alteração da porta da mesma tipologia, feita por Fernandes de Sá (DENN).

Após o arranque das primeiras empreitadas, em função das muitas dificuldades na possível localização dos terrenos, Duarte Pacheco indica num *Parecer*¹²⁰, que os projetos deviam continuar a ser estudados, atendendo que continuavam a não revelar uma “«imagem uniforme»”, quando um dos pontos essenciais na realização da rede escolar, prendia-se a que os edifícios fossem reconhecidos “em todo o país”, independentemente da região e materiais aplicados.¹²¹

¹¹⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.31

¹¹⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.28

¹¹⁸ *Ibidem*; p.31

¹¹⁹ *Ibidem*; p.28

¹²⁰ Parecer n.º 1028, de 16 de Outubro de 1941 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.37

¹²¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.36

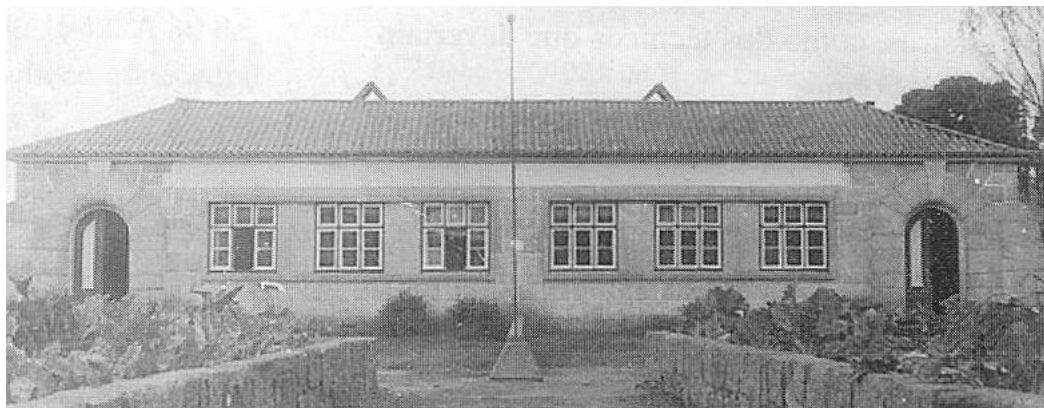


Figura 19 - Escola duas salas para dois sexos, tipo Alto Minho, Freguesia de Mar, Esposende.

No seguimento dos restantes estudos que ainda decorriam, as repartições da MOP e DGEMN, a “28 de Setembro”, fizeram chegar às restantes direções os estudos desenvolvidos por Fernandes de Sá (DENN) para a Região Norte (Figura 19), que revelar-se-ia uma “experiência” de sucesso aplicada em “edifícios gémeos de 2 e 4 salas”, em função das alterações dos “traçados iniciais”.¹²² Enquanto os estudos prosseguiam, as Direções em resposta ao MOP, fariam chegar até 8 de Agosto de 1945, o número de projetos concluídos na sua região, no entanto, sabe-se que das “200 primeiras escolas”, do *Plano dos Centenários*, apenas 70 foram dadas como concluídas.¹²³

Considerem-se criadas as condições “base aos projectos definitivos das Escolas Primárias a construir no País”¹²⁴, caberia entretanto às Direções, realizar “os alçados com características das várias regiões” e resolver como solucionariam o “aumento do número de retretes no edifício de 2 ou mais aulas”. Todas direções tinham como base as “mesmas plantas”, submetendo as suas propostas “para aprovação superior”, que independentemente do número de salas, distinguiam-se em duas categorias, tendo sido desenvolvidas para serem escolas de “um só sexo ou (...) para dois sexos”. Assim, no desenvolvimento dos projetos do plano, as demais direções foram enviando os seus projetos para os serviços da MOP. A proposta de Fernandes de Sá, de “29 de Outubro de 1943”, embora reduzida apresentava as plantas desenvolvidas da geminação de uma, as escolas com mais salas, apresentavam uma solução de salas sobrepostas. Edifícios gerados por um eixo de “simetria”, também “implícita em alguns pormenores de arquitetura” que encareciam os custos de obra apresentados nos “cadernos de encargos”.¹²⁵

¹²² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.43

¹²³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.40

¹²⁴ Parecer n.º 1483, de 17 de Setembro de 1943 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.309

¹²⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.43-44

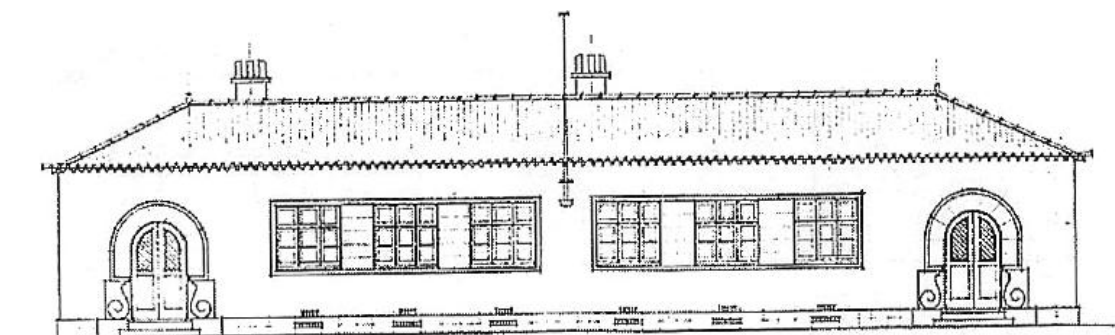


Figura 20 - Escola duas salas e dois sexos, *Tipo Douro* Granito Fernandes de Sá (DENN).



Figura 21 - Exemplo de solução de duas salas geminadas, escola de quatro salas para um sexo *Tipo Minho* Granito, Fernandes de Sá.

Aguardava-se a aprovação dos projetos, no ano de 1943, no entanto com o falecimento de “Duarte Pacheco, a 16 de Dezembro de 1943”, acabou por atrasar-se a documentação oficiosa de aprovação. Com isto, só a “9 de Março de 1944”, foi aprovado pelo novo diretor da MOP, João Pinto da Costa Leite. Esses estudos proporcionaram ampliações, que com base do edifício de “1 sala” (Figura 20), é solucionado o de “2 salas” geminadas (Figura 21), em que a questão da simetria apresentada condicionou a orientação dos vãos, sendo que proveitosamente os novos projetos justificavam a eliminação da ostentação luxuriosa de pormenores nas cantaria, como forma de economizar os custos apresentados nos “cadernos de encargos”, tal como os critérios de seleção dos materiais que mostravam ser muitos seletivos.¹²⁶

¹²⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.44

Em suma, as escolas foram sendo estudadas, com maior evidência nesta fase, que começou a gerar problemas na questão da orientação solar, que nos projetos tipo regionalizados tinha sido tratada de forma diferente pelos dois arquitetos envolvidos. Raul Lino concebeu a solução através de “dois eixos paralelos”, enquanto Rogério de Azevedo, solucionou a planta “com dois eixos normais”, que mais tarde revelou-se prejudicial a uma das salas. As diferenças da estética e formalização das soluções, tão diferentes entre autores, revelavam uma discrepância na “imagem” do projeto, que sendo o mesmo projeto não tinha características comuns entre as soluções dos dois arquitetos. Os arquitetos embora apresentassem um certo tradicionalismo “português, com características regionais apresentadas por meio” dos elementos formais e “materiais diferentes” correspondentes a cada região, não conseguiram dar uma imagem ao projeto, que pudesse identificar as escolas como sendo do *Plano dos Centenários*. As mais diversas peripécias, que sucederem de Norte a Sul do país, questões como os custos de obra e de encontrarem, por meio de concursos, empreiteiros que aceitassem os valores dos orçamentos, bem como projetos com características distintas das soluções iniciais, justificados por “desenhos extraviados”, alongou a execução do plano no decorrer dos anos, e reduziu o número de edifícios concluídos.¹²⁷

Inicia-se oficialmente “em 1944” a execução do plano, fruto do trabalho “notável” da “*Delegação*”, que juntamente com as “equipas técnicas” desenvolveu um plano, que sobrepondo-se às dificuldades surgidas num momento de crise, torna-se viável a sua execução.¹²⁸

3.3. Execução do *Plano* (1944-1959)

Com a aprovação o *Plano dos Centenários*, que adaptado em função das adversidades do tempo, “exigências funcionais” e regulamentais de uma governação ditatorial, dava-se início à construção dos edifícios. No entanto, os problemas da guerra obrigaram a Duarte Pacheco, realizar uma correção os orçamentos iniciais, que “incomportáveis” necessitavam ser comportáveis, face ao momento que se vivia, mandatando também uma revisão de projeto do plano. Muitas das aldeias foram apenas contempladas com a construção de um edifício de uma sala, que sendo para ambos os sexos, implicava uma utilização por “turnos, com horários distintos e sucessivos” de forma que ambos os sexos tivessem a mesma oportunidade de frequentar a escola.¹²⁹

A aprovação do “*Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias: Plano dos Centenários*”, no início de 1944, permitiu dar-se início à execução do Plano. O mapa descreveria o “número de

¹²⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.36-37

¹²⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.42

¹²⁹ TAVARES, Adriana; *Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retratada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projecto DEEB (1960/70)*; 2010; p.31

salas a construir por distritos, concelhos e freguesias”, que os presidentes de câmara, justificavam não poder realizar, uma vez que o país atravessava momentos difíceis na obtenção de recursos, que por culpa da Segunda Guerra Mundial, eram escassos e os poucos existentes, apresentavam preços encarecidos, que os empreiteiros viam impossíveis de realizar. No entanto, “*apesar dos sacrifícios*”, por “*conveniências do ensino e os interesses dos povos*”, alguns concelhos dariam início à execução do plano, no entanto por “*ausências de respostas*”, alguns deles viram-se excluídos da “*I Fase*” de execução.¹³⁰

Com as muitas paragens e avanços do Plano, Duarte Pacheco, terá sugerido a criação da “*Delegação*” da DGEMN, para dar seguimento na execução do Plano, desta forma, até “*30 de Setembro de 1969*”, esta em parceria com as “*equipas técnicas*” de “*arquitetura, engenharia e fiscalização de obras*” terá levado a cabo a realização do *Plano dos Centenários*. Nessa data, terá sido substituída pela “*Direção-Geral de Construções Escolares*”.¹³¹

No ano de 1944, os Jornais anunciariam “*561*” escolas a construir, no entanto os contratos “*assinados em 1945*”, mostrar-se-iam limitados ao valor de “*três mil contos*”, acusando dificuldades financeiras que impediam a realização de “*escolas com mais de 4 salas*”.¹³²

Os empreiteiros tentariam chegar a um acordo, não apenas nesta questão, mas também pela discrepância de valores dos materiais apresentados nos “*cadernos de encargos*”, que necessitavam de ajustes, que por culpa da Guerra, o preço dos materiais encarecia o custo de obra. Todas estas questões foram detalhes que atrasaram a execução das obras.¹³³ Apesar dos muitos esforços, alguns mapas de realização das obras, datados de Agosto de 1946, acusariam o congelamento no avanço de algumas obras “*por falta de materiais*”, que a MOP viria a resolver com a requisição de fábricas pela “*prioridade de Serviço do Estado*”, para “*benefício direto das obras*”.¹³⁴

Duarte Pacheco acompanhou sempre a realização das obras, embora que por meio de documentação, fazia sempre chegar os seus objectivos às demais freguesias de cada concelho, estes por sua vez, geriam as suas obras rejeitando alguns orçamentos que consideravam um empreendimento não justificado, orçamentos que já eram considerados elevados desde a fase inicial e que passaram a ser orçamentos desajustados aos valores dos materiais na época. Compreenda-se que a execução, perante as dificuldades económicas da época, revelar-se-ia inoportável.

¹³⁰ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.41-42

¹³¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.41-42

¹³² *Ibidem*; p.102

¹³³ *Ibidem*; p.36

¹³⁴ *Ibidem*; p.102

No entanto foram ainda construídos alguns edifícios, que “por razões económicas”, submeteram o plano a mais ajustes nos projetos.¹³⁵ Dificilmente permitir-se-ia continuar a executar estes edifícios, aquando paralelamente à sua execução decorria a Segunda Guerra Mundial, que escasseou recursos necessários na construção. Considere-se no entanto, a importância de baixar os custos nesta fase, sendo que os “orçamentos, já considerados altos na década de 30”, com a escassez de materiais e encarecimento nos preços dos restantes, demonstraram-se desadequados em função das dificuldades encontradas.¹³⁶

Em suma, após o surgimento do primeiro plano em 1933, o plano da rede escolar foi submetido a múltiplas paragens e alterações, originadas pela falta de verbas e alterações de leis de ensino. Verifique-se que até aprovação de um Mapa Definitivo passaram-se sensivelmente 10 anos, para o plano, apresenta-se como uma década marcada por reformulações na ideia e formalização dos projetos, que conseqüentemente obrigaram a forçosos inícios para o plano.

Recorde-se que as grandes alterações dos projetos ocorreram no funcionamento dos edifícios, que por meio da geminação dos edifícios dá solução à questão da separação dos sexos, no entanto a estética tradicionalista de Rogério de Azevedo permanece, e enquanto na Europa era construída uma arquitetura modernista, Portugal permanecia preso ao tradicionalismo da *casa portuguesa*.

3.4. Alterações de “Simplificação” de Projetos

A fase do empobrecimento dos edifícios, não sendo visível nos projetos, deve no entanto ser mencionada como introdução para as alterações que se seguiram nos projetos. Volte-se esta fase para a problemática da crise económica do país, que permanecia desde o surgimento da Segunda Guerra Mundial. Com o fim da guerra a 2 de Setembro de 1945 o país respirou de alívio, no entanto a sua neutralidade acabou afetar as negociações de exportação, que não proporcionando ao país uma estabilidade económica, fez com que o governo desenvolvesse estratégias na contenção de custos.

Desta forma, em Janeiro de 1946 dá-se início à “II Fase” de empreitadas, verifique-se que as dificuldades em cumprir os orçamentos permaneciam, como solução as construções foram sendo empobrecidas. Uma fase de alterações ao nível dos materiais, que afetava o “aspecto dos edifícios”, em função das “modificações significativas” originar-se-ia “deficiências de funcionamento e de conforto”.¹³⁷

¹³⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.31

¹³⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.36

¹³⁷ *Ibidem*; p.109

Nos cadernos de encargos, a revisão de preços realizada em Março do mesmo ano, admitia-se “o recurso a outros tipos” de materiais “mais baratos e fáceis de encontrar”, contudo revelou-se algumas “preocupações” em relação à “qualidade de construção”.¹³⁸

Com o início da execução em 1944, verificou-se as dificuldades de encontrar empreiteiros disponíveis a construir os edifícios, em função das imposições estabelecidas pelos cadernos de encargo, no entanto não querendo submeter o plano a mais adiamentos ou alterações, pretendia-se com esta fase, economizar nos gastos dos projetos. Enquanto os arquitetos alteravam os projetos, os engenheiros responsáveis adelgaçavam “paredes, substituindo acabamentos em pedra por remates em cimento, ou suprimindo elementos sanitários”, e embora nem sempre parecendo fácil, o projeto foi sendo concretizado.¹³⁹

Considere-se que as alterações seguintes visam reajustar os custos das obras, mantendo o “funcionamento” e o “conforto” dos projetos, aplicar-se-iam as restrições na escolha de materiais de qualidade inferior, que permitiriam continuar o plano e a construção dos edifícios. Embora perceptível à primeira vista, as alterações “empobreceram o aspeto dos edifícios”, em detrimento da qualidade dos materiais aplicados, que haviam sido escolhidos por serem “mais baratos e fáceis de encontrar”. Note-se ainda, que algumas escolas de “*condição especial*”, por a sua empreitada se encontrar próxima de uma pedreira, foi-lhes permitido a utilização de outros materiais, como a pedra, mesmo que distinta do que estava definido no projeto original para essa região. No entanto, esta condição proporcionou-lhes um toque de diferenciação em relação às escolas da mesma tipologia.¹⁴⁰

Relembre-se novamente a problemática dos elevados custos com a construção das escolas e que dificultava a conclusão do plano, desta forma, tenha-se em consideração as cantarias ornamentadas, características do luxurioso imperialismo, que o Estado Novo queria manter nos projetos e que encarecia os orçamentos dos edifícios. Considere-se que na fase anterior, como forma de baixar os custos, havia-se já restringido a utilização de materiais mais baratos na construção dos projetos, no entanto esta solução mostrar-se-ia insuficiente para dar continuidade à construção dos projetos.

Inicia-se a “III Fase” de execução em 1947, numa tentativa de “baixar os orçamentos das empreitadas”¹⁴¹, o Arq. Joaquim Areal (DENC), realizaria uma *Simplificação do Tipo Beira Litoral - Cantaria* (Figura 22), como base na limitação de “*aplicação de cantarias o mínimo possível*” e que submeteu para aprovação superior.¹⁴²

¹³⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.109

¹³⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.114

¹⁴⁰ *Ibidem*; p.109

¹⁴¹ *Ibidem*; p.113

¹⁴² *Ibidem*; p.114

O estudo caracterizado por uma “*simplicidade*”, viria no entanto a ser analisado e aprovado, ainda que a proposta inicial, dirigida apenas aos edifícios de uma e duas salas, acabou por ser alargada aos edifícios com mais salas propostos para a região Centro. No entanto, a substituição das cantarias, aplicar-se-ia apenas aos tipos “Beira Litoral e Beira Alta” executados até finais da década de 50.¹⁴³

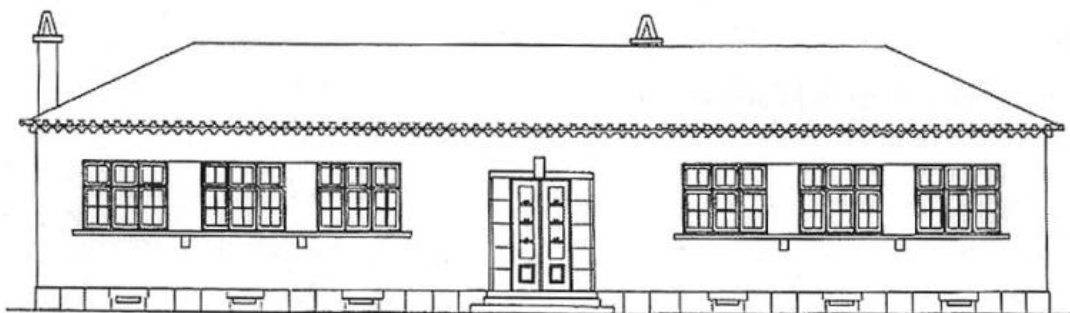


Figura 22 - Alçado principal do *Projeto Simplificação do Tipo Beira Litoral - Cantaria*, apresentado por Joaquim Areal.

No “*Projeto de Simplificação do Tipo Beira Litoral - Cantaria, 2 salas*”, previa-se a redução de “alturas interiores” e na “superfície iluminante das salas”, enquanto na memória era referida “a aplicação de cantarias ao mínimo possível como forma de simplificar o projeto original”, no entanto sabe-se que o projeto aprovado foi sujeito a alterações. A DGEMN aprovaria esta alteração com “ligeiras” modificações da proposta, aplicar-se-ia a redução do pé direito de “3,50m para 3,20m” e a área de vãos para “8,10m²”, no entanto a repetida geometria formal do telhado, manter-se-ia. Esta tipologia aplicar-se-ia “até finais da década de 1950”, num alargamento aos projetos com mais de duas salas, mas a todas as tipologias da Região Centro.¹⁴⁴

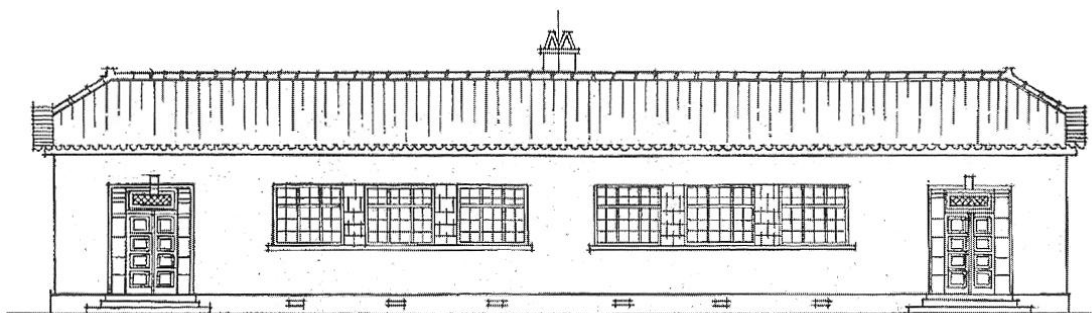


Figura 23 - Alçado principal de escola *Tipo Serra*, após alterações ao projeto de Joaquim Areal.

¹⁴³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.114

¹⁴⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.113

Na “V Fase” de execução, surge uma nova proposta de alteração com o exemplo do projeto de simplificação de Joaquim Areal, despertar-se-ia o interesse dos “técnicos de Coimbra e Évora” (1955/1956)¹⁴⁵, em desenvolver um estudo de projeto, sabe-se no entanto que essa tipologia, já se encontraria em alterações. Segundo documentação das empreitadas realizadas no Algarve, em Novembro “de 1948”, a tipologia Algarve submetia-se a aplicação de “elementos de arquitetura tradicional” (Figuras 24 e 25).¹⁴⁶

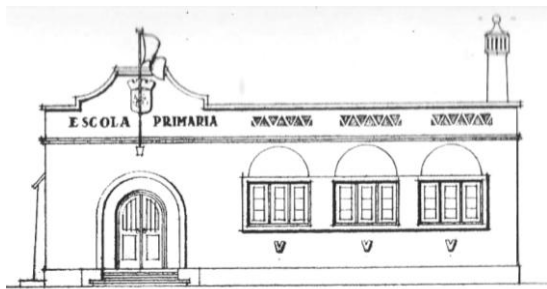


Figura 24 - Alçado principal de escola *Tipo Algarve*, uma sala (1948).

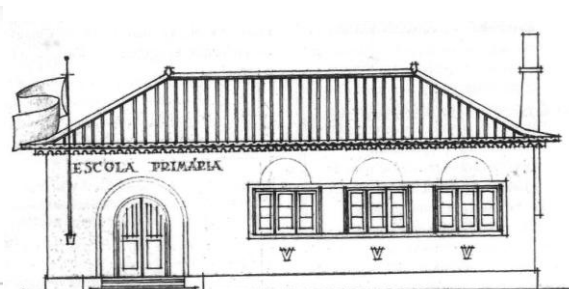


Figura 25 - Alçado principal de escola *Tipo Serra*, uma sala, após alteração (1955).

Neste projeto, suprimia-se essencialmente cantarias, sendo “substituídas por rebocos e cimento”, “beirado à portuguesa”, substituição de “mosaicos hidráulicos” por uma “betonilha de cimento”, elementos de azulejaria nas instalações sanitárias e por ultimo o “fogão da sala”.¹⁴⁷

Designavam-se por “*Tipo Serra*” estes projetos, que aplicar-se-iam em localidades “das Serras de Lousã, Estrela, Gardunha, Portel e Cabrela, e em povoados do interior dos distritos de Beja e Faro”, que acabaria por “*ser generalizado a todas as escolas a construir nos meios essencialmente rurais*” de “todo o País”. Aprovado a “25 de Fevereiro de 1955” pelo “Subsecretario de Estado das Obras Públicas”, construiu-se este tipo até aprovação de um Novo Plano. A 5 de Novembro do mesmo ano, iniciava-se o desenvolvimento de “Novos Projetos Tipo”¹⁴⁸, mas até aprovação desses, com o Decreto-Lei n.º 41 037, de 20 de Março de 1957, permitir-se-ia continuar a construção do *Plano dos Centenários* e respetivas alterações.¹⁴⁹

Em suma, às direções regionais, competia acompanharem as obras, intervindo nos projetos sempre que verificassem situações problemáticas que inviabilizassem a sua construção e a continuação da execução do Plano.

¹⁴⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.114

¹⁴⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.110

¹⁴⁷ *Ibidem*; p.114

¹⁴⁸ *Ibidem*; p.113-114

¹⁴⁹ *Ibidem*; p.116

Por esta razão, reunidos com os engenheiros e técnicos, foram submetendo os projetos a pequenas revisões, alterações dos valores orçamentados pelos cadernos de encargos e alguns problemas técnicos de construção.

Os custos orçamentais das obras revelaram-se o maior problema, criando sucessivos adiamentos de construção dos edifícios, nas diversas fases do Plano, que só foi possível graças ao trabalho conjunto desenvolvido pelas diferentes entidades que dele fizeram parte. Saliente-se ainda a importância de “mencionar que os edifícios de seis e oito salas foram estudadas como ampliações de projetos aprovados e referidos anteriormente”.¹⁵⁰

3.5. Localização

Com os sucessivos atrasos, acumular-se-ia diversas empreitadas, devido às dificuldades encontradas face à economia portuguesa, no entanto a “escolha dos terrenos”, realizar-se-ia paralelamente à “execução simultânea de diversas empreitadas”.

Desde o surgimento do “*ante projeto*”(1933), a MOP manteria um trabalho conjunto com os municípios, impondo condições na escolha dos terrenos, para uma “implantação correta dos edifícios” (Figuras 26 e 27). Com o avanço no desenvolvimento do mapa definitivo, redigiu-se “*as Instruções para a escolha de terrenos destinados à edificação das escolas primárias*”, no mês de Setembro de 1943, como forma de orientação, assim competia aos municípios “indicar os terrenos disponíveis”, no entanto deviam obedecer em função das seguintes regras:

- “-Orientação entre Nascente e Sul, com preferência para a banda de Este;
- Área não inferior a 2000m², com uma frente adequada às dimensões das fachadas principais dos edifícios;
- Serem planos e geologicamente facilitarem a construção;
- Terem pontos de água, ou serem facilmente abastecíveis;
- Servirem corretamente o núcleo que o Plano dos Centenários determina para a escola”.¹⁵¹

¹⁵⁰ TAVARES, Adriana; *Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retratada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projecto DEEB (1960/70)*; 2010; p. 44

¹⁵¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.106

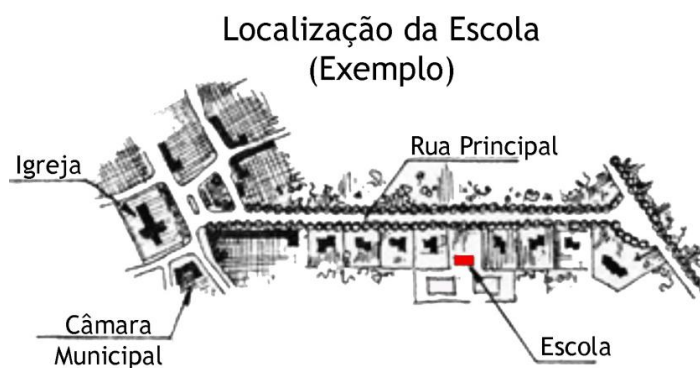


Figura 26 - Exemplo de proposta de localização de uma escola, numa das principais ruas.

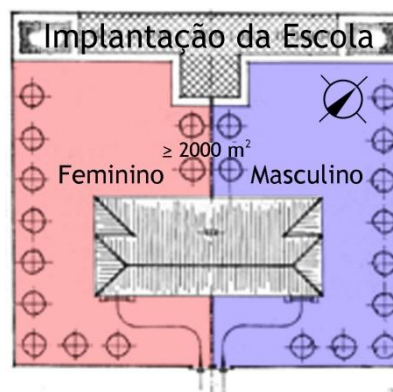


Figura 27 - Proposta de implantação no terreno e orientação de uma escola.

Verificou-se que alguns terrenos “seriam muito difíceis de obter” numa fase de dificuldades económicas geradas pela guerra, o governo apenas podia pagar “quantias irrisórias”, no entanto para o povo o “sentido de propriedade da terra” tinha grande significado e valor que gerou dificuldades em conseguir terrenos segundo os requisitos apresentados, ainda assim foi havendo “cedências e aproximações” aos requisitos mínimos que permitiram a realização do plano.

Considere-se que algumas escolas foram orientadas “mais a Poente que a Nascente”, em terrenos ermos e sem abastecimento de “água potável”, no entanto, a “área mínima tinha de ser respeitada” e dar-se ia prioridade todas as opções. Entre os muitos requisitos, os terrenos deviam localizar-se em confrontação com uma das ruas principais das localidades, manter-se longe de locais “incómodos, tóxicos ou perigosos”, por isto, estabelecia-se no Decreto-Lei n.º 37 575, de 8 de Outubro de 1949 “as distâncias mínimas de afastamento a cemitérios”.¹⁵²

¹⁵² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.106-107

4. Plano das Construções Escolares

4.1. Dar continuidade ao *Plano dos Centenários*

Como forma de concluir o *Plano dos Centenários* surge um *Novo Plano*, iniciou-se em “Novembro de 1955”¹⁵³, os estudos dos projetos do *Tipo Rural* e *Tipo Urbano*, enquanto decorria a construção dos antigos projetos. Neste período construía-se ainda “escolas maiores segundo os projetos-tipo anteriores”, os anos de estudo, permitiriam realizar ampliações, descartou-se mais gastos na “aquisição de terrenos” e permitiu-se reparações das escolas “sem recorrer às verbas de conservação”¹⁵⁴, no desenvolvimento de estudos, permitiu ao “Arquitecto Fernando Peres” apresentar em janeiro de 1956 o anteprojecto-tipo do *Novo Plano*, ao Engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas desde Abril de 1954.

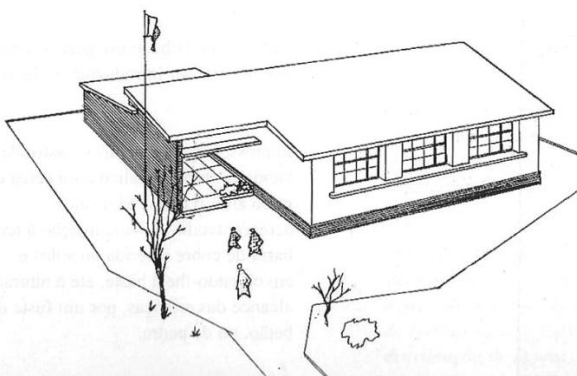


Figura 28 - Perspetiva desenhada, apresentada como estudo da Escola *Tipo Rural*. Projeto de Fernando Peres.

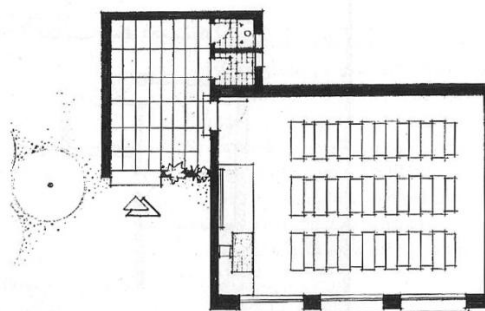


Figura 29 - Planta do estudo apresentado para uma Escola *Tipo Rural*. Projeto de Fernando Peres.

Os estudos apresentados (Figuras 28 e 29), para edifícios de 1 e 2 salas, visaria a “simplificação das fachadas, e de normalização de portas, de janelas e de blocos sanitários” comparativamente aos anteriores projetos, encaminhado ao Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Março do mesmo ano¹⁵⁵, revelar-se-iam distintos dos projetos, soluções estudadas “em simultâneo” com as alterações dos projetos do *Plano dos Centenários*.¹⁵⁶

¹⁵³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.114

¹⁵⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.116

¹⁵⁵ *Ibidem*; p.149

¹⁵⁶ *Ibidem*; p.115

Tecnicamente e geometricamente revelaram-se similares à *Escola Rural*, do Arquiteto Guilherme Rebello de Andrade, interpretada pelo Arquiteto Rogério de Azevedo nos *projectos tipo-regionalizados*, através da *Escola Tipo Rural* (Figuras 30 e 31).¹⁵⁷

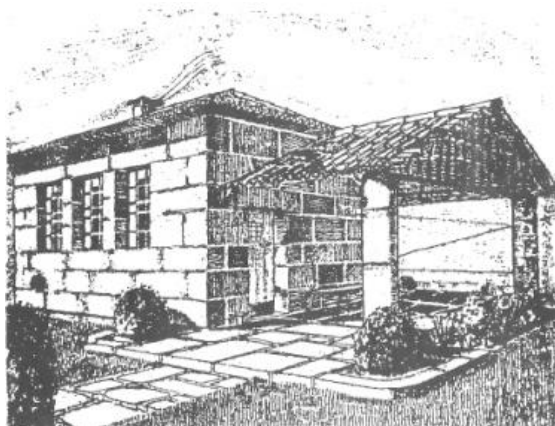


Figura 30 - Perspetiva desenhada para o *Tipo Rural*, apresentada nos projetos Tipo-Regionalizados. Projeto de Rogério de Azevedo, 1935.

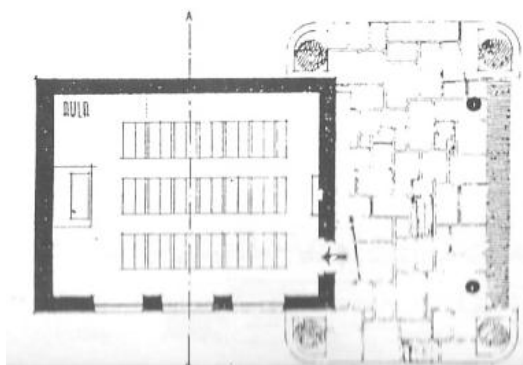


Figura 31 - Planta estudo do *Tipo Rural*, apresentada nos projetos Tipo-Regionalizados. Projeto de Rogério de Azevedo, 1935.

Apresentada a memória, aplicavam-se os seguintes tópicos nos *Novos Projetos Tipo*, nestes “pretendia-se (...) empregar elementos construtivos normalizados”, reduzir custos de construção e o tempo de execução. Simplificava-se os projetos, eliminava-se “os *desnecessários*”:

- “1. - Uniformização das dimensões das salas de aula, vestíbulos e alpendres que diferem nos vários projecto-tipo atuais.
2. - Uniformização das dimensões de todos os vãos.
3. - Uniformização dos blocos sanitários.
4. - Simplificação das coberturas.
5. - Eliminação dos fogões de sala que, quando necessário, podem ser substituídos na sua função por salamandras.
6. - Redução das cantarias cujo emprego se limitará a peitoris, degraus e soleiras.
7. - Redução da espessura das paredes.”¹⁵⁸

Concluídos os estudos dos *Novos Projectos Tipo*, aguardava-se um aviso legal de execução dos projetos e uma vez que ainda não havia sido “publicado” .¹⁵⁹

¹⁵⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.115

¹⁵⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.149

Apreciava-se a “ 8 de Março de 1956” as propostas para “1 e 2 salas”, revisto pela *Delegação*, apontou-se observações de “de carater mais técnico”, enviara-se o anteprojecto-tipo para “apreciação superior”, acompanhado das questões que haviam sido apontadas como hipótese de melhoramento, no entanto sem grandes demoras, a 13 de Março o “Ministro das Obras Públicas aprovou os novos projectos” de escolas primárias, embora continuassem a estuda-se no sentido de “*aperfeiçoamento gradual dos projetos*”.¹⁶⁰

Apresentou-se este tipo no projeto para uma sala, em duas soluções com elementos ornamentais diferenciadores, atribuindo-lhes uma visibilidade diferente, mas bastante similar entre si. A “*Solução A*” e “*Solução B*”, de planta comum (Figuras 32 e 33), em alçados apresentam-se bastante semelhantes, por meio da configuração arquitetónica, no entanto, distinguem-se pela geometria que apresentam. Em planta, definia-se o programa - sala 8m x 6m x 3.5m, vestíbulo, blocos sanitários e recreio coberto.



Figura 32 - Planta *Tipo Urbano*, para uma escola de uma sala. Projeto de Fernando Peres.

Figura 33 - Planta *Tipo Rural*, para uma escola de uma sala. Projeto de Fernando Peres.

Analise-se a *Solução B* (Figura 34), uma proposta ao estilo *Português-Suave*, previa-se uma cobertura de duas águas a dois níveis, em “chapa de fibrocimento vermelha”, revelou-se uma tentativa de modernização dos antigos projetos, contudo inviabilizada por apreciação superior, apontavam-se as possibilidades de modificação consideradas “vantagens”.¹⁶¹

¹⁵⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.116

¹⁶⁰ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.153

¹⁶¹ *Ibidem*; p.152

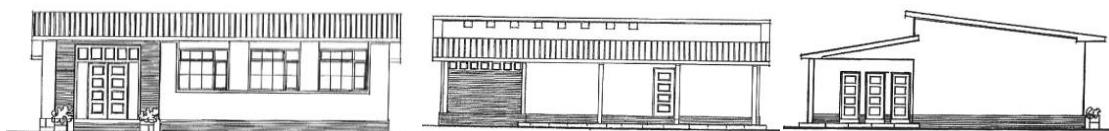


Figura 34 - Alçados de proposta *Tipo Urbano*, escola de uma sala, *Solução B*.

Analise-se depois a *Solução A* (Figuras 35 e 36), apresenta-se ao estilo da *casa portuguesa*, substituíam-se as antigas coberturas de quatro águas, tão características dos anteriores projetos, aplicava-se um telhado de duas águas.¹⁶² Em ambas as propostas, previa-se a utilização de “elementos pré-fabricados”, uma proposta de futuro substituída por uma modificação que “parecia mais indicada”.¹⁶³

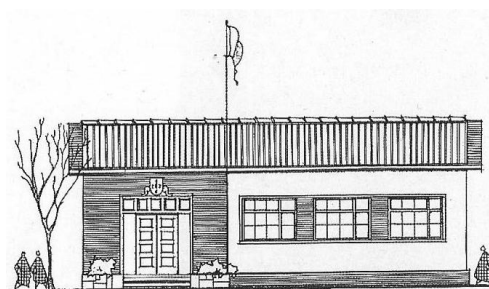


Figura 35 - Alçado de projeto *Tipo Urbano*, *Solução A*, para escola de uma sala.

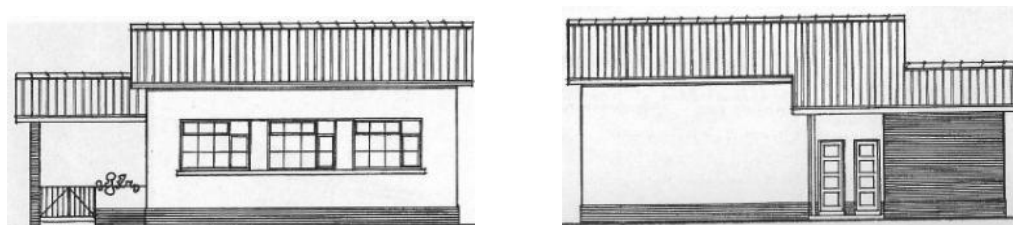


Figura 36 - Alçado frontal e posterior, do projeto *Tipo Rural*, *Solução A*, para escola de uma sala.

Iniciou-se a execução dos projetos, segundo a publicação do “Decreto-Lei nº41 037, de 20 de Março de 1957”, a construção destas tipologias decorria em paralelo com a construção de escolas do antigo plano. Isto permitiria “à Delegação continuar o seu trabalho”, na aplicação dos “dois esquemas”, em escolas com mais de duas salas, construíam-se “edifícios de 1 e 2 salas”¹⁶⁴, contudo nos anos de 1956 e 1957, os primeiros anos em que seriam construídos, compreendia-se as “carências” que as localidades acusavam, aclamava-se a construção de “mais instalações” e a reparação de “muitas das concluídas nas fases anteriores”.¹⁶⁵

¹⁶² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996;p.150

¹⁶³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.152

¹⁶⁴ *Ibidem*; p.116

¹⁶⁵ *Ibidem*; p.115

A construção dos novos projetos traria a um “grande número” escolas, a “instalação elétrica”, mesmo nas aldeias mais remotas, começava a chegar a eletricidade graças à “construção das barragens”, permitia-se uma evolução na eletrificação. A vivência escola na tipologia *Rural* demonstrava “inconvenientes” ao nível do vestíbulo, acusava-se na fase de extrema pobreza, que por se encontrar aberto tornava-se desprotegido, abrigava mendigos e ciganos. Este espaço do programa demonstrava-se “sujo e desconfortável”, contudo em Julho de 1958, aprovar-se-ia a alteração do projeto com o fecho do vestíbulo.¹⁶⁶

Em suma, com os novos projetos, a ideia libertou-se da atribuição de escolas em função da região, contudo a execução das duas tipologias obedecesse à construção com materiais típicos na região, deu-se uma evolução na ideia em relação ao que havia sido proposto pela memória de Rebello de Andrade.

O novo plano desenvolveu-se apenas com duas tipologias, atribuídas em função do desenvolvimento local, assim designou-se de “*tipo urbano*” a tipologia a aplicar-se “às vilas e às localidades que, embora não tendo aquela categoria apresentam nítidas características de aglomerado urbano e gozam já de um certo desenvolvimento económico” e “*tipo rural*”, a tipologia a aplicar em “localidades essencialmente rurais e pouco evoluídas”, com um programa idêntico às mesmas tipologias do *Plano dos Centenários*, reduzindo-se os “elementos arquitetónicos considerados dispensáveis”.¹⁶⁷

4.2. Novo Plano - Plano das Construções Escolares

Alongava-se a realização da “VI Fase” do *Plano dos Centenários* e construía-se *Novos Projetos* em escolas até duas salas, isto permitiu que no “final de 1959”, a MOP e MEN, anuncia-se inconcluída a execução do Plano. Ver-se-ia que “3228 edifícios” não haveriam sido construídos como previsto, no entanto, dar-se-ia continuidade ao *Plano dos Centenários*, com a execução de um “*Novo Plano*”, de aplicação dos *Novos Projetos Tipo*.¹⁶⁸

Nesse ano, compreendeu-se a “facilidade” de conclusão das novas empreitadas, com isto o “*Novo Plano de Construções Escolares*”, regulamentou-se segundo a Lei n.º 2 107, de 5 de Abril de 1961, que realizar-se-ia “*no menor prazo possível*”, um plano de substituição do Plano dos Centenários, abrangia-se todas as construções escolares, incluindo “*cantinas*” e “*mobiliário*”. No *Novo Plano* aproveitar-se-ia os “edifícios anteriores à execução do Plano dos Centenários”, para remodelar e designar como escolas do plano.¹⁶⁹

¹⁶⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.165

¹⁶⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.149

¹⁶⁸ *Ibidem*; p.116

¹⁶⁹ *Ibidem*; p.166-167

No seu lançamento, acusava-se as “várias tentativas de mudança e modernização do ensino”, perdidas nas dificuldades da conclusão do plano, referia-se ainda a “má qualidade de algumas construções”, geradas pelas vicissitudes económicas que o país havia atravessado e ainda atravessava. O quadro de *Atualização do Plano dos Centenários*, publicado no Decreto n.º 43 674, de 8 de Maio de 1961, apresentava os números de escolas a construir em cada distrito, ¹⁷⁰ sem “prazo definido” para conclusão, a construção dos edifícios passaria a ser a cargo dos municípios, contudo após concluídos os edifícios, o Estado comparticiparia com “50% do custo total”. ¹⁷¹

Durante esta fase, obedecia-se à construção de escolas em função do desenvolvimento local contudo no decorrer da execução do plano acusava-se dificuldades em albergar todos os inscritos. A solução apresentada passaria por aumentar o número de salas às tipologias, assim, “a partir de 1960” realizavam-se estudos de ampliação e construía-se edifícios “de 3, 4, 6 e 8 salas”, “como ampliação” das escolas de 1 e 2 salas. ¹⁷²

4.2.1. Alterações aos *Novos Projetos*

As alterações dos projetos surgiriam essencialmente das ampliações surgidas nas duas tipologias. Mais tarde, apesar das aprovações de alterações de projetos, as soluções do tipo rural esteticamente mal resolvidas, demonstravam-se estranhas, originava-se uma mudança de estratégia na atribuição dos edifícios, o tipo rural passava a ser aplicado em edifícios com um limite máximo de duas salas, enquanto o tipo urbano, de 4, 6 ou 8 salas.

As salas eram atribuídas em função do número de matrículas. No decorrer dos muitos anos de estudo e execução, as alterações dos projetos formalizaram-se com a mesma solução, sempre que aumentava o número de inscritos, como solução recorria-se à ampliação de salas no edifício. Contudo, as áreas reduzidas dos terrenos, não permitiram a ampliação no sentido horizontal, isto é, verifica-se na maioria das ampliações verticais, uma configuração “estranha”. Mudava-se a estratégia de atribuição dos *Novos Projetos Tipo*, a ideia de rural ou urbano foi-se alterando, assim passava a atribuir-se escolas do *tipo urbano* a localidades com elevado número de matrículas, e em oposto, o *tipo rural* a localidades com um número de matrículas reduzido. ¹⁷³

Nesta fase, realizavam-se ampliações de 3 salas no sentido vertical, com base nos antigos projetos, solucionava-se com a construção de uma escala de madeira, de 3 lances e 2 patamares de apoio, em ambas as tipologias.

¹⁷⁰ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.168

¹⁷¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.170

¹⁷² *Ibidem*; p.166

¹⁷³ *Ibidem*; p.176

Aprovava-se no mês de “Setembro de 1961”, uma “ampliação de 3 salas” (Figura 37) de tipo rural, considerou-se no entanto um edifício “*esteticamente*” mau, promover-se-ia neste sentido a atenção de “evitar (...) construí-los”, isto permitiu realizar-se mais estudos de ampliação para esta tipologia.



Figura 37 - Alteração de ampliação a 3 salas, escola *Tipo Rural*, primeira aprovação.

Um estudo de 1961, uma “*Nota Técnica*” que permitia a utilização de materiais “*pré-fabricados*”, aplicavam-se “em coberturas, pavimentos e tetos” dos novos projetos, enquanto o betão assumia grande relevância. Desenvolvido o estudo de estruturas em betão armado, devido à instabilidade dos edifícios na Ilha dos Açores, conferia-se a aplicação de estruturas de “betão armado” em todas as construções escolares, como forma de evitar possíveis danos e destruição. Aplicava-se em 1962, os novos materiais e o novo projeto, com a estrutura de betão armado, designado por *Tipo Rural 2*, no entanto encarecia-se os custos de execução da obra, mostrava-se necessário reajustar os orçamentos iniciais.¹⁷⁴

Com alteração das estruturas, a construção de *Tipo Urbano*, de uma e duas salas abrandaria “a partir de 1961”, os custos de construção apresentavam-se pouco rentáveis em 1965, possivelmente depois da remodelação da estrutura, tornava-se mais viável a construção desta tipologia em escolas com 4 ou mais salas, que justificar-se-ia com o número de inscritos para frequência.¹⁷⁵

Assim “em Outubro de 1965”, aprovara-se uma ampliação solucionada à mesma cota (Figuras 38 e 39), uma solução marcada pela horizontalidade, “concebida a partir do edifício gémeo”, anexara-se as salas no alinhamento dos vestíbulos. Num “plano recuado”, a nova sala partilhava as restantes dependências do programa, o vestíbulo era o núcleo de desenvolvimento do programa, assim comum a duas salas permitia a circulação.¹⁷⁶

¹⁷⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.180

¹⁷⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.173

¹⁷⁶ *Ibidem*; p.178

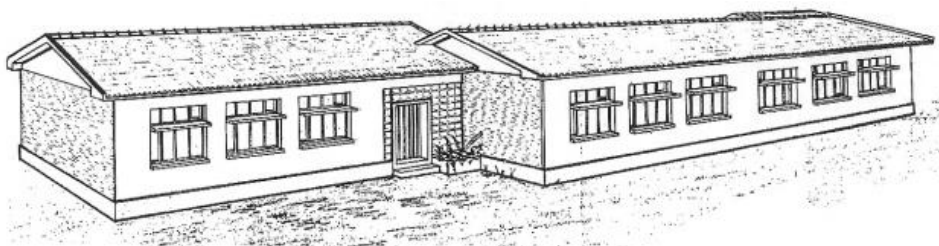


Figura 38 - Perspetiva de uma ampliação a 3 salas, escola *Tipo Rural*.

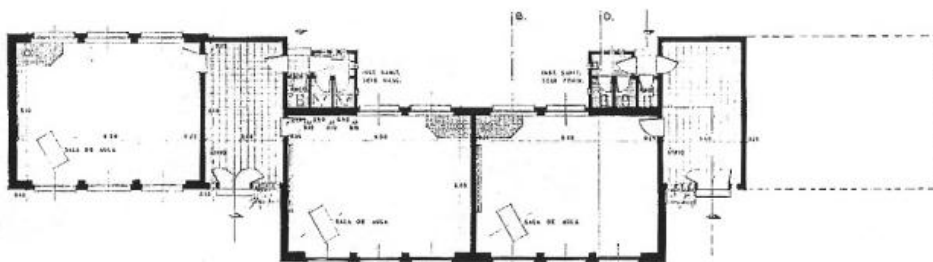


Figura 39 - Planta de uma ampliação, 3 salas *Tipo Rural*, com possibilidade a ampliação a 4 salas.

O reajuste dos preços dos orçamentos iniciado em 1964, após a alteração na “estrutura anti-sísmica”, proporcionaria entre 1966 e 1970 a realização de mais estudos “revistos com profundidade”¹⁷⁷, não parando a construção de projetos, durante estes anos construíram-se projetos “*Tipo Urbano 2* e *Tipo Rural 2*”, esteticamente iguais aos anteriores, uma vez que as alterações técnicas, aplicar-se-iam na estrutura e materiais usados. Considere-se que nesta fase, acusava-se uma evolução nas políticas educativas e nos métodos de ensino, originava-se em Portugal, novas escolas, enquanto se construíam Escolas-Piloto e de Área Aberta¹⁷⁸, onde “a criatividade e liberdade” das crianças ganhava nova importância.¹⁷⁹

Considere-se que as escolas construídas e projetadas pelos planos, não permitiam estas questões, neste sentido revia-se os projetos do Plano que ainda se estava a executar. Pretendia-se melhorar os espaços escolares, “de acordo com os conceitos do professor e dos alunos”, estudou-se “a adaptação dos projetos-tipo à moderna conceção pedagógica e construtiva” até 1971, que apontava pontos essenciais na modificação dos projetos. Aumentava-se o “espaço das salas”, a área do vestíbulo adaptado à realização de “trabalhos manuais”, remodelava-se os “blocos sanitários” e adquiriam-se novos equipamentos a aplicar nas salas de aula.¹⁸⁰

¹⁷⁷ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.166

¹⁷⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. III - Edifícios para o ensino infantil e primário Da Escola Piloto à Área Aberta Casos Especiais*; 2010; p.37-71

¹⁷⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.180-181

¹⁸⁰ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.181

As novas alterações aprovavam-se a “17 de Maio de 1971”, designando os projetos de “*Tipo Urbano 3* e *Tipo Rural 3*” (Figuras 40 e 41), contudo ao longo dos anos acusava-se a necessidade de ampliação dos edifícios, que pela impraticabilidade de estudar “caso a caso”, impossibilitava-se realizar soluções específicas.¹⁸¹

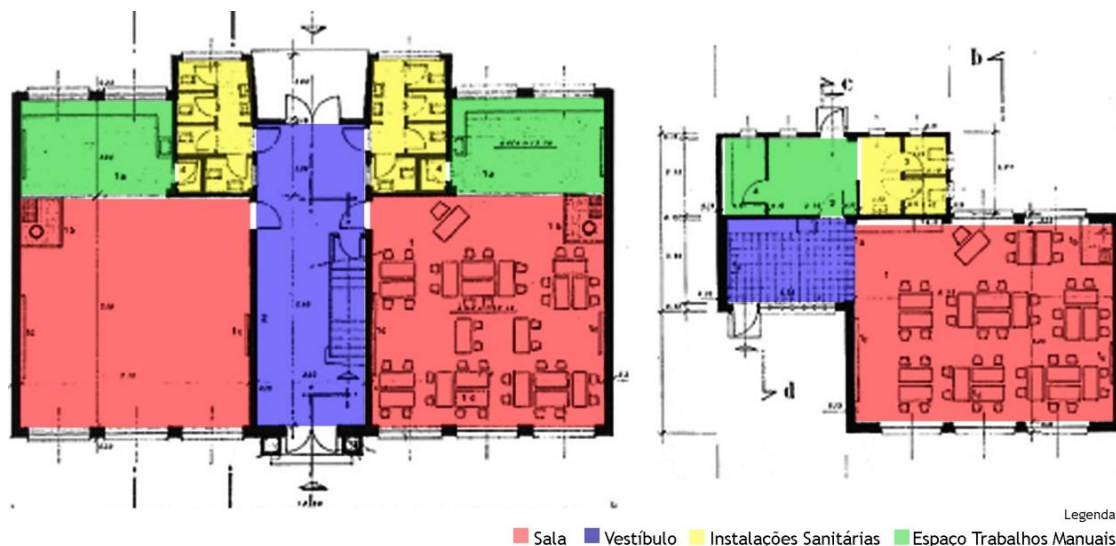


Figura 40 - Planta proposta de alteração ao *Tipo Urbano*, designado *Tipo Urbano 3*.

Figura 41 - Planta proposta de alteração ao *Tipo Rural*, designado *Tipo Rural 3*.

Em 1974, com a queda do Estado Novo, inviabilizou-se a “continuação do *Plano das Construções Escolares*”, verifica-se o elevado “crescimento da população” e com número de inscritos nas escolas a aumentar, acentuava-se “a carência de instalações escolares”, no entanto, acertadas as empreitadas, manteve-se a construção destes edifícios até 1979.¹⁸² Note-se nessa altura, a existência de um “manual” com as regras para alterações, ampliações e manutenção, atribuía-se assim a responsabilidade aos municípios de proceder ao “acompanhamento técnico” das escolas.¹⁸³

4.3. Localização

No entanto, verifique-se as alterações aos estudos iniciais de Fernando Peres. Os seus estudos apresentariam edifícios com telhados de uma água e “fibrocimento”, que após a revisão, foram prontamente substituídos por “telhados de duas águas” em “telhas”, justificar-se-ia esta alteração a mais indicada “para o bloco sanitário da Escola Rural”.¹⁸⁴

¹⁸¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.185-186

¹⁸² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.171

¹⁸³ *Ibidem*; p.186

¹⁸⁴ *Ibidem*; p.152

Na revisão do projeto inicial, alterar-se-iam ainda outras questões, argumentadas pela funcionalidade do projeto, das quais, convém ressaltar a importância da “orientação geral das plantas”. A Delegação, alertou para os recreios orientados “a Norte”, bem como a necessidade de um espaço coberto, para não colocar as crianças sob uma exposição “desagradável”. A “10 de Fevereiro de 1956”, aprovava-se por meio de despacho, os estudos da “*orientação (...) dos novos tipos*”, que em apreciação revelou “observações de ordem técnica”, que prontamente definiriam as coberturas “de duas águas” em telhas.¹⁸⁵

Em 1956, a Portaria nº 15 760, de 9 de Março de 1956, “aprovava as *Instruções para a escolha dos terrenos destinados à edificação de escolas primárias*”, que viria complementar as definidas em 1943, com as “áreas mínimas a adquirir”, em função do “número de salas a construir”. Refere-se a intenção de centralizar as escolas no “núcleo” habitacional, devendo obedecer às regras estabelecidas, salvo exceções localizadas na “*periferia*” a uma distância “*superior a 100m*” às “*casas mais próximas*”.¹⁸⁶

4.4. Cantinas

Num contexto social difícil, evidenciavam-se as carências económicas, vivia-se um tempo onde a fome começava a ter relevância para o país, assim algumas entidades sociais e privadas, improvisavam espaços para refeições, proporcionando aos mais carenciados uma refeição. Com o agravamento na economia e escassez de bens essenciais, o povo pobre e com fome aclamaria a ajuda do Estado, assim com a criação de cantinas, matava-se “a fome às crianças pobres”, conferia-se “uma boa imagem de propaganda” e afirmava-se falsamente o amor ao povo.¹⁸⁷

Sabe-se que “até à década de 40”, os municípios acusavam dificuldades financeiras, ainda assim construíram-se em Portugal, algumas Escolas-Cantina, “mandadas projetar” por entidades privadas.¹⁸⁸

Desde que projetados em função da “condição de *formar um conjunto harmonioso com o edifício*” escolar, permitia-se a “execução do projeto da Cantina escolar”,¹⁸⁹ no entanto, acusar-se-iam as dificuldades financeiras dos Municípios, que invalidavam a construção destes projetos, ainda assim construíam-se alguns graças a “doações, ou legados, de pessoas abastadas”.¹⁹⁰

¹⁸⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.152

¹⁸⁶ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.107

¹⁸⁷ *Ibidem*; p.189

¹⁸⁸ *Ibidem*; p.190

¹⁸⁹ *Ibidem*; p.195

¹⁹⁰ *Ibidem*; p.190

Em 1938, propor-se-ia a Duarte Pacheco, a construção de cantinas independentes, ainda assim concordando com a ideia, rejeitava-se a proposta de Fernandes de Sá, acusando-se a ausência de legislação que autoriza-se a sua construção. Em 1940, iniciar-se-ia a “*execução do projeto da Cantina escolar*”, contudo até à sua aprovação, alguns municípios pediriam uma apreciação na execução de escolas-cantina em algumas das suas freguesias, devidamente comparticipadas.¹⁹¹

Aprovar-se-ia a execução de escolas cantina, um pouco por todo país, no entanto, note-se que em paralelo com a construção de escolas, acumulava-se “a obrigação de edificar” esses edifícios. Como resposta à execução das muitas escolas cantina em atraso, “Fernandes de Sá” desenvolveu o projeto de “*Cantinas Escolares - Edifícios Tipo*”, que seguia para aprovação superior em “Fevereiro de 1946”. Por meio de despacho, aprovava-se a “15 de Maio” do mesmo ano, o projeto segundo a revisão do “Eng. Frederico Ulrich”, dispensava-se algumas dependências do programa, viabilizava-se a execução do projeto com orçamentos mais baixos. De programa simples, composto por refeitório, cozinha, despensa e o espaço para arrumo de lenha, eram escalonados em função do número de salas que serviriam, de diferentes dimensões, construir-se-iam para servir duas ou quatro salas. Como forma de economizar nos custos de obra e viabilizar a execução, construir-se-iam com “os materiais próprios de cada região”.¹⁹²

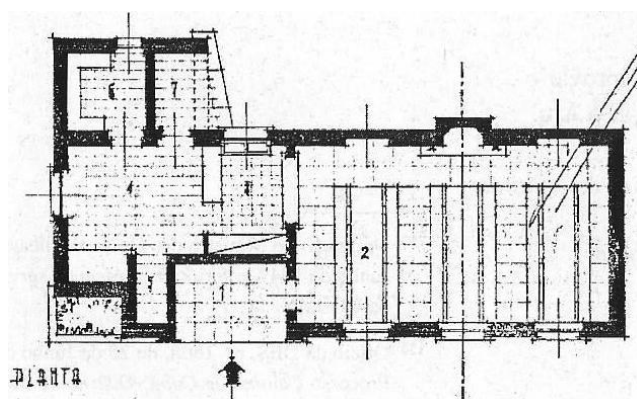


Figura 42 - Planta principal de *Cantina-Tipo para 2 salas*, a aplicar na Região da Extremadura.

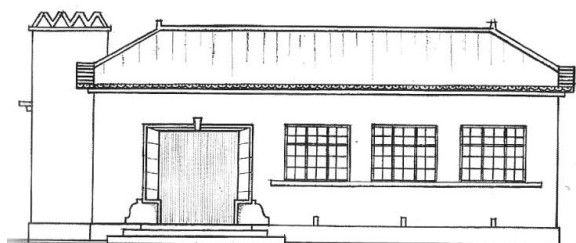


Figura 43 - Alçado principal de *Cantina-Tipo para 2 salas*, a aplicar na Região Centro.

¹⁹¹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.195

¹⁹² AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II*, op. cit.; p.199

As primeiras empreitadas foram realizadas para a região Norte do país, realizar-se-iam estudos para a região Sul, em 1947, em função das “características” das fachadas das escolas construídas nessas regiões e “aproveitando-se as plantas” (Figura 42), adaptavam-se os restantes projetos.¹⁹³ As restantes regiões Centro e Lisboa reuniram-se no mesmo sentido, tomando como exemplo os estudos realizados pelas outras duas direções, nestas propostas, adaptaram-se “elementos das fachadas” às “escolas primárias da região” (Figura 43), enquanto as plantas manter-se-iam idênticas, com poucas alterações.¹⁹⁴

As cantinas escolares teriam como objetivo alimentar as “crianças só duas ou três vezes por semana”¹⁹⁵, as poucas “competências para a sua construção” conferiu-lhe pouca relevância, realçavam-se as soluções apresentadas, como um projeto “*devidamente considerado no (...) plano das escolas primárias*”.¹⁹⁶

Referia-se em 1952¹⁹⁷, a construção de mais cantinas graças a uma injeção de capital doado para fins sociais, isto permitiria anunciar-se, “em 1959”, dar continuidade à construção de “*cantinas escolares*”, embora continuassem dependentes das “iniciativas locais”.

A atualização aos “orçamentos dos edificios”, datada de “1964”, com a inserção de “estrutura anti-sísmica” nos edificios, encareceria as construções face aos orçamentos previstos, com isto em “Agosto de 1966”, dar-se-ia início às alterações dos projetos iniciais, como compensação aos custos da estrutura, simplificou-se as fachadas de forma a torna-las “condizentes com as novas escolas primárias”. Após aprovação, este novo projeto de cantinas, repetiu-se “até 1979”, em construções anexadas às escolas do *Tipo Rural e Urbano*.¹⁹⁸

¹⁹³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.207

¹⁹⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.221

¹⁹⁵ *Ibidem*; p.101

¹⁹⁶ *Ibidem*; p.228

¹⁹⁷ Decreto-Lei n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952 in AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.229

¹⁹⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.229

5. Estudo de caso - Concelho do Fundão

5.1. O concelho do Fundão durante o Estado Novo

Enquanto caso em estudo, permita-se contextualizar o concelho do Fundão durante o Estado Novo, que envolveu em controvérsia, no que se refere ao Plano dos Centenários, apesar de tudo acabou por ajudar a reduzir a taxa de analfabetismo. Sabe-se que o Fundão tornava-se reconhecido pelas estruturas económicas e sociais, que tanto contribuíram para a evolução do concelho, durante aquele período.

Considere-se o concelho do Fundão, pertencente à região da Cova da Beira, pertencente ao distrito de Castelo Branco, localiza-se entre duas regiões montanhosas com elevada importância para a Beira Interior, assim, caracteriza-se como um lugar de riqueza natural e cultural, que em tanto contribuiu para a sociedade local. Entre as Serras da Estrela e Gardunha, o concelho é um cantinho do interior, um lugar recatado, salientado de uma ruralidade. Atualmente a agricultura demonstra-se uma das principais atividades da região, no entanto sabe-se que durante o Estado Novo, era a indústria têxtil e mineira que lhe conferia grande visibilidade (Figura 44).



Figura 44 - Casino Fundanense e Jardim Municipal, vila do Fundão nos anos 30.

Entre as muitas localidades do concelho, salientam-se lugares de misticismo com grande vista sobre as minas da Panasqueira, lugar outrora cheio de vida, uma mina de volfrâmio que conferiria relevância, durante o Estado Novo.

A febre do “volfrâmio” lucraria essencialmente entidades privadas, a quem pertenceriam as minas, no entanto também o Estado e todo o concelho, acabaria por ganhar com a “exportação (...) para a Alemanha”¹⁹⁹.

Durante este período, as minas tornaram-se uma das mais importantes do país, através delas conciliavam-se os interesses, o Estado criaria formas de desencadear as corridas ao armamento, enquanto as entidades privadas que geriam as minas, rentabilizavam a sua indústria e em troca pagavam elevados impostos. Mesmo que momentaneamente, com as elevadas vendas das minas, criavam-se mais postos de trabalho e movimentavam-se as economias locais.

Com a modernização industrial, aumentava-se a produção mineira, construíram-se oficinas especializadas em desenvolver os processos, criando-se mais postos de trabalho em toda a região. Assim, preservava-se laços sociais, entre povo e privados, aceitavam-se as hierarquias sociais, permitia-se uma harmonia social e confraternizava-se com as elites locais, no entanto após a escassez de recurso e bens essenciais, sentira-se o desequilíbrio social. Considere-se as minas, uma paisagem local, mas também um marco social e económico, que no momento de crise económica, enriquecera as elites por meio do esforço do povo (Figura 45).



Figura 45 - Mineiros da Panasqueira numa antiga entrada das minas.

A injustiça refletira-se nos rostos da fome (Figura 46), contudo as classes com mais poder económico, mostrava-se a solidariedade, por meio de doações de privados e entidades privadas, no início improvisavam-se cantinas para matar a fome do povo, mais tarde substituídas por cantinas oficiais, que o Estado usaria para alimentar a propaganda do seu regime, exemplo das carências do povo, dá-se conta da existência de duas no concelho do Fundão e que serão mencionadas mais à frente.

¹⁹⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.102



Figura 46 - A pobreza cravada na gente da beira.



Figura 47 - Censura nas páginas do *Jornal do Fundão*. Após suspensão de seis meses, data de 28 de Novembro de 1965.

Entenda-se que, entre injustiças económicas e sociais, o setor industrial assumiria grande importância para a região, com ajuda da “criação de infraestruturas” e muitas redes de equipamentos, permitira-se um “crescimento demográfico, económico e social” do concelho e da região da Beira Interior. O Plano dos Centenários, exemplo de uma dessas redes, trouxe à região, a “educação” acessível a todos, permitia-se construir uma sociedade alfabetizada, com identidade local e cultural.²⁰⁰ Criaram-se indivíduos alfabetizados, uma abertura das mentes até então empobrecidas, pela ignorância e submissão às políticas do regime, um novo povo de coragem, de luta.

O Fundão foi palco da batalha pela liberdade, veja-se o caso do *Jornal do Fundão* (Figura 47), que não deixou abater-se pela censura, sabe-se que a liberdade de expressão, no momento em que a sociedade engolia as ideologias políticas do Estado, parecia permanecer inerte às necessidades do povo, onde o medo de represálias calava a liberdade, dando a palavra às leis abusivas do regime. Ainda assim, arranjavam-se maneiras de confundir e contornar os meios de repressão, no momento em que, o controlo à informação impedia ações de comunicação, que pudessem originar manifestos ou greves.

A censura punia as redações de todo país com suspensão ou condenação, dê-se o exemplo do *Jornal do Fundão*, que sofreu consequências pelos textos e imagens. Consideradas ofensivas ao regime, o maior castigo foi uma suspensão de seis meses, no entanto as páginas censuradas, rasuradas pelo *lápiz azul* são a prova da sua luta, pretendia dar visibilidade às problemáticas regionais, e também, das políticas da governação de Estado Novo que assombravam o país.

²⁰⁰ AA.VV. VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Coimbra; 2008; p. 8

5.2. Escolas do povo - Os Planos do Estado Novo

A elaboração deste capítulo pretende dar a conhecer a rede-escolar primária, construída no concelho do Fundão, por meio do *Plano dos Centenários* e do *Plano das Construções*, fazendo-se acompanhar do registo fotográfico apresentado em anexo, que foi realizado durante a investigação.

O caso em estudo apresenta-se detentor variadíssimas escolas, surgidas antes e depois do regime, note-se que existem outras escolas não pertencentes aos planos, que foram construídas no período de Estado Novo, no entanto o tema recai essencialmente sobre as escolas do povo, escolas do *Plano dos Centenários* e do *Plano das Construções Escolares*, que levaram o ensino básico aos mais desfavorecidos. Sentira-se os “tempos de mordaza”²⁰¹, não só no Fundão mas em todo o país, onde eram visíveis as injustiças sociais, considere-se que até à construção destas escolas, ainda em 1961, o *Jornal do Fundão* referia que “Ler é coisa de gente fina” (Figura 48), lecionado em escolas acessíveis apenas a classes abastadas.



Figura 48 - Textos de Janeiro de 1961, *Jornal do Fundão*.

Compreenda-se que independentemente do contexto, Portugal sempre foi um país onde as escolas públicas eram complementadas com a construção de escolas privadas, relação que não permite negligenciar-se a importância de nenhuma delas. Sabe-se que ao nível da arquitetura, as escolas encomendadas por privado, permitiram manter-se no estilo moderno, enquanto as escolas públicas dos planos, acabaram por adaptar-se ao estilo definido como *português suave*.

As escolas do Fundão são exemplo da imposição de um *estilo oficial*, durante o período de Estado Novo, houve arquitetos que continuariam a projetar uma arquitetura moderna, dariam uma visão de futuro, enquanto as escolas do povo impunham um estilo. Através do registo fotográfico das escolas do concelho, permitiu realizar-se uma análise aprofundada das escolas previstas e do que foi realmente construído, contudo note-se que o início do plano sofreu sucessivas alterações de projetos, construídos até ao Novo Plano. Nos pontos seguintes, serão analisados os quadros com o número de escolas previstas para o concelho do Fundão, e compreender-se não só a taxa de sucesso dos Planos contra o analfabetismo, como também entender a existência de escolas com características diferentes dos projetos iniciais.

²⁰¹ ALVES, Eduardo; *Jornal do Fundão Jornalismo de Causas, Cultura e Identidade*; 2009; p.87

A aproximação em campo aos edifícios educacionais permitiu perceber fisicamente a vasta rede de escolas primárias do concelho do Fundão, surgidas por meio dos Planos, que pretendiam dar resposta das necessidades e carências de um país, onde o analfabetismo insistia em permanecer. O elevado número de edifícios encontrados é compatível com a vasta dimensão destes projetos, que faseadamente foram sendo construídos, edifícios emblemáticos que são atualmente símbolo da educação do Estado Novo.

Entre os muitos edifícios analisadas, outrora cheios de vida, atualmente alguns apresentam um destino diferente, muitos ainda desempenham a função inicial, outros encontram-se entregues a associações e à mercê do abandono. Estes são apenas o exemplo dos muitos edifícios do *Plano* que foram construídos no país, e que agora devolutos, merecem uma nova função que impeça a apropriação do esquecimento, degradação e até abandono. Edifícios dispendiosos construídos outrora, com custos dispendiosos que podiam ter morto a formem de muita gente.

5.2.1. Escolas do *Plano dos Centenários*

O surgimento do Plano trouxe ao concelho a possibilidade de alfabetizar a sociedade local, verifique-se que apesar das dificuldades económicas, concluir-se-iam um considerável número de escolas, após aprovação do Plano em 1944. Recorde-se que os projetos do plano distribuem-se e apresentam características distintas entre si, apesar da horizontalidade simétrica de individualidade primitiva, resultante da gemação, atribuiu-lhes uma imagem uniforme independente da região.

Considere-se portanto os projetos de Joaquim Areal (DENC)²⁰², arquiteto responsável pelas propostas para a região Centro, são exemplo da *imagem* tradicionalista imposta pelo regime, distinguem-se em duas tipologias trabalhadas em diferentes materiais (Figura 49). Os seus projetos poder-se-iam construir do *Tipo Beira Alta* - Granito ou Xisto- ou *Tipo Beira Litoral* - Tijolo ou Cantaria - no entanto, verifique-se que a fachada posterior, comum a todas as variantes, distingue-se pelos materiais iguais aos aplicados na fachada principal. Estima-se que após a aprovação do *Despacho*, de 29 de Julho de 1941, o município se encontrasse em negociações com a DENC, no intuito reajustar o número de edifícios previstos pelo Plano dos Centenários, a aplicar no concelho.

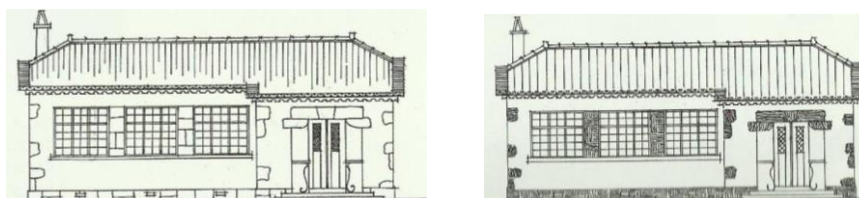


Figura 49 - Alçados principais escola uma sala, *Tipo Beira Alta*, granito e xisto, respetivamente esquerda e direita. Projeto de Joaquim Areal (1944).

²⁰² Anexo I - Projetos de Joaquim Areal

Sabe-se que o *mapa* de 1941 previa um total de 51 edifícios - 27 edifícios de 1 sala, 23 edifícios de 2 salas, 1 edifício de 4 salas - a construir no concelho, um total de 77 salas. Admita-se que o número de edifícios previsto, não satisfizesse as necessidades do povo, as poucas escolas existentes no concelho não conseguiriam dar resposta à elevada taxa de analfabetismo da região, assim após a revisão dos *mapas* iniciais, o esforço do município conseguiria aumentar reduzidamente, os números de salas a construir nos 54 edifícios previstos pelo *mapa definitivo* de 1944 (Tabela 1).

Tabela 1 - Tipologias a construir nas freguesias do Fundão, no início do Plano dos Centenários.

Localidades	Nº Salas	Tipologia			Nº Edifícios
		1Sala	2Salas	3Salas	
Alcaide	3	1	1	-	2
Alcaria	1	1	-	-	1
Pesinho	1	1	-	-	1
Alcongosta	3	1	1	-	2
Aldeia de Joanes	2	-	1	-	1
Alpedrinha	2	-	1	-	1
Atalaia do Campo	4	-	2	-	2
Alqueidão	1	1	-	-	1
Barroca	2	-	1	-	1
São Martinho	1	1	-	-	1
Bogas de Baixo	1	1	-	-	1
Maxial	1	1	-	-	1
Bogas do Meio	1	1	-	-	1
Malhada Velha	1	1	-	-	1
Descoberto	1	1	-	-	1
Capinha	3	1	1	-	2
Enxabarda	1	1	-	-	1
Castelo Novo	2	-	1	-	1
Estação Cast. Novo	1	1	1	-	1
Donas	1	1	-	-	1
Chãos	2	-	1	-	1
Escarigo	2	-	1	-	1
Enxames	2	-	1	-	1
Fatela	2	-	1	-	1
Fundão	3	-	-	1	1
Janeiro de Cima	2	-	1	-	1
Lavacolhos	1	1	-	-	1
Martianas	1	1	-	-	1
Orca	3	1	1	-	2
Vales de Pêro Viseu	1	1	-	-	1
Póvoa da Atalaia	3	1	1	-	2
Salgueiro	2	-	1	-	1
Silvares	5	-	1	1	2
Soalheira	2	2	-	-	2
Casal de Alvaro Pires	1	1	-	-	1
Souto da Casa	4	-	2	-	2
Vale de Urso	1	1	-	-	1
Freixial	1	1	-	-	1
Telhado	2	-	1	-	1
Cortiçada	1	1	-	-	1
Mata da Rainha	1	1	-	-	1
Quintãs	2	-	1	-	1
Torre	1	1	-	-	1
Vale de Prazeres	3	-	-	1	1
Valverde	2	-	1	-	1
Totais	83	28	23	3	54

Iniciava-se em 1944, a possível construção das 83 salas em 45 localidades - 28 edifícios de 1 sala, 23 edifícios de 2 salas, 3 edifícios de 3 salas - até ao ano de 1951, como apresenta o quadro seguinte. Contudo, relembre-se as características principais da massa horizontal, formada por dois volumes escalonados, que compõem um programa simples. Identifique-se este projeto, como o projeto de arranque do plano, com cantarias em pedras curvas que ornamentam a entrada principal do edifício (Figura 50), característica essencial determinante para corresponder os edifícios ao projeto de 1944.



Figura 50 - Cantaria granítica em pedra curva, porta da escola de Lavacolhos, atual Casa do Bombo.

Com uma viagem pelo concelho, permitiu compreender-se que as crises económicas impediram a execução rápida do plano que havia sido proposto, assim analise-se o quadro seguinte. Segundo a investigação, sabe-se que nas primeiras duas fases de execução, apenas 14 das 45 localidades previstas foram contempladas com a construção de edifícios (Tabela 2).

Tabela 2 - Escolas construídas no concelho do Fundão do *Tipo Beira Alta*, projeto de 1944.

Localidades	Nº Salas	Tipologia			Nº Edifícios
		1Sala	2Salas	4Sala	
Atalaia do Campo	4	-	-	S	1
Barroca	2	-	1	-	1
Capinha	4	-	-	1	1
Carvalho e Valverde	4	-	-	1	1
Castelo Novo	2	-	1	-	1
Donas	2	-	1	-	1
Fundão	4	-	-	-	1
Lavacolhos	2	-	1	-	1
Malhada Velha	1	1	-	-	1
Martianas	1	1	-	-	1
Orca	2	-	1	-	1
Silvares	2	-	1	-	1
Souto da Casa	4	-	-	1	1
Telhado	2	-	1	-	1
Totais	36	2	7	4	14

Os projetos iniciados até 1947 fizeram-se corresponder aos projetos de 1944, no entanto o agravamento dos preços, as crises económicas e dificuldades em conseguir materiais, Joaquim Areal apresentava o projeto de *Simplificação*, foi sendo introduzido na III Fase de execução, dando continuidade na execução do plano. Mais tarde, no ano de 1955 acabaria por ser aprovado com a designação de *Tipo Serra* (Figura 51), que visa a aplicação de cantarias o mínimo possível, que foi construído nos edifícios com mais salas, até ao final dos anos 50.



Figura 51 - Alteração de *simplificação*, cantaria de porta, *Tipo Serra*, escola de Monte Leal.

Esta alteração do projeto, em relação aos edifícios construídos nas fases anteriores, mantém o telhado de quatro águas, no entanto a área de iluminação foi reduzida e os projetos perderam toda a cantaria que ornamentava as arestas do grande volume retangular. A tabela seguinte (Tabela 3) apresenta as 15 localidades que têm edifícios com estas características.

Tabela 3 - Escolas construídas no concelho do Fundão do *Tipo Serra*, projeto de 1947.

Localidades	Nº Salas	Tipologia					Nº Edifícios
		1Sala	2Salas	3Sala s	4Salas	6Salas	
Alcaide	6	-	-	-	-	1	1
Alcaria	4	-	-	-	1	-	1
Alcongosta	4	-	-	-	1	-	1
Aldeia de Joanes	2	-	1	-	-	-	1
Alqueidão	1	1	-	-	-	-	1
Bogas de Baixo	2	-	1	-	-	-	1
Casal de Álvaro Pires	1	1	-	-	-	-	1
Descoberto	1	1	-	-	-	-	1
Enxames	4	-	-	-	1	-	1
Fatela	2	-	1	-	-	-	1
Janeiro de Cima	2	-	1	-	-	-	1
Monte Leal	2	-	1	-	-	-	1
Póvoa da Atalaia	4	-	-	-	1	-	1
Quinta da Torre	1	1	-	-	-	-	1
Soalheira	3	-	-	1	-	-	1
Totais	39	4	5	1	4	1	15

5.2.2. Escolas do *Plano das Construções*

Considere-se o ano de 1959, o ano de viragem para a aprovação do *Novo Plano das Construções Escolares* em 1961, como continuação do inconcluído *Plano dos Centenários*. Ainda que os Novos Projetos, só fossem aprovados nesse ano, a sua construção iniciou-se em 1956. Atualizara-se o número de edifícios que ainda não haviam sido concluídos, assim a tabela seguinte apresenta as tipologias previstas a construir no concelho do Fundão, após aprovação do *Novo Plano*, previa-se a construção de 72 salas em 44 edifícios (Tabela 4).

Tabela 4 - Tipologias a construir nas freguesias do Fundão após atualização do *Plano dos Centenários* de 1961.

Localidades	Nº Salas	Tipologia				Nº Edifícios
		1Sala	2Salas	4Sala	6Salas	
Alcaria	4	-	-	1	-	1
Pesinho	1	1	-	-	-	1
Prazo	1	1	-	-	-	1
Aldeia de Joanes	2	-	1	-	-	1
Alpedrinha	4	-	-	1	-	1
Termas de Touca	1	1	-	-	-	1
Atalaia do Campo	1	1	-	-	-	1
Barroca	1	1	-	-	-	1
Bogas de Baixo	2	-	1	-	-	1
Bogas de Cima	1	1	-	-	-	1
Bogas do Meio	1	1	-	-	-	1
Boxinos	1	1	-	-	-	1
Capinha	1	1	-	-	-	1
Quinta da Caneca	1	1	-	-	-	1
Açor	1	1	-	-	-	1
Enxabarda	1	1	-	-	-	1
Castelo Novo	2	-	1	-	-	1
Estação Cast. Novo	1	1	-	-	-	1
Donas	2	-	1	-	-	1
Escarigo	1	1	-	-	-	1
Fatela	4	2	1	-	-	3
Fundão	4	-	-	1	-	1
Quinta da Meimoa	1	1	-	-	-	1
Lavacolhos	2	-	1	-	-	1
Martianas	1	1	-	-	-	1
Orca	2	-	1	-	-	1
Zebras	1	1	-	-	-	1
Pero Viseu	6	-	-	-	1	1
Salgueiro	4	2	1	-	-	3
Silvares	4	-	1	-	-	1
Soalheira	4	-	-	1	-	1
Telhado	1	1	-	-	-	1
Mata da Rainha	1	1	-	-	-	1
Póvoa Palhaça	1	1	-	-	-	1
Quintas	1	1	-	-	-	1
Torre	1	1	-	-	-	1
Vale de Água	1	1	-	-	-	1
Vale de Prazeres	2	-	1	-	-	1
Valverde	3	1	1	-	-	2
Totais	72	28	11	4	1	44

Os projetos de 1961 sofreram alterações até 1979, no entanto o *Tipo Rural*, apresenta características que permitem distinguir o primeiro projeto (Figura 52) dos realizados a seguir. Sabe-se que muitas escolas acabaram por sofrer alterações ao longo dos anos, dificultando o processo para identificar o projeto original, contudo reparou-se no pilar revestido em cantaria (Figura 53), que suporta a cobertura do recreio na posterior do edifício, zona de acesso às instalações sanitárias e que distingue o primeiro projeto das alterações seguintes.

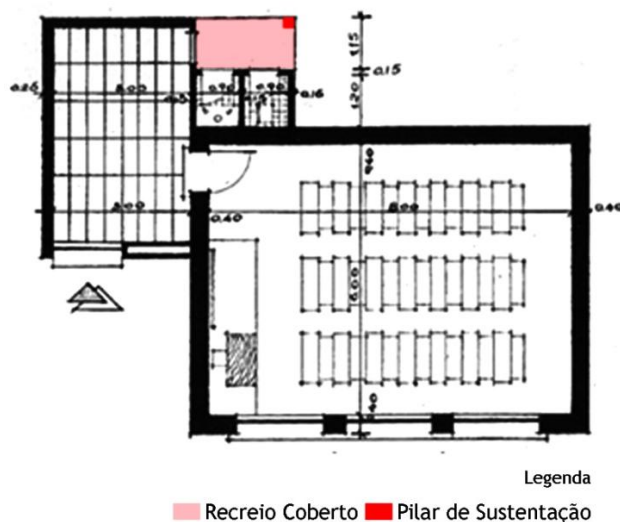


Figura 52 - Planta *Tipo Rural*, a construção deste projeto iniciou-se em 1959.



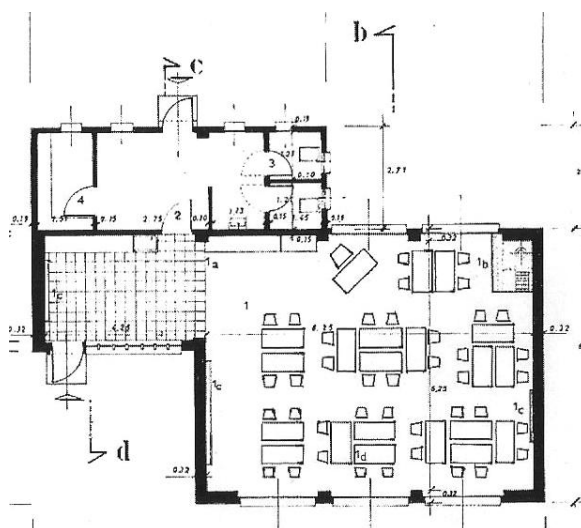
Figura 53 - Pilar em cantaria granítica presente no recreio coberto, escola *Tipo Rural* de Freixial.

A tabela seguinte apresenta as localidades com escolas do *Tipo Rural*, de características correspondentes ao projeto aprovado em 1961, no entanto, sabe-se que as alterações técnicas na estrutura geraram o *Tipo Rural 2*, que só permite distinguir-se por meio de uma análise técnica.

Tabela 5 - Escolas construídas nas freguesias do Fundão do *Tipo Rural* de 1961.

Localidades	Nº Salas	Tipologia		Nº Edifícios
		1Sala	2Salas	
Bogas do Meio	1	1	-	1
Bogas de Cima	1	1	-	1
Boxinos	1	1	-	1
Chãos	1	1	-	1
Freixial	1	1	-	1
Maxial	2	-	1	1
Salgueiro	2	-	1	1
São Martinho	1	-	-	1
Vale de Urso	1	-	-	1
Totais	11	5	2	9

Como referido anteriormente, não sendo possível distinguir o *Tipo Rural* do *Tipo Rural 2*, acredita-se que esta variante integre alguns dos edifícios das localidades referidas na tabela. Contudo surge a ultima variante desta tipologia, o *Tipo Rural 3*, aprovado em 1971, fruto das exigências das novas políticas educativas e métodos do ensino. Entre 1966 e 1970, surgiam os projetos de área aberta, mudara-se o projeto, reformulava-se a planta ao nível dos espaços, como forma de promover a criatividade e o movimento das crianças (Figura 54).

Figura 54 - Planta *Tipo Rural 3*, após alteração do *Tipo Rural*.

No *Tipo Rural*, mantivera-se o programa, as alterações resultam ao nível da planta, aumentou-se a área da sala e fechou-se o espaço do recreio coberto, que dava acesso às instalações sanitárias. O vestíbulo acabaria por dar lugar a uma sala de atividades criativas. As tabelas seguintes apresentam as localidades com escolas do *Tipo 3*, construídas no concelho do Fundão, *Tipo Rural* (Tabela 6) e *Tipo Urbano* (Tabela 7), segundo as alterações de projeto datadas de 1965.

Tabela 6 - Escolas construídas nas freguesias do Fundão do *Tipo Rural 3* de 1965.

Localidades	Nº Salas	Tipologia		Nº Edifícios
		1Sala	2Salas	
Castelejo	2	-	1	1
Enxabarda	1	1	-	1
Escarigo	2	-	1	1
Estação Cast. Novo	1	1	-	1
Mata da Rainha	1	1	-	1
Póvoa Palhaça	1	1	-	1
Zebras	1	1	-	1
Totais	9	5	2	7

Tabela 7 - Escolas construídas nas freguesias do Fundão do *Tipo Urbano 3* de 1965.

Localidades	Nº Salas	Tipologia	Nº Edifícios
		4Salas	
Alpedrinha	4	1	1
Vale de Prazeres	4	1	1
Totais	8	2	2

5.3. Exemplos de relevância

Considere-se as muitas dificuldades económicas, a entrave na execução dos projetos que originou alterações variadas nos projetos, na “I e II Fases do Plano” estas alterações mostraram-se mais relevantes, parando a realização de projetos previstos nas aldeias, onde construir-se-ia um edifício com mais de quatro salas. No entanto, existem projetos que revelam o “empenho” dos meios locais em “facilitar o início das obras”, com a maior brevidade possível, como solução às carências evidentes destes edifícios.²⁰³

Recorde-se que o surgimento do *Plano das Construções* permitiu a reconstrução de escolas que foram construídas nas primeiras fases do *Plano dos Centenários* e que se encontravam em degradação. As sucessivas “alterações dos projetos” que levaram ao “empobrecimento” na qualidade das escolas revelar-se-ia em alguns edifícios, questões como o ajuste nas dimensões das paredes e a substituição de “acabamentos em pedra por remates de cimento”.²⁰⁴

²⁰³ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.104

²⁰⁴ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II, op. cit.*; p.113

5.3.1. Escola da Barroca

A localidade da Barroca situa-se na rota do xisto, próxima das minas da panasqueira. Uma escola *Tipo Beira Alta* granito, que apresenta aplicação de xisto nos pilares que sustentam o telhado de quatro águas e que cobre os recreios, na posterior do edifício.



Figura 55 - Escola *Tipo Beira Alta*, localizada na freguesia da Barroca.

Verifique-se que na atualização dos mapas apresentada em 1961, o nome da localidade da Barroca volta a ser referenciado (Tabela 4), no entanto as suas características apontam para uma construção anterior aos anos 50. A atual degradação revela que o empreiteiro responsável empregou xisto nos pilares de sustentação (Figura 56), não se sabe se esta alteração foi falha da entidade responsável pela fiscalização ou se foi autorizado. No entanto, verifica-se que foi submetido a uma reconstrução e atualmente os pilares foram reforçados com blocos de betão.



Figura 56 - Degradação de um dos pilares de sustentação do recreio coberto.

5.3.2. Escola de Silvares

Em relação à escola construída em Silvares, verificou-se ligeiras diferenças em relação ao projeto *Tipo Beira Alta* de Joaquim Areal, para quatro salas. A cantaria da porta ao nível do rés-chão, demonstra tratar-se de uma escola desta tipologia, contudo o vão envidraçado apresentado no centro da fachada, não corresponde ao projeto inicial (Figura 57).

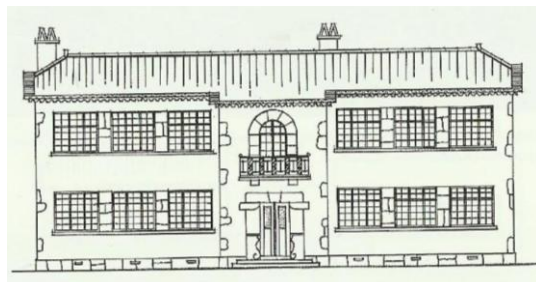


Figura 57 - Alçado principal de uma escola de 4 salas para 1 sexo, do *Tipo Beira Alta*. Projeto de Joaquim Areal (1944).

Poder-se-ia dizer que este edifício, por alguma razão inesperada, sofresse alterações ao nível no vão curvo que se apresenta no piso superior, no entanto e mais uma vez, com a ajuda dos mapas e quadros de atualização do plano, permitiu perceber-se que esta escola sofreu uma ampliação de duas salas, no piso superior. Revistas as salas apresentadas pelos mapas, verifica-se que o mapa definitivo previa a construção de 2 escolas nesta aldeia, uma de duas salas para um sexo e outra de 3 salas para um sexo. No entanto, o *despacho* de 1961 referenciou a escola de Silvares como uma escola a construir com 4 salas (Tabela 4), apresentado um total de 72 salas, haveria um possível erro no número de salas enumeradas.

Contudo contabilizou-se as salas mencionadas para cada localidade e permitiu perceber-se que a escola teria sofrido uma ampliação de 2 salas e que só essas duas salas estavam a ser contabilizadas. O vão envidraçado no centro da fachada, do primeiro piso, remete o projeto para o *Tipo Urbano* (Figura 58).



Figura 58 - Caraterísticas da fachada principal da escola de Silvares. *Tipo Beira Alta* ao nível do rés-do-chão e janela do *Tipo Urbano* ao nível do piso superior.

5.3.3. Escola de Aldeia de Joanes

Próxima à cidade do Fundão, a escola da Aldeia de Joanes, apresenta-se idêntica às restantes escolas do plano, no entanto observada de forma mais próxima, demonstra detalhes de uma cantaria pobre que não corresponde ao que havia sido pedido pelo projeto.

As alterações que apresenta, não permite catalogar-se como um edifício pertencente ao *Plano dos Centenários*, contudo observada na posterior, permite afirmar-se que é o exemplo das “razões inesperadas”, que submeteram o edifício a “alterações à traça repetitiva”. A fachada principal do edifício apresenta uma solução na aplicação de cantaria, que não correspondente ao projeto inicial (Figura 59).²⁰⁵



Figura 59 - Características da fachada principal da escola de Aldeia de Joanes, que não correspondem nem ao *Tipo Beira Alta* nem ao *Tipo Serra*.



Figura 60 - Pilares revestidos a cantaria granítica, são características do *Tipo Beira Alta* e *Tipo Serra*.



Figura 61 - Vãos envidraçados nas laterais do edifício, não correspondem a nenhuma tipologia aplicada na região centro.

Observou-se a posterior do edifício (Figuras 60 e 61), veja-se a cantaria granítica idêntica aos demais edifícios do *Plano*, não é possível afirmar se por falta de materiais ou vontade do empreiteiro, contudo leva a crer um possível abandono da obra.

²⁰⁵ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.112

Sabe-se que durante a construção do *Plano*, o país atravessava sérias dificuldades económicas, que inviabilizavam a execução das escolas, lembre-se que havia dificuldades em encontrar empreiteiros dispostos a construir os edifícios numa fase em que as verbas e os recursos eram escassos. Tal como a escola da Barroca, aparece a referência desta localidade após a atualização do *Plano dos Centenários*, no entanto, os vãos envidraçados que apresenta nas quatro fachadas do grande volume, supõe duas hipóteses, foi submetido a grandes alterações no *Plano das Construções* ou nunca chegou a ser construído na totalidade.

5.3.4. Escola de Pêro Viseu

A escola desta localidade não apresenta características similares aos projetos dos Planos, no entanto sabe-se que foi reabilitada pelo *Plano das Construções*. Não se sabe se este edifício foi construído enquanto equipamento escolar, no entanto sabe-se que exercia essa função antes do *Plano dos Centenários*, por essa razão a escola não havia sido mencionada no mapa definitivo. Apresenta-se como um grande volume e com a reabilitação, acabou por ganhar volumes anexados na posterior do edifício, com um programa similar aos edifícios do plano, apresenta um vestíbulo, permite-se a circulação no edifício, dispõe de seis salas, instalações sanitárias e recreio na posterior do edifício.

A fachada principal apresenta um pórtico característico do século XVII/XVIII (Figura 63), das casas senhoriais “da nobreza”²⁰⁶ (Figura 62), sugerindo que este edifício tenha sido construído nesta época. Note-se que durante estes séculos, surgiu o Morgadio de Pêro Viseu, que deixou um vasto património em algumas freguesias do concelho do Fundão. Uma instituição formada por descendentes de “Diogo Dias Preto”, que deixou “as marcas do passado” em “edifícios pensados, construídos e vividos”, que são um marco da riqueza que um dia passou por essas freguesias.²⁰⁷



Figura 62 - Fachada principal da Escola de Pêro Viseu.



Figura 63 - Cantaria granítica da porta de entrada da escola de Pêro Viseu.

²⁰⁶ ESTEVES, Judite; *Práticas de Construção e Reprodução de Poder no Portugal Rural do Século XVII ao Século XIX. O caso do Morgadio de Peroviseu e Chãos (Fundão)* in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*; 2004; p. 188

²⁰⁷ ESTEVES, op. cit.; p.206

Contextualizado no passado, apresenta uma similitude no programa e também do volume anexado, comparativamente aos edifícios do plano. Na zona central do volume principal, um átrio comum a quatro salas, estabelece a relação entre o interior e exterior, onde se percebe a frieza de uma escadaria de pedra, complementada pelo cruxifixo que não podia faltar nas salas das escolas de Salazar.

5.3.5. Escolas de Enxabarda e Zebras

Sabe-se que a escolha dos terrenos, impôs muitos requisitos, mas nem isto impediu a construção de escolas “fora das povoações, por vezes em sítios ermos, muito distantes dos centros vivos dos aglomerados”.²⁰⁸ Tenha-se a escola de Enxabarda, como exemplo de alguns edifícios no concelho, que fugiram dos requisitos, acabaram descentralizados em relação ao aglomerado urbano da localidade.



Figura 64 - Localização da Escola de Enxabarda, próximo ao cemitério da freguesia.

²⁰⁸ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.107



Figura 65 - Localização da Escola de Zebras, próximo ao cemitério da freguesia.

Relembre-se a impossibilidade de construir Escolas “a menos de 200 metros de cemitérios ou estabelecimentos qualificados na respetiva legislação”, contudo ainda nesse artigo, permitia-se a construção de Escolas (Figuras 64 e 65), com “um afastamento inferior” ao que estava estabelecido, sempre que fossem revelados “casos especiais, justificados (...) pelas condições topográficas e regime de ventos do local”.²⁰⁹

Nestes casos o afastamento aos cemitérios não vão para além dos 65 m, podendo considerar-se dois dos casos especiais, que possivelmente acabariam justificados por as condições topográficas e de ventos do local. Sabe-se que a topografia da localidade de Enxabarda revela um elevado desnivelamento, contudo no caso da localidade de Zebras esta apresenta-se até bastante nivelada.

²⁰⁹ Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37 575, de 8 de Outubro de 1949

6. Personagens Destaque

6.1. Políticos

6.1.1. António de Oliveira Salazar (1889-1970)

Político nacionalista, professor catedrático na Universidade de Coimbra, onde se havia licenciado em Direito, governou Portugal em quase meio século. Iniciou o seu percurso enquanto ministro das finanças com o golpe militar de 1928, e só em 1932, ganha a presidência do novo estado, ocupando o topo da hierarquia de governo. Conhecido pela seriedade, austeridade, catolicismo e pelo conservadorismo, encaminhou o país para o corporativismo assente na doutrina católica. Criou uma ditadura cujo lema *Deus, Pátria e Família*, e só se afastou definitivamente do governo após ter tido alguns problemas neurológicos que lhe agravaram a capacidade de governar.

O gosto arquitectónico de Salazar

A referência a Salazar enquanto chefe do regime, como sendo um homem dedicado à pátria, defensor do espírito de sacrifício, que em prol do bom nome da Nação, acaba por construir uma imagem distorcida da realidade. Criador de um regime autoritário exigira a todos total obediência, que seguido pelas massas, era visto como um exemplo do português trabalhador humilde e modesto, sempre sujeito a sacrificar-se em nome da pátria.²¹⁰

Durante este período na Europa vivia-se o auge da *sublimidade* da arte, em Portugal terá começado a dar os primeiros passos por meio do governo Salazarista. Esta “moda” cujo objectivo se prende à *monumentalidade* que emotivamente traria o deleite de quem as contemplaria.²¹¹ A filosofia Kantiana explica a teoria do *sublime*, definindo-o como “o que é absolutamente grande” e “sem nenhuma comparação com outras”, ou seja, inimitável e grandioso.²¹²

Com a sua chegada ao poder, o objetivo de Salazar era passar a imagem de um regime *monumental*, que mesmo não correspondendo à realidade do país, utilizada como propaganda para o regime de Estado Novo. Portugal era até então, um país que vivia em harmonia com a natureza, marcado por tradições do povo, onde a ordem social e com necessidades económicas, acabariam por se tornar ainda mais visíveis com a governação do Estado Novo.

²¹⁰ PEREIRA, Maria; *A Escola Portuguesa ao Serviço do Estado Novo*; 2014; p.8

²¹¹ ALMEIDA, Pedro; *A Arquitectura no Estado Novo*; 2002; p.20

²¹² KANT, Immanuel; *Crítica da Faculdade do Juízo*; 1998; p.141

Caraterizado pela sua singularidade, a pátria portuguesa, na grande maioria era, um povo cuja vida na terra, demonstrava a sua ruralidade que não dispunha de grandes posses financeiras.²¹³

Consciente de que não podia decretar ao país a sua arquitetura, Salazar revelou-se uma mente manipuladora, no sentido em que aproveita o seu lugar enquanto chefe governamental, para criar uma arquitetura que corresponde ao seu gosto e critérios estéticos que ambicionava para o país.²¹⁴

Através da arquitetura, Salazar consegue “estetizar a política”²¹⁵ e definir alguns critérios estéticos que idealiza “para a arte portuguesa”²¹⁶, mas que são contraditórios face à realidade do país neste período e que terão ajudado na definição do estilo da arquitetura deste regime de Estado Novo.²¹⁷ Portugal ganha uma nova fachada, graças à “política folclorista” surgida na década de 40, que surge com “a necessidade de criar uma arte decorativa portuguesa” que pretendia mostrar o “«bom gosto»” do regime.²¹⁸

A arquitetura popular portuguesa acaba por ser a representação de um período folclorista, surgido das ideologias do regime, que buscava construir a identidade do país e afirmar-se enquanto nação.²¹⁹

6.1.2. Duarte José Pacheco (1900-1943)

Engenheiro eletrotécnico, professor e diretor no Instituto Superior Técnico de Lisboa, aceita a pasta enquanto Ministro da Instrução Pública em 1928, permitindo-lhe tomar algumas medidas de ação social a nível nacional, resultando não só na criação de algumas bolsas de investigação, mas também na construção de residências de estudantes.

A 1932, pouco depois da sua tomada de posse enquanto Ministro do Comércio e Comunicação, são-lhe alterados poderes, passando a ser Ministro das Obras Públicas e Comunicações, onde contribui para uma reforma das construções escolares liceais, alargando mais tarde este desenvolvimento, à construção de escolas primárias, profissionais e universidades. Dirigiu e permitiu programas de melhoramentos urbanos, construções de redes de abastecimento de águas e saneamento, entre outras, que até então se mostraram insuficientes às necessidades do país. Duarte Pacheco foi um dos nomes mais importantes no projeto das Comemorações Centenárias de 1938. Revela-se a personalidade chave da paragem do modernismo na arquitetura do Estado Novo.

²¹³ M. ALVES, Vera; *Arte Popular e Nação de Estado Novo* A política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional; 2013; p.89

²¹⁴ ALMEIDA, Pedro; *A Arquitectura no Estado Novo*; 2002; p. 40

²¹⁵ ALMEIDA, op. cit.; p.35

²¹⁶ *Ibidem*; p.34

²¹⁷ *Ibidem*; p.177

²¹⁸ M. ALVES, Vera; *Arte Popular e Nação de Estado Novo* A política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional; 2013; p.58

²¹⁹ M. ALVES, op. cit.; p.75

6.2. Arquitetos

6.2.1. Raul Lino (1879-1974)

Nascido em Lisboa por descender de uma família de classe social mais abastada, estudou em Inglaterra numa escola católica, que deixou ao final de três anos para se deslocar para a Alemanha com o intuito de estudar arquitetura. Mais tarde regressa a Portugal onde terá concluído um curso livre de arquitetura.

Em 1926 é-lhe atribuído oficialmente o diploma de arquiteto, embora já tivesse realizado alguns trabalhos no final do século XIX. A sua arquitetura caracteriza-se por ser uma arquitetura tradicional, com inspiração nas mais variadas épocas e através da qual pretende definir a *casa portuguesa*. A sua linha de pensamento visava a utilização de materiais da região e a aplicação de alguns elementos característicos que encontrava com frequência nas casas portuguesas. Realizou alguns trabalhos para a DGEMN, na qual se encontram alguns projetos das primeiras escolas realizadas na 1ª República. A análise ao seu trabalho em relação aos edifícios escolares não deve ficar limitada aos jardins-escola e aos projetos tipo regionalizados que haviam sido aprovados em 1935 por Duarte Pacheco.

Influência do “*Pensador Nacionalista da Arquitetura*”, Raúl Lino

Defina-se Raul Lino como um construtor de uma identidade nacional refletida não só na arquitetura, mas também no pensamento do homem conforme o seu contexto. Convém portanto “entender a importância do contributo de Raul Lino para a (...) arquitectura portuguesa” do século XX.²²⁰

Nas muitas obras de referência de Raul Lino, deve-se referir que marcou também a história da arquitetura de edifícios escolares em Portugal, cujos projetos das primeiras escolas correspondem ainda ao período da 1ª República. O seu nome surge associado à definição da *casa portuguesa*, por os seus projetos, cujo “carácter estético” não deixou também ele “de estar presente nos projectos de escolas”. Os seus primeiros projetos na área educacional foram os jardins-escola João de Deus, que por meio da sua “amizade (...) com João de Deus Ramos”, foram sendo realizados até meados da década de 60.²²¹

Irene Ribeiro explica como a estética das obras de Lino acabam refletidas na cultura de todo um país, através daquilo que na época era definido como *portugalidade* e “*espírito do povo português*”.²²²

Por meio das suas obras, Lino consegue passar a sua expressão, universalizando a definição de *casa portuguesa*, apropriando-se do pensamento nacional para entoar a sua arte construída.

²²⁰ RIBEIRO, Irene; *Raul Lino Pensador Nacionalista da Arquitectura*;1993; p.2

²²¹ MANIQUE, Carlos; *Projectos de Escolas Primárias do Arquitecto Raul Lino durante a 1ª República Portuguesa* in Revista Linhas, Vol. 12 - nº1; p.34

²²² RIBEIRO, Irene; *Raul Lino Pensador Nacionalista da Arquitectura*; 1993; p.4

Através destas, “Lino projectou (...) o seu paternalismo educador” que indiretamente acabaria por refletir-se nas obras dos seus seguidores. A “sua convivência com o regime de Estado Novo, a cujo nacionalismo ruralista, sua componente ideológica mais característica, parece adequar-se tão bem”, parece reforçar ainda mais os seus “parâmetros formais”, que nem o surgimento do movimento modernista desvanece. Enquanto arquiteto defensor do seu pensamento rejeita uma possível adoção ao estilo moderno, que já na década de 40 se viva em plenitude na Europa e menos intenso em Portugal, surgindo até “um movimento anti *casa portuguesa*” que permitiu uma “consciência crítica em relação à realidade social portuguesa” aos arquitetos. Nos dias de hoje é facilmente perceptível o ecletismo de estilos, que por culpa das tendências dos países europeus fascistas, o regime de Estado Novo, foi cúmplice da afirmação do *estilo oficial*, que acabou por ser rejeitado pela união dos arquitetos às massas, com o intuito de romper com o poder que lhe silenciava a expressão. A exceção à regra foi Lino, que manteve a sua linha de pensamento tradicionalista “até à exaustão”. Os “ataques e defesas explicativas”, entre os diferentes estilos, revelaram-se incapazes de demover a opção de Lino, que manteve firme “os seus padrões historicistas ultrapassados”, afirmando sempre o que considerava um modelo para a habitação portuguesa.²²³

O seu vasto trabalho nesta vertente também se protagonizou numa primeira fase do Plano dos Centenários, que aprovado “em 1935 por Duarte Pacheco”, consegue ver os seus projetos tipo-regionalizados construídos em alguns sítios do país. Esta proposta pertencente a uma primeira fase do Plano dos Centenários, teria três versões diferentes e uma planta comum às três e “consoante se destinassem ao norte, ao centro e ao sul do país”, as características das fachadas corresponderiam ao estilo da região onde iria ser construída.²²⁴

6.2.2. Rogério dos Santos de Azevedo (1898-1983)

Arquiteto de profissão, Azevedo desenvolveu projetos ao longo de dez anos para o MOP, sendo também “responsável da Direcção Monumentos do Norte, da DGEMN, lugar que ocupou entre 1936 e 1940”, permitindo-lhe ser membro da DGEMN.²²⁵

Formou-se na escola de Belas Artes do Porto e foi um dos primeiros pioneiros na afirmação dos princípios base do modernismo. Autor de uma obra arquitetónica com tendências tradicionalistas desenvolveu os seus projetos em função das ideologias de Estado Novo e conseguiu este lugar de destaque, por meio das suas obras. Num estilo arquitetónico denominado de *Português-suave*, mostrava o desejo de mudança, que paralelamente foi caminhando com o que foi incutido por o Estado Novo.

²²³ RIBEIRO, Irene; *Raul Lino Pensador Nacionalista da Arquitectura*; 1993; p. 4-6

²²⁴ MANIQUE, Carlos; *Projectos de Escolas Primárias do Arquitecto Raul Lino durante a 1ª República Portuguesa* in Revista Linhas, Vol. 12 - nº1; p.35-36

²²⁵ PIMENTEL, Jorge; *Obra Pública de Rogério de Azevedo Os Anos do SPN/SNI e da DGEMN*; 2014; p.58

Influência do estilo clássico, tradicional e moderno

Embora diferente da linha de pensamento de Raul Lino, a obra de Rogério Azevedo “foi igualmente marcada pela pesquisa de uma linguagem regionalista” como “são exemplo as *escolas-tipo* regionais”²²⁶.

As muitas obras de sua autoria proporcionaram-lhe alguma dimensão no mundo da arquitetura portuguesa, obras essas que terão sido mencionadas na “revista *Ilustração Moderna*” num período compreendido entre 1926 e 1932. Demonstrando “uma maleabilidade com as condicionantes eventuais dos locais e na resolução dos programas, levantando também neste caso a obra do escritório *a oscilar entre o modernismo (...) e um certo regionalismo ou provincialismo*”.²²⁷

Os tempos de participação na revista *Ilustração Moderna* valeram-lhe a amizade com Baltazar de Castro, que dirigia o Serviço da DGEMN, de onde surge convite para ser membro da “Comissão do Plano dos Centenários”.²²⁸ O arquiteto “Baltazar de Castro” presidia as fiscalizações das obras e os orçamentos para que não fossem ultrapassados os limites orçamentais.²²⁹

Os projetos que realizou ao longo do seu percurso mostravam “um esforço de modernização relativamente ao ecletismo classicizante em que se formara” argumentando com “coerência” de forma e estilo, que pretendiam mostrar a “tradição e inovação”. Assim é definida a sua obra arquitectónica, como “intensa caracterizada pela recusa da modernidade como único paradigma em que basear a procura formal”²³⁰, cuja linguagem arquitectónica se alterava “com facilidade” segundo os “estilos que o cliente” solicitava (Figura 66).²³¹

A dirigir a “Delegação do Norte” durante os anos 30, realizou em simultâneo com Raul Lino, os projetos tipo regionalizados, alheio aos “anseios e ideias” que o estado impunha, para “fomentar o seu florescimento, como convém” justificando essa questão com o “bom nome da Nação”.²³² Com o movimento moderno, Azevedo “reconhece” este problema que vinha sendo impugnado pela classe dos arquitetos nacionais, os “desequilíbrios que o crescimento das cidades” provocaram nas questões teórico-formais da arquitetura, que permitiu que outras questões essenciais e mais problemáticas tivessem caído em esquecimento. Azevedo toma consciência da necessidade de equilibrar as funções, analisando “a questão do estilo” como a “forma de construir”.²³³

²²⁶ PIMENTEL, Jorge; *Obra Pública de Rogério de Azevedo Os Anos do SPN/SNI e da DGEMN*; 2014; p.42

²²⁷ PIMENTEL, op. cit.; p.22

²²⁸ *Ibidem*; p.39

²²⁹ AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. I; Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*; 1990; p.245

²³⁰ PIMENTEL, Jorge; *Obra Pública de Rogério de Azevedo Os Anos do SPN/SNI e da DGEMN*; 2014; p.41

²³¹ PIMENTEL, op. cit.; p.23

²³² *Ibidem*; p.25-26

²³³ *Ibidem*; p.36-37

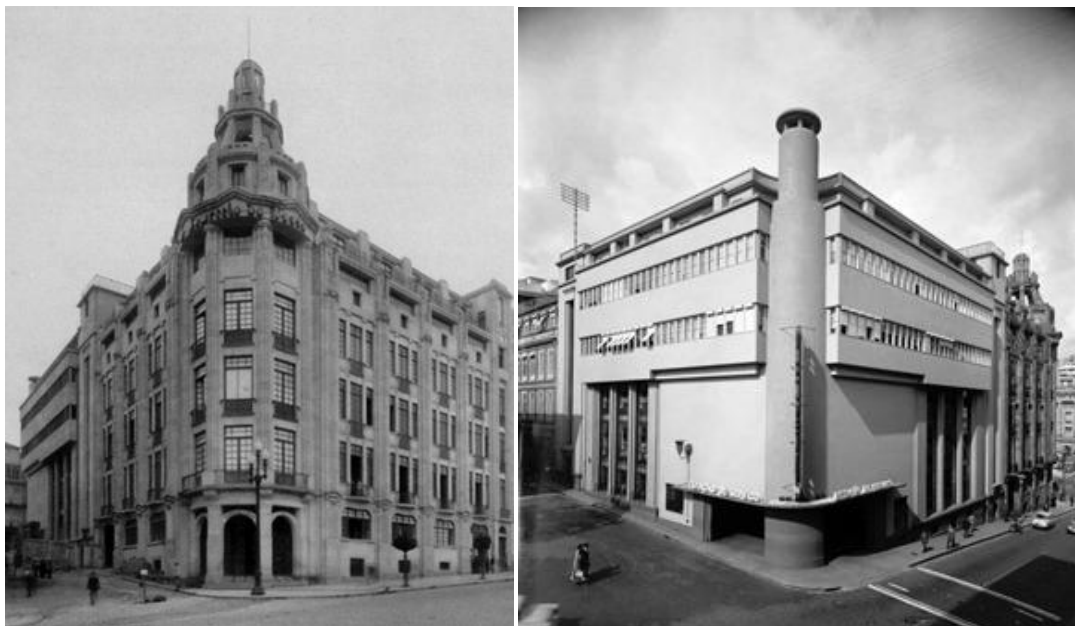


Figura 66 - Antigo edifício do jornal *O Comércio do Porto* e garagem com escritórios do jornal *O Comércio do Porto*. Projetos de Rogério de Azevedo

Assim, o “aspecto plástico” era precursor da história, mencionando a questão do *estilo oficial* português, que também ele foi adoptando características de outros estilos, e que consequentemente lhe provocou algumas transformações.²³⁴

Embora presente nas suas primeiras obras a “vontade de renovação”, que envolvidas “num processo de conciliação entre modernidade e tradição”, acabou por não se envolver em questões políticas que advinham do período de Estado Novo, colocando nas suas obras “uma livre interpretação do modernismo (...) da arquitectura tradicional portuguesa”. Não influenciado pelo “pensamento de Salazar” ou regulamentos que exercessem pressão, “a sua forma de pensar a arquitectura” foi sempre respondida “de forma genuína”.²³⁵

“Importa aqui sublinhar que apesar da ligação às estruturas administrativas do Estado Novo (...) Rogério de Azevedo nunca foi um arquiteto do Regime e muito menos praticou uma arquitetura comprometida com valores de representações do Estado”. “Seguiu um percurso autónomo, onde clássico, tradicional e moderno se misturam”.²³⁶ A sua “linguagem arquitectónica” acaba por ser “influenciada pelas *Arts Déco*” devido à “sua formação em *Beaux-Arts*”²³⁷, conseguido através do “escritório do arquiteto Marques da Silva”, conseguiu ver o seu trabalho repercutido “na escola parisiense” e até comparado ao trabalho de “alguns arquitectos franceses”.²³⁸

²³⁴ PIMENTEL, Jorge; *Obra Pública de Rogério de Azevedo* Os Anos do SPN/SNI e da DGEMN; 2014; p.39

²³⁵ PIMENTEL, op. cit.; p.50-51

²³⁶ *Ibidem*; p.58

²³⁷ *Ibidem*; p.61

²³⁸ *Ibidem*; p.19

6.2.3. Guilherme Rebello de Andrade (1891-1969)

Arquiteto de profissão, projetou grande parte das suas obras em parceria com o seu irmão Carlos Rebello de Andrade, da qual, estiveram muito ativos na primeira metade do século XX. Guilherme projetou as embaixadas de Portugal em Londres, Madrid e Rio de Janeiro, ao longo da década de 40. Nos anos 30 esteve muito ligado a recuperações de monumentos nacionais, desenvolvimento de obras públicas, iniciativas que a DGEMN intensificou logo após a constituição do Estado Novo.

As suas obras evocam um tradicionalismo, historicismo que visava apresentar uma retórica de um império. Uma arquitetura produzida em função de uma ideologia fundamentada por uma evolução moderna, que na realidade mostra um desajuste perante as possibilidades portuguesas da época. Desajuste que gerou controvérsia e desagrado, entre arquitetos que estavam a dar os primeiros passos no modernismo. A ideologia seguida por Guilherme Rebello de Andrade revelou-se desenquadrada, no entanto foi o apoio de Salazar, que legitimou as suas ideologias e num espírito conservador, em obras revivalistas do passado (Figura 67). Embora o seu nome não apareça diretamente ligado aos projetos do Plano dos Centenários, Guilherme realizou a *Memória do Ante-projeto do plano geral* das tipologias de escolas em função da região.



Figura 67 - Pavilhão Carlos Lopes, *Pavilhão Português das Industrias* projetado para participar na *Exposição Internacional do Rio de Janeiro* na década de 20

7. Conclusões

O espaço escolar, lugar de aprendizagem, requer tranquilidade como forma de consolidar ideias e informação recolhida, em oposição a isto, o ensino “pré-militar” de Estado Novo, apresenta-se como um serviço de imposição, regra e medo. Um serviço com o objectivo de criar uma identidade cultural, entre disciplina e medo, o povo absorveu a imagem destes edifícios na sua consciência, agora presentes sob a forma de consciência cultural. A estratégia política do regime, em que, a imagem das escolas somada ao programa pedagógico, constitui um resultado positivo para o governo, e conseqüentemente negativo para o povo. As escolas do plano são símbolo representativo da educação de Estado Novo, que estrategicamente dominou o povo português, condicionando o seu modo de pensar, viver e evoluir.

As escolas do plano resultam igualmente de um programa proposto por um sistema político, fundamentado em valores e nas próprias ideologias. Uma arquitetura escolar que advém das inovações pedagógicas e conceitos ideológicos do regime, e que por meio de aspectos técnicos, deixou marcos diferenciadores de muitas fases, e até de negações à sua conclusão por parte dos empreiteiros, geradas por vicissitudes e dificuldades na execução das obras. As muitas leis, e regulamentos decretados, proporcionaram as grandes alterações nos primeiros projetos-tipo, no entanto, durante a execução do plano, a situação económica e financeira do país gerou pequenas alterações que atrasaram a conclusão das muitas construções.

Desenvolvido segundo a legislação das condições de higiene e limpeza, o plano foi projetado de forma funcional, em virtude das necessidades básicas para formação pedagógica e também cultural, uma vez que contribuíram de forma muito pragmática para um novo modo de vida e habitabilidade, que poucas casas portuguesas permitiam, durante aquele período. O comodismo atribuído às condições higiénicas, quando confrontado ao medo dos castigos, acaba por ser impercetível, as crianças eram forçadas a interiorizar os valores dominantes do regime, ganhando consciência assente no medo de errar, quando errar é aprender.

O gosto de Salazar, na incessante busca pela verdadeira beleza, justifica a ornamentação tradicionalista das cantarias, aplicada em simetria no grande volume horizontal, que atribui uma identidade de império luxurioso, num traço geometrizado idealizado por o chefe Salazar. As cantarias são nos projetos regionais, o elemento que mais é repetido à exaustão, identificam e distinguem projetos, entre as muitas fases do *Plano dos Centenários*. Os edifícios emblemáticos, do *Plano dos Centenários*, são imagem da propaganda política de Estado Novo, que assente na tradição, fundamentou a própria arquitetura na falsa *monumentalidade* dos edifícios. O império do regime foi construído em detrimento da construção de obras públicas, que no caso do Plano dos Centenários se deve à construção em série, expressa algo distinto do que a definição de uma arquitetura monumental prevê.

Num país de históricos descobridores, um povo amordaçado deixa de acreditar na mudança, questão que reaparece em pequenas regiões como o concelho do Fundão, que nas muitas vertentes, alguns nomes provam a coragem do povo, heróis da nova época, não só recuperam a liberdade de expressão, como também atribuem ao país uma visão do futuro. Em virtude dos padrões culturais, desperdiçaram-se mentes visionárias, e mesmo que, a liberdade de expressão tenha sido censurada, as grandes mentes lutaram contra leis na esperança de recuperar os seus direitos, enquanto cidadãos livres.

O caso em estudo permitiu concluir, que a grande amplitude e complexidade dos projetos do plano, surge em detrimento das muitas alterações aos projetos, consequência de reestruturações políticas e adiamentos na execução do plano. Carregados de um simbolismo que deles advém, verifica-se, no entanto, que este simbolismo é promovido pelas características arquitetónicas do imperialismo salazarista e mesmo derivando de região para região, são providos de uma identidade característica de uma escola.

As tipologias, encontradas neste caso de estudo, são fruto de algumas fases do plano, derivações melhoradas dos projetos-tipo regionalizadas e embora não apresentem o mesmo traço arquitetónico, foram projetados com base na ideia que os cataloga. Independentemente da tipologia dos edifícios, a estética das escolas centenárias, adquire uma simbologia, que condicionou a sua imagem em virtude do contexto cultural e social, atualmente, os volumes horizontais, envolvidos pelo grande espaço de recreio, são automaticamente reconhecidos, como elemento arquitectónico, símbolo inconfundível de Estado Novo.

Concluir-se ainda, que o plano pode dividir-se em duas ideias de projeto distintas, uma construção em série de escolas primárias, em que os edifícios do *Plano dos Centenários*, construídos até ao ano de 1960, obedecem às tipologias projetadas em função da região e foram atribuídos sem distinguir zona rural de zona urbana. Considere-se o *Plano das Construções*, uma fase do *Plano dos Centenários*, desenvolvido em simultâneo com outras fases e que só iniciou a sua execução em 1961, por culpa de uma aprovação tardia. Uma fase de reestruturação do plano, que substituiu os antigos projetos, por projetos *tipo urbano* e *tipo rural*, inicialmente construídos em forma de estudo, na generalidade do território nacional.

Os edifícios, libertados de cantarias dispendiosas, ganharam uma nova imagem e também uma nova designação. O regime conseguiu ter controlo sob os gastos vultuosos, que desgastavam a economia portuguesa na execução do plano, e assim, a problemática que parecia ser difícil de colmatar, teve no entanto, a solução para o acesso à escolarização e inclusão de todos que equilibrou favoravelmente a situação financeira do regime. Um traço arquitetónico simples, uma singela demonstração dos princípios básicos da arquitetura moderna que gerou a libertação do imperialismo e permitiu o surgimento de novos projetos escolares.

Anexos

Anexo I

Projetos

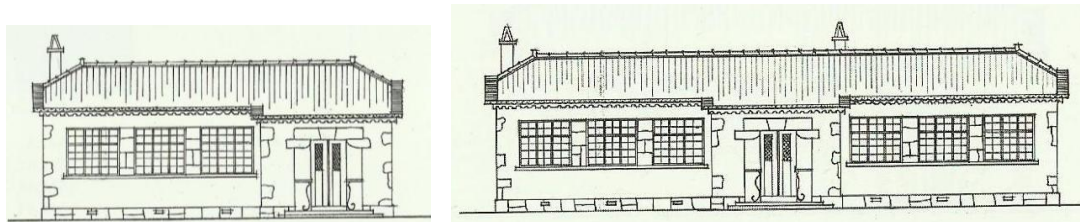
Plano dos Centenários

I.1. Joaquim Areal (DENC)

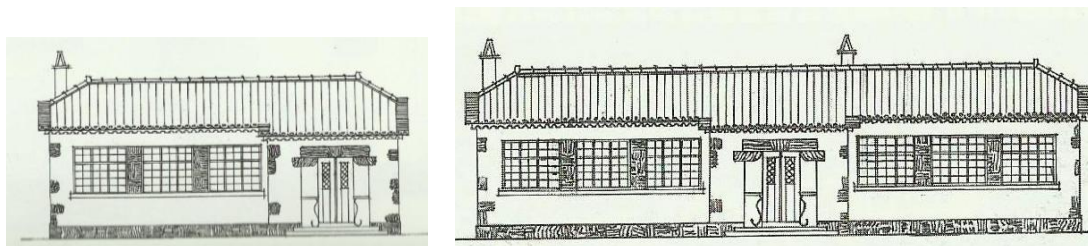
1 Sala

2 Salas | 1 Sexo

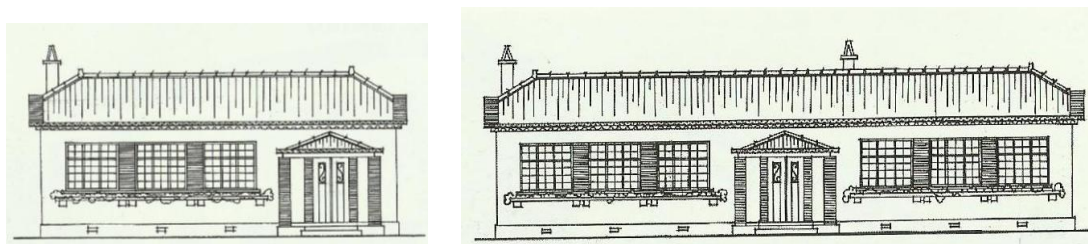
Alçado Beira Alta Granito



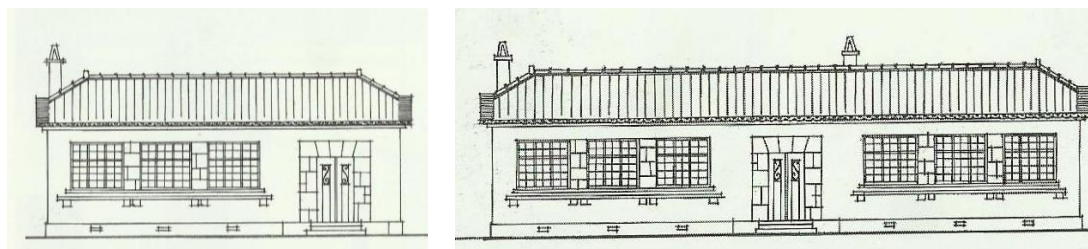
Alçado Beira Alta Xisto



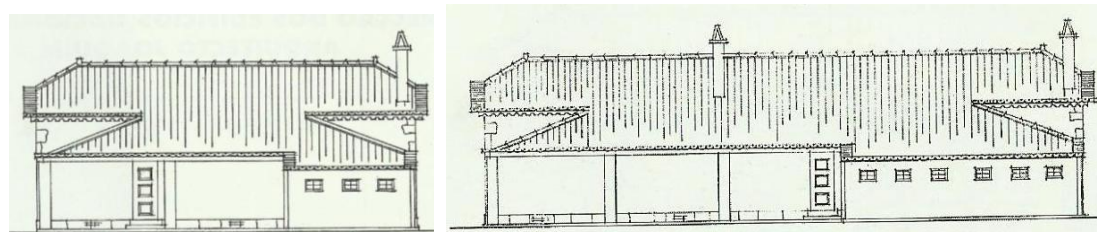
Alçado Beira Litoral Tijolo



Alçado Beira Litoral Cantaria



Alçado Posterior (comum a todas as tipologias)



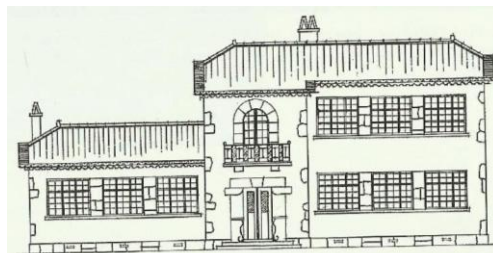
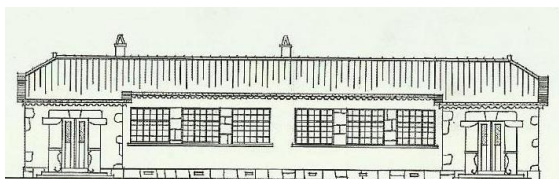
Fonte: AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.60 e 62

Nota: Imagens meramente representativas, sem escala.

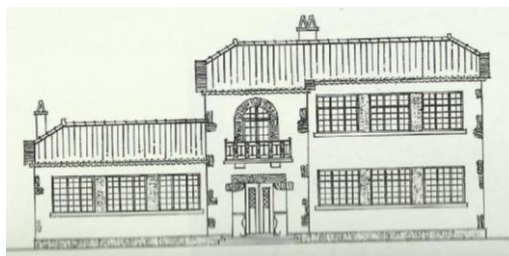
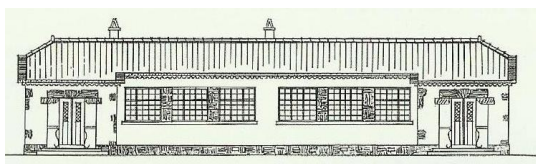
2 Salas | 2Sexos

3 Salas | 1 Sexo

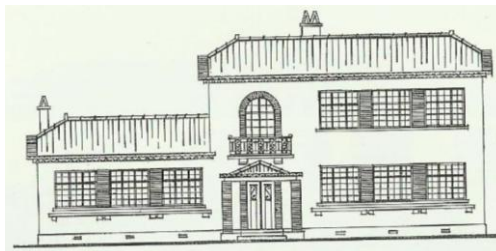
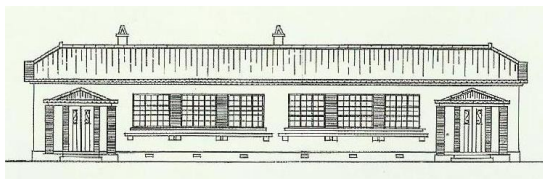
Alçado Beira Alta Granito



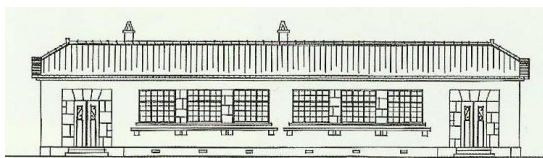
Alçado Beira Alta Xisto



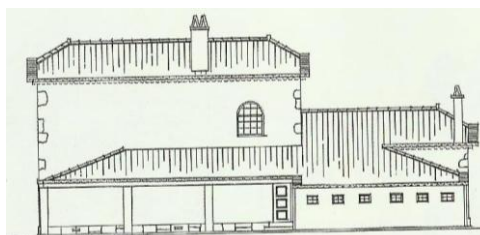
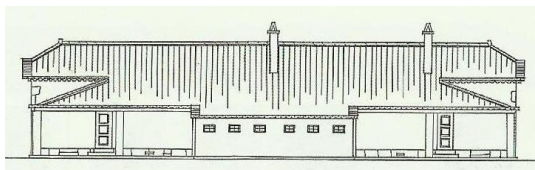
Alçado Beira Litoral Tijolo



Alçado Beira Litoral Cantaria



Alçado Posterior (comum a todas as tipologias)



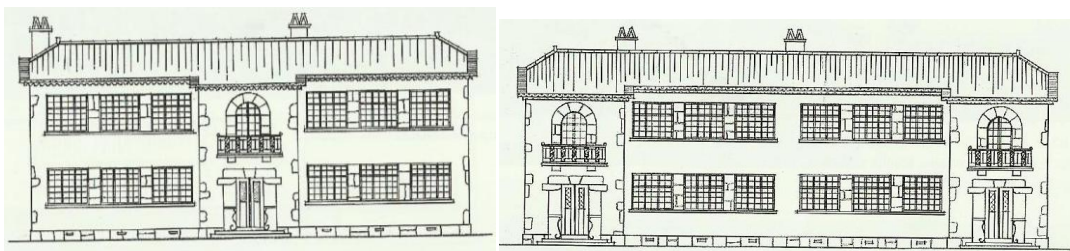
Fonte: AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.63 e 66

Nota: Imagens meramente representativas, sem escala.

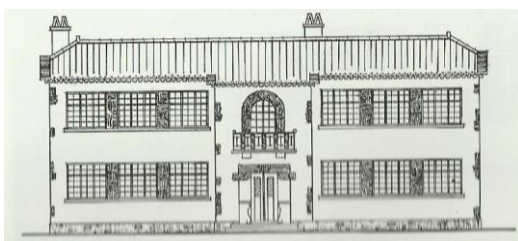
4 Salas | 1 Sexo

4 Salas | 2 Sexos

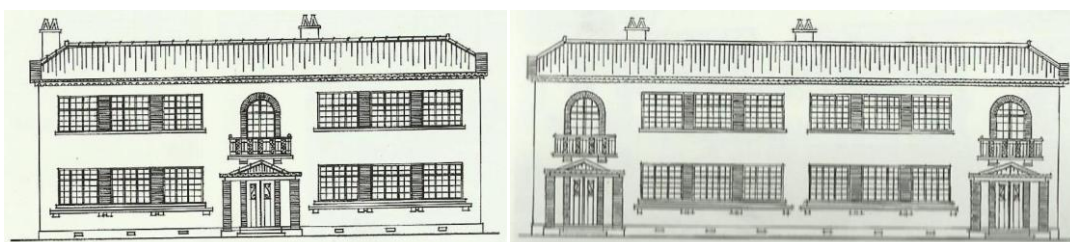
Alçado Beira Alta Granito



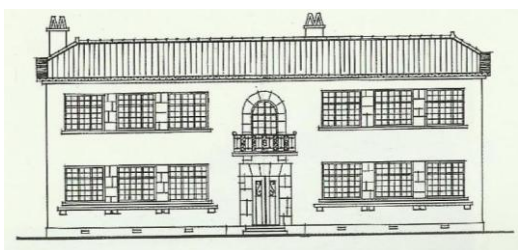
Alçado Beira Alta Xisto



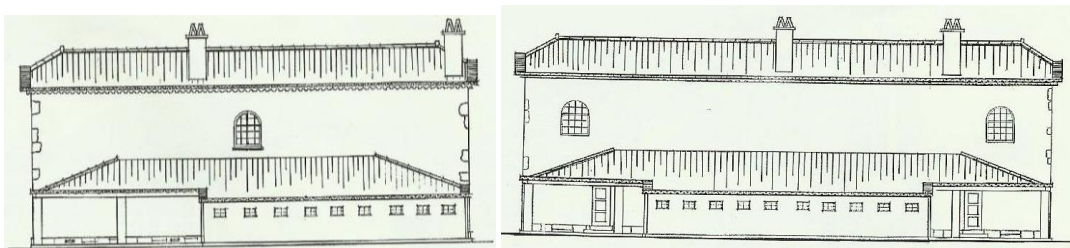
Alçado Beira Litoral Tijolo



Alçado Beira Litoral Cantaria



Alçado Posterior (comum a todas as tipologias)



Fonte: AA.VV. *Muitos Anos de Escolas. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70*; 1996; p.68 e 69

Nota: Imagens meramente representativas, sem escala.

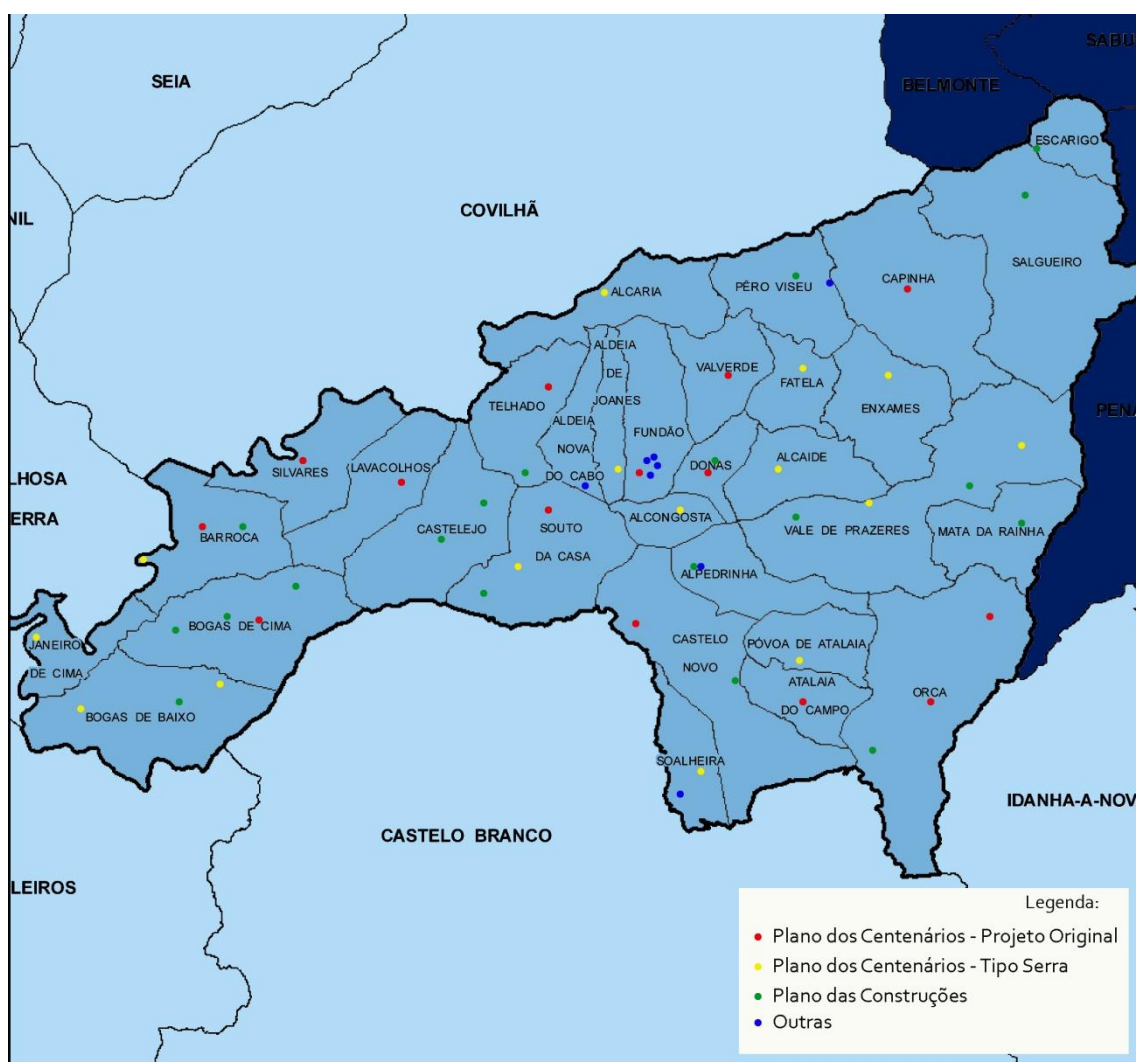
Anexo II

Inventário do Concelho do Fundão

II.1. Plano dos Centenários

II.2. Plano das Construções

II.3. Outras Escolas



Planta de localização das escolas. Respetivas localidades do concelho do Fundão. Adaptado pelo autor, com base no PDM Online do concelho do Fundão.

Fonte: [http://servidor.amcb.pt/MuniSIGWeb/\(S\(itmfbyiwayzvq3wigtrde45\)\)/MapView/SectionsViewer.aspx?id=11](http://servidor.amcb.pt/MuniSIGWeb/(S(itmfbyiwayzvq3wigtrde45))/MapView/SectionsViewer.aspx?id=11), consultado a 14 de Maio de 2014

II.1. Plano dos Centenários

Projeto Inicial

Ano de aprovação 1944

Arquiteto Joaquim Areal

Tipologia *Tipo Beira Alta*

Equipamento	Localidade	Variante	Orientação Solar	Função Atual	Estado de Conservação
	Malhada Velha	1 Sala	Sul	Casa do Cogumelo	Bom
	Martianas	1 Sala	Sul	Associação da Freguesia	Médio
	Orca	2 Salas 1 Sexo	Nascente	Devoluto	Médio
	Barroca	2 Salas 2 Sexos	Sul	Devoluto	Mau
	Castelo Novo	2 Salas 2 Sexos	Nascente	Biblioteca da Freguesia	Médio
	Donas	2 Salas 2 Sexos	Nascente	Escola Primária	Bom
	Lavacolhos	2 Salas 2 Sexos	Nascente	Casa do Bombo	Bom
	Telhado	2 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Bom
	Silvares	4 Salas 1 Sexo	Nascente	Escola Primária	Bom
	Fundão	4 Salas 1 Sexo	Nascente	Escola Primária	Bom
	Atalaia do Campo	4 Salas 2 Sexos	Nascente	Escola Primária	Médio
	Capinha	4 Salas 2 Sexos	Nascente	Escola Primária	Bom
	Carvalhal e Valverde	4 Salas 2 Sexos	Nascente	Escola Primária	Bom
	Souto da Casa	4 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Bom

Malhada Velha

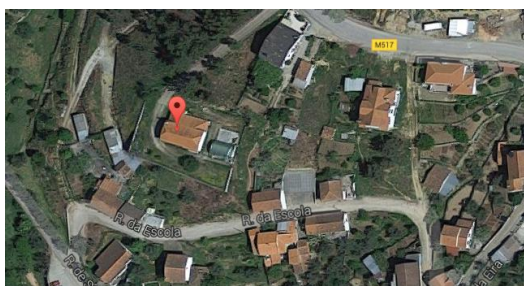
Variante 1 Sala

Ano ----

Localização **Rua da Escola**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.073029, -7.703559

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Martianas

Variante 1 Sala

Ano ----

Localização **Estrada Municipal 561**



Coordenadas Google: 40.074360, -7.320925

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Orca

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano 1947

Localização Rua das Alminhas



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.049941, -7.361237

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Barroca

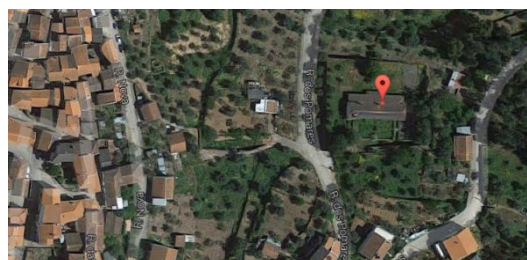
Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano ----

Localização Rua da Escola



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.109118, -7.715387

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Castelo Novo

Variante **2 Salas 2 Sexos**

Ano ----

Localização **Rua de Saniana**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.075693, -7.493364

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Donas

Variante **2 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção ----

Localização **Rua da Escola**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.130260, -7.475898

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Lavacolhos

Variante **2 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção ----

Localização **Rua de Santo Amaro**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.132611, -7.616223

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Telhado

Variante **2 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção ----

Localização **Rua do Cimo**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.161657, -7.561562

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Silvares

Variante 4 Salas 1 Sexo

Ano de Construção ----

Localização **Rua das Eiras**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.138475, -7.669592

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Fundão

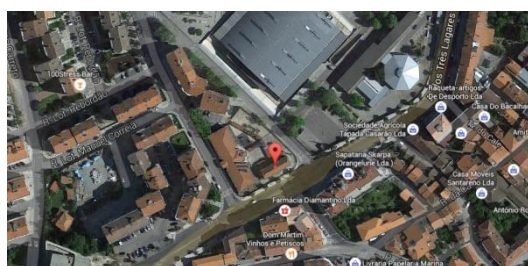
Variante 4 Salas 1 Sexo

Ano de Construção ----

Localização **Rua dos Três Lagares**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.136345, -7.502878

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Atalaia do Campo

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização Av^a João Guilherme Moura



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.055177, -7.438674

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Capinha

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano ----

Localização Rua da Lajinha



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.202793, -7.374141

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Carvalhal e Valverde

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano ----

Localização Rua da Escola Nova 9



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.154524, -7.471732

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Souto da Casa

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano de 1950

Localização Rua da Escola



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.121930, -7.540099

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alteração de Simplificação

Ano de aprovação 1955

Arquiteto Joaquim Areal

Tipologia *Tipo Serra*

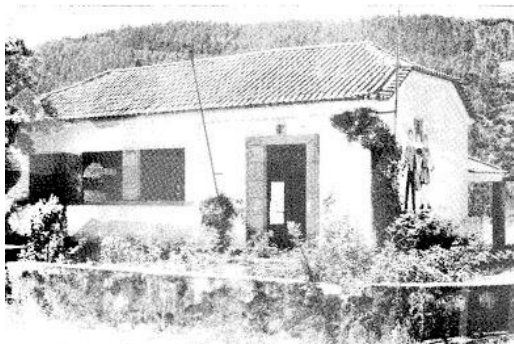
Equipamentos		Localidade	Variante	Orientação Solar	Função Atual	Estado de Conservação
Escola	Cantina					
		Alqueidão	1 Sala	Nascente	Associação Recreativa e Cultural Devoluto	Médio
		Descoberto	1 Sala	Sul	Associação da Freguesia	Bom
		Casal de Álvaro Pires	1 Sala	Sul	Associação da Freguesia	Médio
		Quinta da Torre	1 Sala	Poente	Devoluto	Mau
		Aldeia de Joanes	2 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Médio
		Bogas de Baixo	2 Salas 2 Sexos	Sul/ Nascente	Centro de Dia	Bom
		Fatela	2 Salas 2 Sexos	Poente/Sul	Escola Primária	Bom
		Janeiro de Cima	2 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Bom
		Monte Leal	2 Salas 2 Sexos	Sul/ Nascente	Devoluto	Médio
		Soalheira	4 Salas 1 Sexo	Nascente	Escola Primária	Bom
		Alcaria	4 Salas 2 Sexo	Nascente	Escola Primária	Bom
		Enxames	4 Salas 2 Sexos	Sul/ Nascente	Ateliê Socio Educativo	Médio
		Póvoa da Atalaia	4 Salas 2 Sexos	Nascente	Escola Primária	Médio
		Alcongosta	4 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Bom
		Alcaide	6 Salas 2 Sexos	Sul/ Nascente	Escola Primária	Bom

Alqueidão

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua da Escola**



Fonte: <http://alquidao.blogspot.pt/>,
consultado a 23/04/2014



Coordenadas Google: 40.100457, -7.747401

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a
21/04/2014

Descoberto

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua da Escola**



Fonte: <http://bogasdebaixo.blogspot.pt/>,
consultado a 23/04/2014



Fonte:
<http://www.terralusa.net/?site=192&sec=part7>
, consultado a 23/04/2014



Coordenadas Google: 40.057812, -7.704134

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a
10/09/2015

Casal de Álvaro Pires

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua do Caminho**



Coordenadas Google: 40.099645, -7.561364

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 10/09/2015

Quinta da Torre

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua Municipal 561**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.139552, -7.306823

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Aldeia de Joanes

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização Rua da Escola



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.137119, -7.513849

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Observação:

Algumas características deste edifício não correspondem às que estavam previstas no plano. Pertencente ao plano, ainda tem placa de mármore que o insere como escola do *Plano dos Centenários*.

Bogas de Baixo

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização Rua da Vinha



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.044239, -7.780591

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Fatela

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização Rua Nova Carreira 4



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.159493, -7.429242

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Janeiro de Cima

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização Rua da Escola



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.068371, -7.800894

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Monte Leal

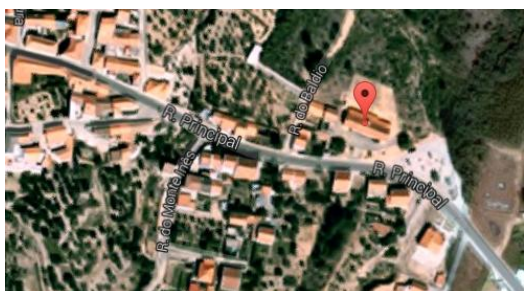
Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização **Rua Principal**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.115335, -7.396490

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Soalheira

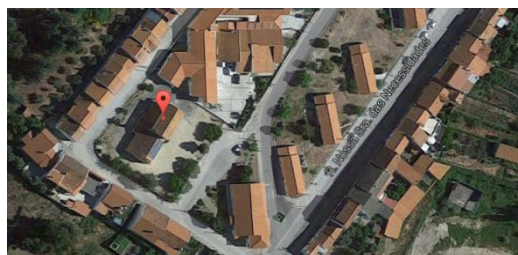
Variante 3 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização **Rua Nossa Sr^a das Necessidades**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.035927, -7.479892

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alcaria

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização **Rua do Regadio 29**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.201725, -7.518795

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Enxames

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização **Estrada Principal**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.157391, -7.387461

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Póvoa da Atalaia

Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização **Av. Primeiro de Maio 63**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.063052, -7.438614

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alcongosta

Variante **4 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção ----

Localização **Rua da Floresta**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.116697, -7.485702

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Cantina

Aprovação do Projeto **1959**

Arquiteto **Fernandes de Sá**

Ano de Construção ----

Localização **Rua da Floresta**

Função atual **ATL**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.116724, -7.486117

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alcaide

Variante **6 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção ----

Localização **Rua dos Combatentes do Ultramar**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.130805, -7.435155

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Cantina

Aprovação do Projeto **1959**

Arquiteto **Fernandes de Sá**

Ano de Construção ----

Localização **Rua dos Combatentes do Ultramar**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.130599, -7.434879

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

II.2. Plano das Construções

Projeto inicial

Ano de projeto 1955/1956

Ano de aprovação 1961

Arquiteto Fernando Peres (Revisão da MOP)

Tipologia *Tipo Rural*

Equipamento	Localidade	Variante	Orientação Solar	Função Atual	Estado de Conservação
	Bogas do Meio	1 Sala	Nascente/Sul	Casa das Tecedeiras	Bom
	Bogas de Cima	1 Sala	Nascente/Sul	Equipamento de apoio a atividades	Bom
	Boxinos	1 Sala	Nascente/Norte	Devoluto	Mau
	Chãos	1 Sala	Nascente/Norte	Posto de Saúde	Bom
	Freixial	1 Sala	Sul	Devoluto	Médio
	São Martinho	1 Sala	Poente	Devoluto	Mau
	Vale de Urso	1 Sala	Nascente	Associação da Freguesia	Médio
	Maxial	2 Salas 2 Sexos	Nascente	Escola Primária	Médio
	Salgueiro	2 Salas 2 Sexos	Nascente/Norte	Escola Primária	Bom

Bogas do Meio

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua Dr. Sá Carneiro**



Fonte:

<http://pedacosdanossaterra.blogspot.pt/2013/04/bogas-do-meio.html> , consultado a 25/04/2014



Coordenadas Google: 40.072096, -7.736083

Fonte: www.google.pt/maps/ , consultado a 21/04/2014

Bogas de Cima

Variante 1 Sala

Ano de Construção 1961

Localização **Rua Barroca da Fonte**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.077809, -7.712408

Fonte: www.google.pt/maps/ , consultado a 21/04/2014

Boxinos

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua da Escola**



Fonte: <http://josebraz.ca/boxinos---my-birth-place.html>, consultado a 22/04/2014



Coordenadas Google: 40.088952, -7.674900

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Chãos/Donas

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua de Santa Maria**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.134295, -7.458955

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Freixial

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua de Escola**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.136854, -7.559041

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

São Martinho

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização **Rua das Escolas**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.108313, -7.700976

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Vale de Urso

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização Rua da Escola



Fonte:
<http://dokatano.blogspot.pt/2008/07/memrias-do-vale-penltima-fase.html>, consultado a 23/04/2014



Coordenadas Google: 40.084825, -7.580377

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 10/10/2015

Maxial

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção ----

Localização Rua da Escola



Coordenadas Google: 40.049202, -7.744300

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Salgueiro

Variante **2 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção ----

Localização **Estrada Principal**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.235891, -7.304459

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alteração de projeto

Ano de projeto 1966



Ano de aprovação 1971

Arquiteto Fernando Peres (Revisão da MOP)


Tipologia *Tipo Rural ou Urbano*

Tipologia	Localidade	Variante	Orientação Solar	Função Atual	Estado de Conservação
Tipo Rural					
	Estação de Castelo Novo	1 Sala	Sul	Associação de Moradores	Médio
	Mata da Rainha	1 Sala	Nascente/Sul	Associação da Freguesia	Bom
	Póvoa Palhaça	1 Sala	Nascente/Sul	Devoluto	Médio
	Zebras	1 Sala	Nascente/Sul	Associação Caça, Pesca e Tiro	Médio
	Enxabarda	1 Sala	Nascente	Sede Rancho Folclórico	Médio
	Escarigo	2 Salas 2 Sexos	Nascente	Centro de Saúde	Bom
	Castelejo	2 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Médio

Tipo Urbano

	Alpedrinha	4 Salas 2 Sexos	Nascente/Sul	Escola Primária	Médio
	Vale de Prazeres	4 Salas 2 Sexos	Sul	Escola Primária	Bom

Não - Tipificado

	Pero Viseu	6 Salas 2 sexos (anexada ao plano)	Norte	Escola	Bom
---	------------	------------------------------------	-------	--------	-----

Estação de Castelo Novo

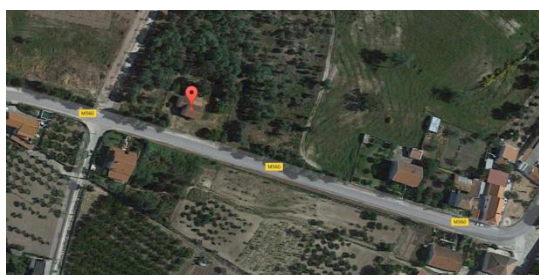
Variante 1 Sala

Ano de Construção 1970

Localização Rua de Saniana 10



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.065191, -7.463232

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Mata da Rainha

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização Rua da Liberdade 24



Coordenadas Google: 40.102422, -7.314781

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Póvoa Palhaça

Variante 1 Sala

Ano de Construção 1969

Localização Estrada Municipal 561



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.122491, -7.340964

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Zebras

Variante 1 Sala

Ano de Construção ----

Localização Rua da Escola



Coordenadas Google: 40.023894, -7.391740

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Enxabarda

Variante 1 Sala

Ano de Construção 1965

Localização Rua do Calvário



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.107840, -7.608084

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Escarigo

Variante 2 Salas 2 Sexos

Ano de Construção 1973

Localização Rua da Escola



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.244904, -7.297643

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Castelejo

Variante **2 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção **1972**

Localização **Rua de Santa Luzia**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.122579, -7.577492

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alpedrinha

Variante **4 Salas 2 Sexos**

Ano de Construção **1972**

Localização **Av. Paço Vieira 23**



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.101484, -7.465278

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Vale de Prazeres

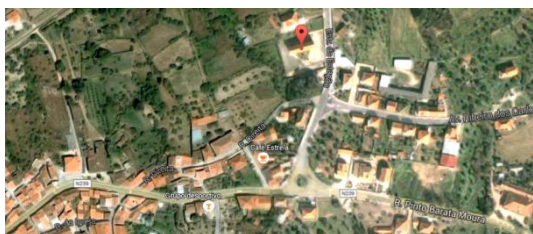
Variante 4 Salas 2 Sexos

Ano de Construção 1975

Localização Estrada da Estação



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.112616, -7.428088

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Pêro Viseu

Tipologia Não Tipificado

Século de Construção XVII/XVIII

Localização Largo da Igreja



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.207673, -7.443712

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

II. 3. Outras Escolas

Conde Ferreira








Adães Bermudes

Tipo XXV N°46

Tipo XXIV

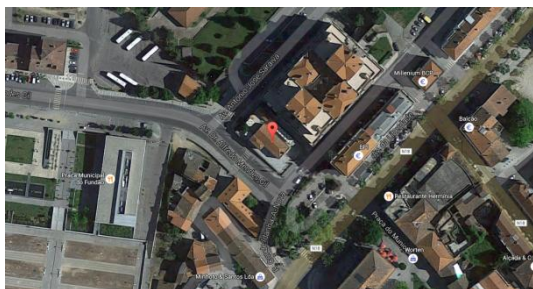
Arquitetura Moderna

Não Tipificado

Equipamento	Localidade	Tipologia	Orientação Solar	Função Atual	Estado de Conservação
	Fundão	1 Sala Tipo Conde Ferreira	Nascente/ Sul	Junta de Freguesia	Bom
	Aldeia Nova do Cabo	2 Salas Tipo Adães Bermudes	Poente	Escola	Médio
	Alpedrinha	2 Salas Tipo Adães Bermudes	Nascente/ Sul	Escola	Médio
	Soalheira	2 Salas Tipo XXV N°46	Nascente/ Sul	Devoluto	Médio
	Fundão	6 Salas Tipo XXIV	Nascente/ Sul	Escola Primária	Bom
	Fundão	Não Tipificado	Poente/ Norte	Escola Primária	Médio
	Vales de Pêro Viseu	2 Salas Não Tipificado	Norte	Casa da Comunidade	Bom



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.138767, -7.501173

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Escola Conde de Ferreira

Localização R^a Conde Idanha-a-Nova - Fundão

Aprovação do Projeto 1866

Construídos para colmatar ausência de instalações escolares primárias, o Conde de Ferreira, alertaria o governo para esta responsabilidade social, que até aqui tinha passado despercebida.

O Conde de Ferreira, grande impulsionador da necessidade de instruir o povo, terá deixado legado aos seus herdeiros, sob testamento, o propósito de financiar “*escolas primárias de ambos os sexos nas terras que*” fossem “*cabeças de concelho*”. Esta é uma das “*cento e vinte casas*” que terão sido mandadas “*construir e mobilar*” em todo o país.

“.....Convencido de que a instrução pública é um elemento essencial para o bem da sociedade.....”²³⁹

No intuito de facilitar a construção deste projeto, o Estado impõe como condição de “*comparticipação*”, a obrigatoriedade de seguir a “*execução fiel da planta aprovada*”. Estas escolas dispunham de um programa geral composto por uma sala de aula, uma sala contígua, um ou dois vestíbulos, dependendo se era destinada a um ou dois sexos, e “*acomodações para vivenda de professores*”.

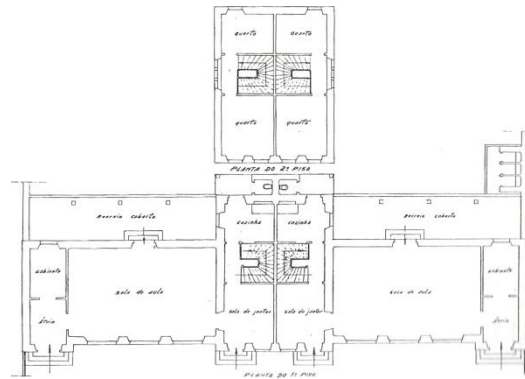
²³⁹ AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p. 45

Escolas Adães Bermudes

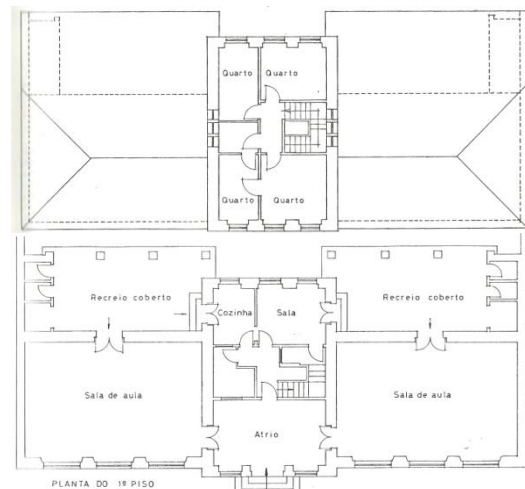
Aprovação do Projeto 1898

Arquiteto Arnaldo Redondo Adães Bermudes

Os projetos escolares desenvolvidos ao longo da 1ª República, mesmo depois de terem sido submetidos às crises políticas do país, nunca tiveram um corte definitivo no que respeita à sua conceção e mesmo com a queda da 1ª República Portuguesa, os edifícios do plano das escolas tipo Adães Bermudes continuaram a ser construídas. As escolas Adães Bermudes resultam de um “concurso para apresentação de projectos” de escolas primárias, e após apreciação pelo Júri, terá sido aprovado o projeto do arquiteto Arnaldo Redondo Adães Bermudes em 1898. A ausência de edifícios de ensino no concelho já haveria sido sentida há algum tempo, por esse motivo terão surgido depois as escolas do tipo Adães Bermudes em algumas aldeias do concelho.²⁴⁰



Planta 1º piso e rés-do-chão, escola de duas residências, respetivamente imagem superior e inferior.



Planta 1º piso e rés-do-chão, escola de uma residência, respetivamente imagem superior e inferior.



Alçado Principal e Posterior de duas residências, respetivamente imagem superior e inferior.



Alçado Principal e Posterior de uma residência, respetivamente imagem superior e inferior.

²⁴⁰ AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p.75 - 82

Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p.78 - 80

Aldeia Nova do Cabo

Localização R^a do Cimo 61

Ano de Construção 1912



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.130688, -7.531876

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Alpedrinha

Localização Largo do Barreiro 1

Ano de Construção ----



Fotografias do Autor, 2014



Coordenadas Google: 40.101263, -7.464816

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Soalheira - Tipo XXV Nº46

Localização R^a da Escola Nova

Arquiteto Eugénio Correia

Ano de Construção Década de 30

Ano de Projeto 1926

Este edifício tipo, de traço arquitetónico “mais modesto”, foi projetado inicialmente para uma sala de aula e “existem, por todo o País”. O seu “orçamento era mais baixo” e por essa razão “foi o mais repetido, em Portugal, até finais da década de 30”, embora se apresentem com características “variantes nas fachadas e na localização da entrada”, sendo que também foram “muito frequentemente”²⁴¹ submetidos a ampliações simétricas na versão de duas salas. O programa do edifício corresponderia a duas salas de aula, um vestíbulo e gabinete de professor, sendo que a entrada é comum às duas salas.

Apresenta uma similitude em relação às escolas do plano, dado a horizontalidade do grande volume e organização dos espaços de recreio, a característica que o distingue, é o pequeno alpendre coberto na entrada. Este edifício terá no entanto sido submetido a alterações, uma vez que apresenta um segundo volume em anexo, onde se localizam as instalações sanitárias, aproximando-se ainda mais das características dos edifícios de I Fase e do *Tipo simplificado*, do Plano dos Centenários.



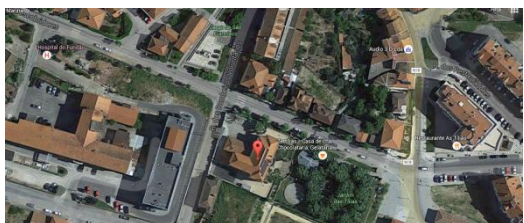
Coordenadas Google: 40.031608, -7.486190

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 22/04/2014

²⁴¹ AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p. 137



Fonte: http://omeutombo.blogspot.pt/2013_01_01_archive.html, consultado a 14/11/ 2015



Coordenadas Google: 40.134961, -7.500186

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 22/04/ 2014

Escola das Tílias - Tipo XXIV

Localização **Rua Adolfo Portela - Fundão**

Ano de Construção **1935-1936**

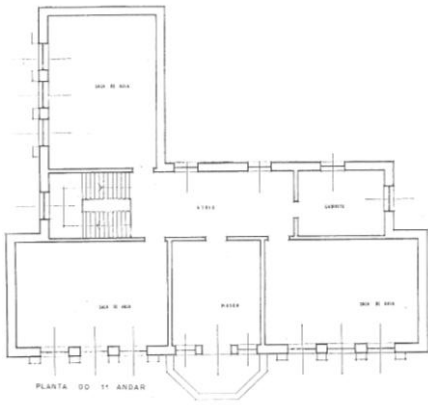
A sua construção foi enquadrada na “remodelação do espaço envolvente” do “jardim das Tílias”, do “Arq. Eurico Salles Viana”, e segundo informação da época foi pedida uma “modificação da planta”, que eventualmente pode ter contribuído para o acréscimo do segundo volume, com o aumento de duas salas. A escola das Tílias foi realizada com uma pequena “comparticipação do Estado Novo” destinada à construção de instalações sanitárias e “vedações dos terrenos”.

O programa do edifício é constituído por um “átrio envidraçado” que articula as zonas de “circulação interior do edifício”²⁴², através disto, foram distribuídas as seis salas de aula e os dois gabinetes de professor. Uma escola resultante da junção de dois volumes, onde o funcionamento dos espaços do volume central, bem como o excesso dos arranjos exteriores, revelam uma similitude que aproxima este projeto, ao *Projecto nº10* do Arq. Eugénio Correia²⁴³.

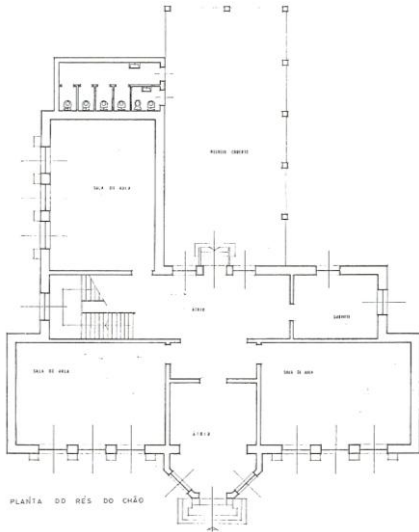
Todas estas questões, acrescentadas ao excesso de cantaria terão encarecido a obra e retardou a finalização da construção.

²⁴² Artigo de Jornal (Anexo IV)

²⁴³ AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p. 123



Planta 1º Andar



Planta Rés-do-chão



Alçado Nascente

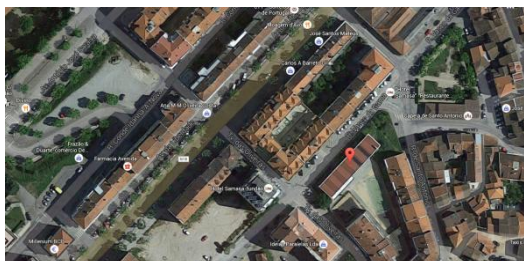


Alçado Poente

Fonte: AA.VV. Muitos Anos de Escolas. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990; p.135-136



Fotografias do Autor, 2014

Imagens do *Jornal do Fundão*

Coordenadas Google: 40.139534, -7.498041
 Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

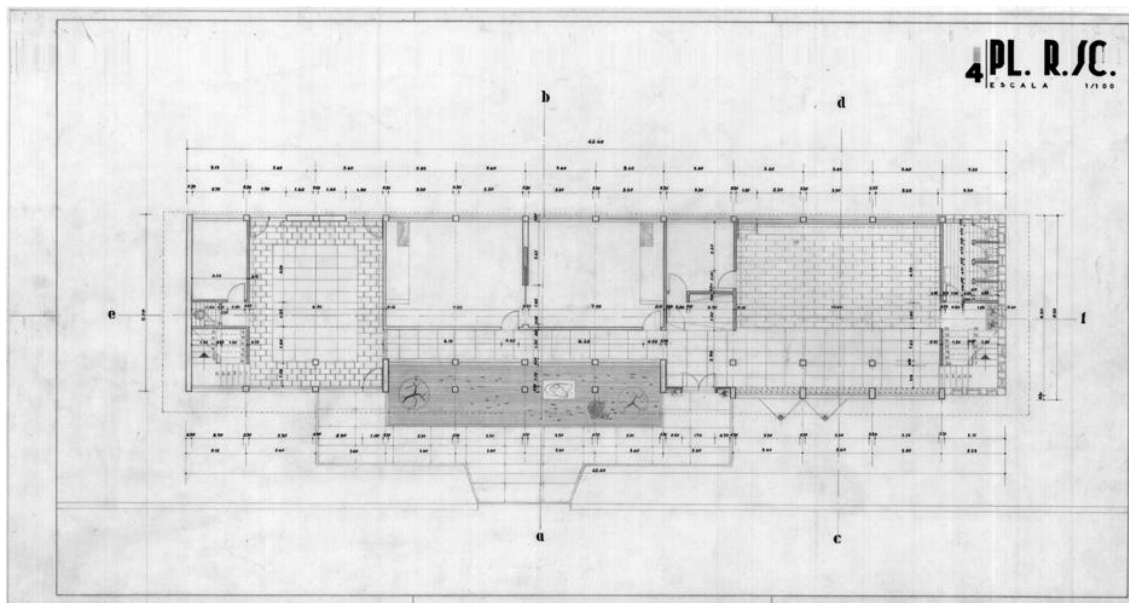
Externato Santa Teresinha

Localização **Rua Vasco da Gama - Fundão**

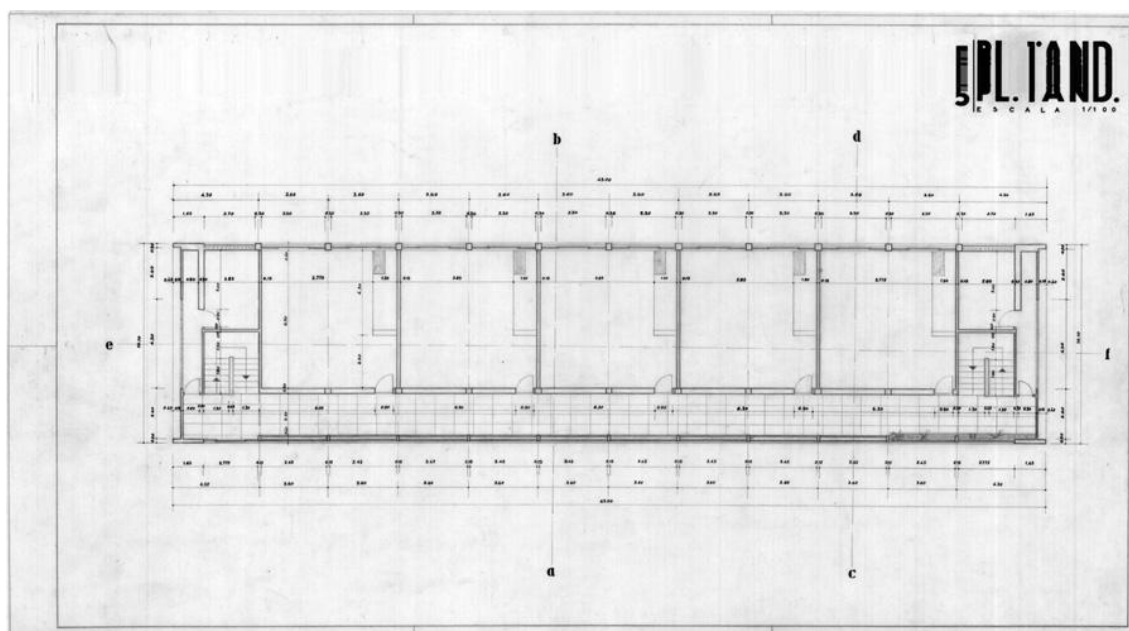
Arquiteto **José Pires Branco**

Ano de Construção **1960-1962**

Arquiteto da Beira Interior mostrou nos seus projetos o “entusiasmo pelas ideias fundadoras do movimento moderno”, proporcionando à sociedade da região a visão da nova expressão moderna. Marcante perante o contexto de Estado Novo, revelou-se um “edifício de escala e programa públicos”, onde foram trabalhados os “princípios modernos de construção, com uma composição seca e simplificada, onde alguns materiais assumem a sua expressão de verdade tectónica”. A moderna “escola num volume único”, que mesmo não estando localizada no “plano marginal”, aproxima-se “ao eixo principal do Fundão”, em que surge “um novo arruamento” de “carater urbano” salientado por este “equipamento público”. O “programa” distribuído entre “dois pisos” com a “mesma estrutura racional”. O rés-do-chão salienta-se por ser o piso comum, dispõe de “duas salas de aula ao centro e outras duas salas polivalentes” distribuídas pelas grandes laterais do volume, permitindo uma relação direta com o exterior. O piso superior “tem exclusivamente salas de aula”, distribuídas ao longo de um “corredor de dimensões generosas”, nas fachadas vão acompanhar os espaços e proporcionam uma vista sobre “os campos de jogos”. Projetada em função de eixos de simetria, o amontoado de “dois volumes”, apresenta a estrutura “pintada de branco” e as “ligeiras inclinações” dos topos cegos atribuem ao volume um “sentido de movimento”. Uma construção com “um olhar crítico sobre o cânone moderno” num contexto coincidente à “arquitectura vernácula” como manifestação da necessidade de “validação cultural” entre as construções tradicionalistas de Estado Novo.



Planta Rés-do-chão - Externato de Santa Teresinha, projeto do Arq. José Pires Branco



Planta 1º piso - Externato de Santa Teresinha, projeto do Arq. José Pires Branco

Fonte: <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/244/destaque%201/>, consultado a 15/09/2015



Fonte: <https://www.facebook.com/MunicipiodoFundao/photos/a.1032417783488621.1073743018.299654046765002/1032417820155284/>, consultado a 10/07/2015



Coordenadas Google: 40.197465, -7.411538

Fonte: www.google.pt/maps/, consultado a 21/04/2014

Vales de Pêro Viseu

Tipologia Não Tipificado

Localização R^a Direita

A escola de Vales de Pêro Viseu é exemplo de muitas escolas não tipificadas, surgidas das necessidades educativas existentes em Portugal, durante o período em estudo. Verifique-se a sua similitude a uma casa rural, não se distinguindo dos muitos edifícios habitacionais da freguesia, é possível que tenha sido o resultado de uma oferta de uma entidade privada à freguesia.

Anexo III

Informação Documental

III.1. Documentação Legal

Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias

Suplemento Diário do Governo

III.2. Outra Documentação

Artigo de Jornal

Exposições

III.1. Documentação Legal

Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias - Imprensa Nacional de Lisboa; 1943; p. 34

Freguesias	Sede do núcleo	Localidades que o constituem	Salas	Edifícios						Totais
				1 sala	2 salas	3 salas	4 salas	5 salas	6 salas	
Concelho do Fundão										
Alcaide	Alcaide	Alcaide	3	1	1	-	-	-	-	2
Alcaria	Alcaria	Alcaria	1	1	-	-	-	-	-	1
Alcogosta	Alcogosta	Alcogosta	1	1	-	-	-	-	-	1
Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes	Toda a freguesia	3	1	1	-	-	-	-	2
Alpedrinha	Alpedrinha	Alpedrinha	2	-	1	-	-	-	-	1
Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	4	-	2	-	-	-	-	2
Barroca	Alqueidão	Alqueidão	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Barroca	Barroca	2	-	1	-	-	-	-	1
»	S. Martinho	S. Martinho	1	1	-	-	-	-	-	1
Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Maxial	Maxial e Ladeira	1	1	-	-	-	-	-	1
Bogas de Cima	Bogas do Meio	Bogas do Meio	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Malhada Velha	Malhada Velha	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Descoberto	Descoberto e Boxincs	1	1	-	-	-	-	-	1
Capinha	Capinha	Capinha	3	1	1	-	-	-	-	2
Cast. lejo	Enxabarda	Enxabarda e Açor	1	1	-	-	-	-	-	1
Castelo Novo	Castelo Novo	Castelo Novo	2	-	1	-	-	-	-	1
»	Estação de Caminho de Ferro	Estação de Caminho de Ferro	1	1	-	-	-	-	-	1
Donas	Donas	Donas e Teixugas	2	-	1	-	-	-	-	1
»	Chãos	Chãos	1	1	-	-	-	-	-	1
Escarigo	Escarigo	Escarigo	2	-	1	-	-	-	-	1
Fatela	Enxames	Enxames, Magalão, Cimadas, Salgueiral e G. da Serra	2	-	1	-	-	-	-	1
»	Fatela	Fatela e Estação	2	-	1	-	-	-	-	1
Fundão	Fundão	Toda a freguesia	3	-	1	-	-	-	-	1
Janeiro de Cima	Janeiro de Cima	Janeiro de Cima	2	-	1	-	-	-	-	1
Lavacolhos	Lavacolhos	Lavacolhos	1	1	-	-	-	-	-	1
Orca	Mastianas	Mastianas	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Orca	Orca	3	1	1	-	-	-	-	2
Peroviseu	Vales	Vales	1	1	-	-	-	-	-	1
Póvoa da Atalaia	Póvoa da Atalaia	Póvoa da Atalaia	3	1	1	-	-	-	-	2
Salgueiro	Salgueiro	Salgueiro	2	-	1	-	-	-	-	1
Silvares	Silvares	Silvares	5	-	1	1	-	-	-	2
Soalheira	Soalheira	Soalheira	2	2	-	-	-	-	-	2
Souto da Casa	Casal de Álvaro Pires	Casal de Álvaro Pires	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Souto da Casa	Souto da Casa e Andarilho	4	-	2	-	-	-	-	2
»	Vale do Urso	Vale do Urso	1	1	-	-	-	-	-	1
Telhado	Freixial	Freixial	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Telhado	Telhado e Casal de Santa Maria	2	-	1	-	-	-	-	1
Vale de Prazeres	Cortiçada	Cortiçada	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Mata da Rainha	Mata da Rainha	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Quintas	Quintas	2	-	1	-	-	-	-	1
»	Torre	Torre e Póvoa da Palhaça	1	1	-	-	-	-	-	1
»	Vale de Prazeres	Vale de Prazeres	3	-	1	-	-	-	-	1
»	Valverde	Valverde	2	-	1	-	-	-	-	1
			83	28	23	3	-	-	-	54

Suplemento Diário do Governo - I Série Número 107, 8 de Maio de 1961; p. 544 (1, 66-68)

Concelhos	Edifícios escolares					Totais	
	De 1 sala	De 2 salas	De 4 salas	De 6 salas	De 8 salas	Edifícios	Salas
Distrito de Castelo Branco							
Belmonte	4	3	-	-	-	7	10
Castelo Branco	34	7	4	-	-	45	64
Covilhã	26	18	3	2	4	53	118
Fundão	28	11	4	1	-	44	72
Idanha-a-Nova	13	4	1	-	-	18	25
Oleiros	19	-	-	-	-	19	19
Penamacor	10	3	1	-	-	14	20
Proença-a-Nova	15	7	-	-	-	22	29
Sertã	26	9	1	-	-	36	48
Vila de Rei	7	2	-	-	-	9	11
Vila Velha de Ródão	8	1	-	-	-	9	10
Totais	190	65	14	3	4	276	426

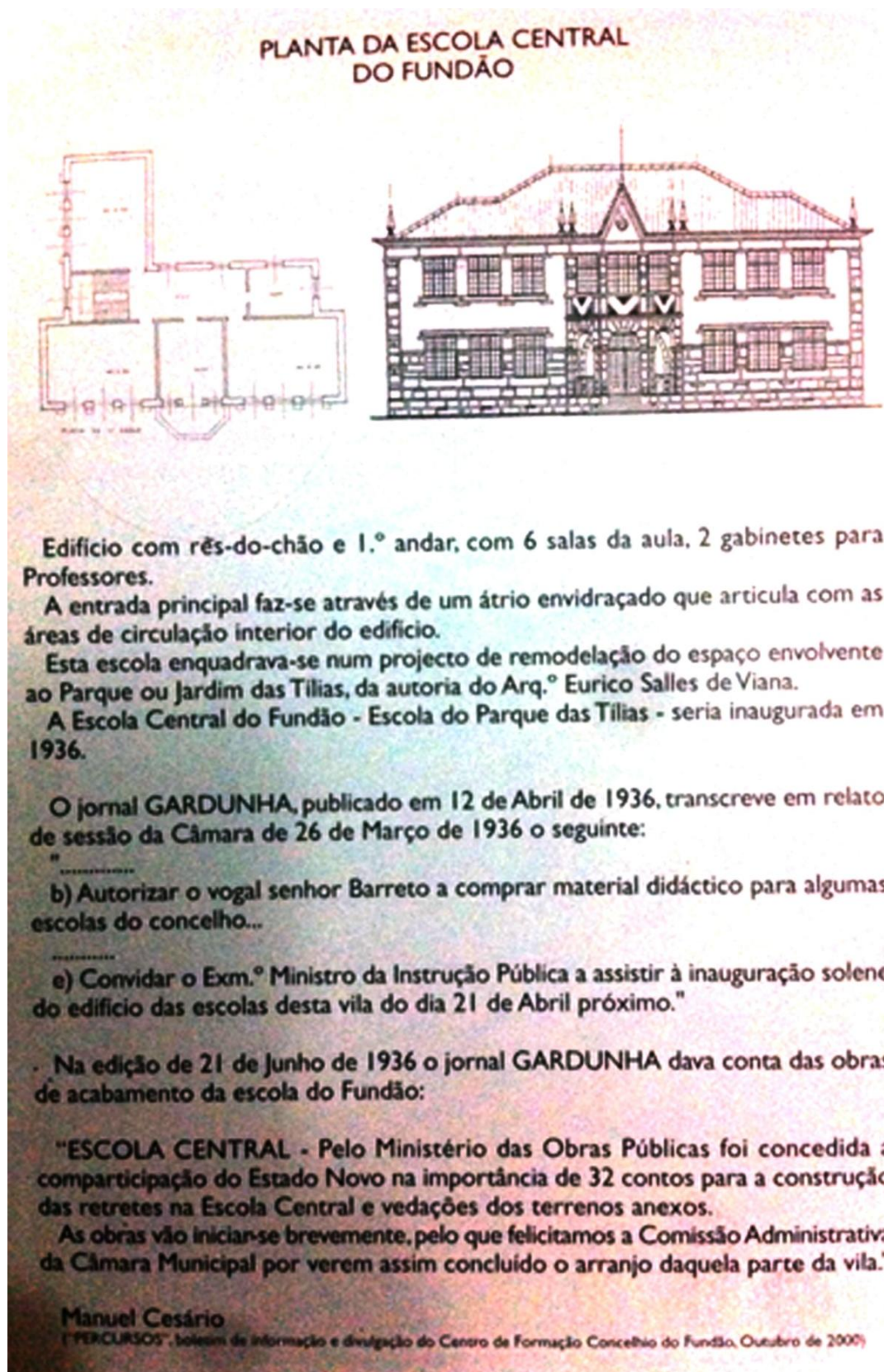
Concelho do Fundão

Total dos edifícios a construir, 44 (com uma sala, 28 — com duas salas, 11 — com quatro salas, 4 — com seis salas, 1 — total de salas, 72).

- Freguesia de Alcaria:**
 Núcleo de Alcaria (Alcaria, Barragão, Poeiras, Pola, Ribeiro da Senhora, Espadaneira, Estreitinho, Várzea e Trabalhinho):
 1 edifício de 4 salas.
- Núcleo de Pesinho (Pesinho e Quinta do Ortigal):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Prazo (Prazo, Souto Alto, Brejo e Batacela):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Aldeia de Joanes:**
 Núcleo de Aldeia de Joanes (Aldeia de Joanes, Quinta de S. Pelágio, Quinta do Outeiro Cima, Quinta das Fagundas, Quinta do Curado, Quinta da Carquejeira, Quinta das Naves, Quinta das Tílias e Quinta Pais Infante):
 1 edifício de 2 salas.
- Freguesia de Alpedrinha:**
 Núcleo de Alpedrinha (Alpedrinha, Barroca do Mercado, Carvalhal, Águas Belas, Ameal, Estacal, Ribeiro do Rouro, Alvaneis, Anjo da Guarda, Bairro do Vale Cárregos e Boavista):
 1 edifício de 4 salas.
- Núcleo de Termas da Touca (Termas da Touca, Monte da Touca, Monte do Mato, Nave, Casa Alta, Madalena, Beata, Quinteira, Lugar Fundeiro, Sesmarias e Covição):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Atalaia do Campo:**
 Núcleo de Atalaia do Campo (Atalaia do Campo, Rochoso, Forca, Azenha Nova, Malhada, Panasqueira, Cabeços, Casa Gatuna e Tapadas):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Barroca:**
 Núcleo de Barroca (Barroca):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Bogas de Baixo:**
 Núcleo de Bogas de Baixo (Bogas de Baixo, Urgeira, Lenteiro e Fojo):
 1 edifício de 2 salas.
- Freguesia de Bogas de Cima:**
 Núcleo de Bogas de Cima (Bogas de Cima):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Bogas do Meio (Bogas do Meio):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Boxinos (Boxinos):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Capinha:**
 Núcleo de Capinha (Capinha, Abelheira, Carvalhal, Rascoa, Ponte da Mimoso, Bica, S. Marcos, Cavalinho e Tapada):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Quinta da Caneca (Quinta da Caneca, Quinta da Malta, Quinta de P. Vasco e Quinta das Veias):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Castelejo:**
 Núcleo de Açor (Açor):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Enxabarda (Enxabarda, Eiras, Cruz das Almas e Vale da Maria Velha):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Castelo Novo:**
 Núcleo de Castelo Novo (Castelo Novo, Borracheiro, Escaldado, Souto da Ordem, Souto da Senhora, Barrigoso, Vale do Ramiro, Souto do Alcaino, Carvalhal, Devesa, Ponte Pequena, Lameiro e Lameiro do Corisco):
 1 edifício de 2 salas.
- Núcleo da estação do caminho de ferro (estação de caminho de ferro, Ratinha, Ervedal, Quinta do Pinheiro, Tapada da Cave, Carregal e Ponte Velha):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Donas:**
 Núcleo de Donas (Donas, Teixugas, Moinhos, Senhora do Souto, Pontão, Quinta da Carvalha, Lameirões, Santa Menina, Folhadeiras, Abrigo de S. José e Marinegra):
 1 edifício de 2 salas.
- Freguesia de Escarigo:**
 Núcleo de Escarigo (Escarigo, Quinta do Carregado, Quinta da Nave Redonda e Quinta da Madanela):
 1 edifício de 1 sala.
- Freguesia de Fatela:**
 Núcleo de Enxames (Enxames, Magalão, Cimadas, Salgueiral, Vale da Lamila, Vale Longo, Quartos, Vale de S. Pedro, Vale de Maçainha, Portelas, Vale de Bacelos, Ribeiro dos Chiqueiros, Barroca dos Lobos, Vale Godinho e Vale da Natureza):
 1 edifício de 1 sala.
 1 edifício de 2 salas.
- Núcleo de Póvoa da Palhaça (Póvoa da Palhaça, Seixo, Quinta do Espinhal, Quinta da Serra e Vale Cabeira):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Quintas (Quintas, Castanheiras, Catrão, Monte Valente, Chamusas e Carvalhos):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Torre (Torre, Ferreiras, Vale Velho, Piçarra, Caparrosa, Feijoeira, Tabeiró e Ponte Raposela):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Vale de Água (Vale de Água, Vale da Teresa, Casinhas, Quinta da Lagoa, Quinta do Bento, Vale da Urra e Vale da Silva):
 1 edifício de 1 sala.
- Núcleo de Vale dos Prazeres (Vale dos Prazeres):
 1 edifício de 2 salas.
- Freguesia de Valverde:**
 Núcleo de Valverde (Valverde, Carvalhal, Grade de Curo, Brocheiro, Várzea, Vale de Pintado, Insuas, S. Domingos, Seixado, Lameira e Quinta da Serra):
 1 edifício de 1 sala.
 1 edifício de 2 salas.

III.2. Outra Documentação

Artigo de Jornal Regional. Facultado pelo Arq. Pedro Novo.



ESCOLA DO PARQUE GASTÍLIAS

Isto encheu de medo os vogais da Comissão. O dinheiro, com as demoras foi-se escapando para outras necessidades municipais. Pediu-se a modificação da planta mas essa modificação não deixava de impor ainda uns 5 ou 7 metros de parede toda em cantaria.

Para quê ?

Unicamente porque cantaria embelezava mais. . E porque teve de ser cantaria, o dinheiro absorvido por esta unicamente está fazendo retardar a construção da escola.

O município está pobre. Apesar disso foi-lhe imposto um luxo de rico.

Será justo ?

Qual é o pobre que, sem casa para abrigar os filhos, é obrigado a construir uma casa desproporcional por excesso, aos seus rendimentos?

Não sabem ?

Pois vive ali, na Beira, ao fundo duma serra toda povoada de castanheiros tenros que levantam para o céu os seus ramos frescos com que tecem rendas finas impermeáveis aos ardores do sol:

É o município do Fundão.

Faz dó, não é verdade?"



"Se as paredes ficassem todas em cal, a construção tornava-se mais barata..."

Exposições - Registo Fotográfico



Fonte: <http://wwwold.oasrs.org:8080/-/um-tributo-a-arquitectura-do-seculo-xx-no-fundao>, consultado a 10/12/2015.



Fonte: Cartazes in <http://www.museu.ubi.pt/?cix=3161&lang=1> e <http://www.ubi.pt/Evento/5631>, consultado a 10/12/2015.



Fonte: <http://www.pt.roca.com/noticias-e-eventos/feiras-e-eventos/eventos/um-destino-coisa-simples>, consultado a 10/12/2015.

Bibliografia

AA.VV. **História 9.º ano** - Texto Editora, LDA; Lisboa 2002

AA.VV. **Muitos Anos de Escolas**. Vol. I - Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941 - Ministério da Educação - Direcção Geral de Administração Escolar; Lisboa 1990

AA.VV. **Muitos Anos de Escolas**. Vol. II - Edifícios para o ensino infantil e primários Anos 40 - Anos 70 - Ministério da Educação - Departamento de Gestão de Recursos Educativos; Lisboa 1996

AA.VV. **Muitos Anos de Escolas**. Vol. III - Edifícios para o ensino infantil e primário Da Escola Piloto à Área Aberta Casos Especiais - Ministério da Educação - Secretaria - Geral; Lisboa 2010

AA.VV. **Revista Oficial do Sindicato Nacional de Arquitectos**. Nº1 Fevereiro de 1938 - Adelino dos Santos; Lisboa 1938

AA.VV. **40 Anos de Políticas de Educação em Portugal**. Vol. I - A Construção do Sistema Democrático de Ensino; - Edições Almedina, S.A.

ABREU, Paula Cristina da Cruz; **Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã** - Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Beira Interior - Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura; Covilhã 2010

ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave; **Arquitectura Escolar O Edifício Liceu em Portugal (1882-1978)**; - Fundação Calouste Gulbenkian 2012

ALMEIDA, Pedro Vieira de; **A Arquitectura no Estado Novo**; - Livros Horizonte; Lisboa 2002

ALVES, Eduardo; **Jornal do Fundão Jornalismo de Causas, Cultura e Identidade** - Tese de Mestrado apresentada à Universidade da Beira Interior - Faculdade de Artes e Letras; Covilhã 2009

BAPTISTA, Marta Raquel Pinto; **Arquitectura como Instrumento na construção de uma Imagem do Estado Novo** - Prova Final de Licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia; Coimbra 2008

CALDEIRÃO, Teresa; **Arquitectura como Propaganda do Estado Novo** - Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Beira Interior - Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura; Covilhã 2013

ESTEVES, Judite Maria Nunes; **Práticas de Construção e Reprodução de Poder no Portugal Rural do Século XVII ao Século XIX. O caso do Morgadio de Peroviseu e Chãos (Fundão)** - Trabalho apresentado à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; Porto 2004

FIGUEIREDO, Sara Alexandra da Silva; **Participação do Cidadão na Imprensa Regional: O caso do *Jornal do Fundão*** - Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Beira Interior - Departamento de Artes e Letras; Covilhã 2012

GOMES, Maria Marques Calado de Albuquerque; **A Cultura Arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e Inovação. Vol. I** - Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura; Lisboa 2003

GUERREIRO, Carla Alexandra Ferreira do Espírito Santo; **A Literatura para a Infância em Portugal nos Séculos XIX e XX: Contextos Socioculturais e Contributos Pedagógicos. Vol. I** - Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Trás os Montes e Alto Douro - Departamento de Letras; Vila Real 2010

KANT, Immanuel; **Crítica da Faculdade do Juízo**; - Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa 1998

M. ALVES, Vera Marques; **Arte Popular e Nação de Estado Novo** A política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional - Imprensa de Ciências Sociais; Lisboa 2013

MANIQUE, Carlos; **Projectos de Escolas Primárias do Arquitecto Raul Lino durante a 1ª República Portuguesa** *in* Revista Linhas, Revista do Programa dos Pós-Graduação em Educação, Vol. 12 - nº1; 2011; p. 33-50

MARQUES, Fernando Moreira; **Os Liceus do Estado Novo** Arquitectura, Currículo e Poder; - Educa, Imprensa de Coimbra Lda.; 2003

MARTINS, Ernesto Candeias; **Desenvolvimento, educação e assistência social no salazarismo** *in* Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, Vol. 13; 2006; p.122-141

PEREIRA, Maria Paula; **A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo**; 2014 disponível em <http://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3423>, consultado a 13/11/2015

PIMENTEL, Jorge Miguel de Faria da Cunha; **Obra Pública de Rogério de Azevedo** Os Anos do SPN/SNI e da DGEMN - Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Valladolid - Departamento de Arquitectura e Projectos Arquitectónicos; Valladolid 2014

RIBEIRO, Irene; **Raul Lino Pensador Nacionalista da Arquitectura** - Dissertação de Mestrado em Filosofia apresentada à Universidade do Porto - Faculdade de Letras; Porto 1993

TAVARES, Adriana Maria Martin Tenreiro; **Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retrutada no Plano dos Centenários (1940/50) e no Projecto DEEB (1960/70)** - Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Instituto das Ciências da Educação; Lisboa 2010

TOSTÕES, Ana; **Construção moderna: as grandes mudanças do século XX**; 2004; (Fonte: <http://ancacid.yolasite.com/resources/05.002%20-%20HAPII%20-%20TEMA%205%20-%20Texto%201%20-%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20moderna-%20as%20grandes%20mudan%C3%A7as%20do%20s%C3%A9culo%20XX.pdf>, consultado a 23/10/2015)

VILA POUÇA, Óscar Ricardo Pires; **Escolas Primárias - Edifícios com Propósito** - Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade do Porto - Faculdade da Arquitectura; Porto 2013

Portugal, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; **Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias: Plano dos Centenários**; Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; - Imprensa Nacional de Lisboa; Lisboa 1943

Legislação Consultada

Diário do Governo

Lei nº 1 941 de 11 de Abril de 1936 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 84

Decreto-lei nº 26 893, de 15 de Agosto de 1936 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 191

Decreto-lei nº 27 301, de 4 de Dezembro de 1936 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 284

Decreto-lei nº 28 262, de 8 de Dezembro de 1937 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 285

Decreto-lei nº 28 410, de 7 de Janeiro de 1938 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 5

Decreto-lei nº 29 453, de 17 de Fevereiro de 1939 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 40

Portaria nº 9 466, de 23 de Agosto de 1940 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 196

Decreto-lei nº 30 921, de 29 de Novembro de 1940 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 278

Decreto-lei nº 31 433, de 29 de Julho de 1941 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 174

Decreto-lei nº 37 575, de 8 de Outubro de 1949 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 217

Decreto-lei nº 37 765, de 25 de Fevereiro de 1950 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 39

Decreto nº 42 092, de 8 de Janeiro de 1959 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 6

Decreto nº 43 672, de 8 de Maio de 1961 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 107

Decreto nº 43 674, de 8 de Maio de 1961 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 107

Decreto-lei nº 178/71, de 30 de Abril de 1971 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 101

Decreto-lei nº 486/71, de 8 de Novembro de 1971 *in Diário do Governo*; I Série - Numero 2

